

**REVISTA**



**EXTERMINIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL**



**REVISTA**



# **EXTERMÍNIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL**

# Expediente

**Revista CEAP - Veículo de Divulgação do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas**

© 1990 CEAP

**DIRETORIA:**

**PRESIDENTE:** Éle Semog

**SECRETÁRIO:** Rubem Tomás de Almeida

**TESOUREIRA:** Gésia de Oliveira

**SEC. EXECUTIVO:** Ivanir dos Santos

Rua da Lapa, 200 / conj. 809 - Lapa - Rio de Janeiro - Brasil  
Cep 20021 - Tels.: (021) 224-6771 - 252-2302

**EQUIPE DE EDIÇÃO:**

André Papi (coordenação)

Marisa Brandão

Jorge Carrera Jardineiro

**Fotocomposição e arte final:**

Arte Final Planej. Gráf. Edit. Ltda

**Impressão:**

Gráfica Walmar

**APOIO:**

CESE (Coordenadoria Ecumênica de Serviços) Salvador - Bahia


ICCO e ADB (Holanda)

Pão para o mundo (Alemanha)

Christian Aid (Inglaterra)

Ajuda para os Povos Ameaçados (Áustria)

DCI (Suíça)

Unicef 

**AGRADECIMENTOS:**

**Comissão Herzer:**

Pastoral do Menor de Duque de Caxias

Comissão do Menor de Volta Redonda

Carlos Nobre

As fotos desta edição foram gentilmente cedidas pelos repórteres fotográficos J. R. Ripper, Custódio Coimbra, Fernando Rodrigues e Vidal Cavalcanti.

Foto da capa: Ag. Globo - Foto: Manoel Soares

**DEPOIMENTOS:** Os depoimentos constantes desta edição foram coletados por Marisa Brandão em agosto e setembro de 1988 e encontram-se arquivados em fita cassete no Centro de Documentação

# Apresentação

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas - CEAP - apresenta nesta edição um levantamento sobre extermínio de crianças e adolescentes no Brasil nos últimos anos.

A história desta publicação começa com um pedido internacional: alarmada com denúncias publicadas na imprensa europeia no começo de 1988 o DCI - Defense for Children International - entidade com sede em Genebra, delegou poderes para um levantamento sobre assassinatos de "menores" no Rio de Janeiro. Sob a coordenação do então presidente da ASSEAF (Associação dos Ex-Alunos da Funabem), várias entidades comprometidas com a defesa da cidadania das crianças e adolescentes levantaram junto a órgãos oficiais da Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro e às suas próprias fontes de informações dados suficientes para a elaboração de um dossiê específico para os municípios citados nas reportagens.

A divulgação do DOSSIÊ em meados de 1988 iniciou uma série de polêmicas entre autoridades do Rio de Janeiro e entidades de Defesa dos Direitos Humanos. Em 1989 o Comitê de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores do RJ utiliza o DOSSIÊ para cobrar do governo medidas e reacende a polêmica. Ao mesmo tempo divulga-se, em várias oportunidades, novos dados referentes a outras regiões do país. Diversas entidades publicam relatórios, dossiês ou denunciam na imprensa o extermínio. Consta-se que os números variam de fonte para fonte.

Mesmo tendo consciência de que no momento é impossível se chegar a um número preciso sobre a quantidade de crianças e adolescentes assassinados o CEAP considera extremamente importante publicar os dados que se tem e estimular a discussão da questão da minoridade a partir da sua face mais dramática.

Ao publicar esta denúncia o CEAP confirma que o extermínio não está em declínio e longe de querer polemizar com as autoridades policiais pretende chamar a atenção da sociedade e cobrar do governo medidas concretas para enfrentar o problema.

Constam desta publicação, além dos dados levantados, depoimentos de crianças que vivem cotidianamente esta perseguição, notícias de jornais e depoimentos de personalidades comprometidas com as lutas pelos Direitos Humanos.

**CENTRO DE ARTICULAÇÃO DE POPULAÇÕES MARGINALIZADAS**

**RIO DE JANEIRO — 1989**

# Sumário

<b>Introdução</b>	Pág. 7
<b>Cuidado com as crianças</b>	
CESE	Pág. 9
<b>A Violência contra o menor</b>	
Hélio Bicudo	Pág. 11
<b>O menor abandonado nas ruas da Baixada</b>	
Carta de D. Mauro Morelli	Pág. 13
<b>A profecia dos sem rumo, sem prumo, sem colo</b>	
Rosângela Soares Oliveira	Pág. 14
<b>Genocídio na Baixada: as crianças estão sendo dizimadas</b>	
José Louzeiro	Pág. 18
<b>O menor e o Esquadrão da Morte em Pernambuco</b>	
GAJOP	Pág. 20
<b>Homicídio: autoria desconhecida</b>	
Leontina Célia Soares	Pág. 22
<b>Onde estão os números</b>	Pág. 25
<b>Meninos e meninas de rua: pelo direito de serem cidadãos</b>	
Maria das Graças O. Nascimento	Pág. 26
<b>28 de setembro</b>	
Êle Semog	Pág. 45
<b>Algumas notícias de jornal</b>	Pág. 46

# O extermínio de crianças e adolescentes

Ainda estão presentes na mente da população brasileira as duras e emocionantes imagens do acidente com o "Bateau Mouche", nas águas da Baía da Guanabara, no início de 1989. O acidente comoveu o Brasil e provocou a indignação geral. Afinal, morreram mais de 50 pessoas, entre as quais uma atriz de TV e Teatro, e um ex-Ministro conseguiu escapar ileso, mas perdeu a mulher.

Há pouco tempo, mais uma tragédia comoveu o país: a aterrissagem forçada de um Boeing 737 da Varig em plena selva amazônica que provocou a morte de 12 pessoas. O resgate dos sobreviventes foi acompanhado minuciosamente pelos meios de comunicação de massa. Nos dois acidentes, entre os mortos e sobreviventes, estavam envolvidas, em grande parte, pessoas de elevado nível de renda. A apuração do primeiro acidente foi rápida e o segundo, concluído, em menos de dois meses, o comandante da aeronave foi considerado culpado.

O Brasil é capaz de comover-se e indignar-se com desastres resultantes de imperícias, falhas mecânicas e mesmo da usura de alguns empresários. Mas é indiferente em relação às tragédias que fazem a história do seu cotidiano. Diariamente uma massa significativa de crianças e adolescentes morre no Brasil vítima de grupos de extermínio, de balas perdidas durante uma invasão policial ou do descaso do poder público com a infância.

Estamos apresentando aqui um levantamento do assassinato de menores com a intenção de apontar para uma das mazelas do corpo social brasileiro corroido por uma doença endêmica: a violência contra os despossuídos em geral, e que são sistematicamente — ao longo da formação histórica brasileira — massacrados em seus mais elementares direitos.

Com base num mandado fornecido pela *Defense For Children International* (Defesa internacional da Criança), órgão da ONU (Organização das Nações Unidas), com sede em Genebra, Suíça, que cuida dos direitos da infância e adolescência, uma comissão especial integrada por um conjunto de entidades de defesa dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, fez uma investigação extraoficial sobre o extermínio de meninos de rua, no período de janeiro de 1987 a julho de 1988, nos municípios da Baixada Fluminense (Nova Iguaçu, Caxias, Nilópolis e São João de Meriti) e em Volta Redonda.

A Comissão integrada pela ASSEAF (Associação dos Ex-Alunos da Funabem), Comissão Herzer, Centro de Documentação do Menor, Casa da Cultura Afro-Brasileira de Volta Redonda, Comis-

são de Menores de Volta Redonda, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Núcleo de Estudos e Pesquisa da Infância da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Pastoral do Menor de Duque de Caxias encontrou resultados surpreendentes. No período compreendido pela investigação das entidades foram assassinados 306 menores pelos chamados grupos de extermínio, ou seja, grupos integrados por policiais ou por forças paramilitares, em muitos casos, criados pelos comerciantes das regiões abordadas na pesquisa.

Os dados foram fornecidos por Prefeituras, Institutos Médico Legais e Delegacias de polícia. Coube à Comissão Especial de Investigação a organização e tabulação dos dados. Na verdade, os 306 mortos não correspondem à realidade porque proliferam, principalmente na área metropolitana conhecida como Baixada Fluminense, no Rio, os chamados "cemitérios clandestinos", onde os grupos de extermínio sepultam suas vítimas.

O massacre de menores não se restringe ao Estado do Rio de Janeiro. Na verdade o fenômeno tem conexões com outros estados, e isso, em determinado sentido, decorre do processo de industrialização das cidades médias para cima quando se formam os exércitos de reserva industrial e um lumpem proletariado. Como o caráter do capitalismo brasileiro é concentrador de renda, progressivamente formam-se grandes massas de despossuídos nas periferias das cidades. Milhares de menores e adolescentes da periferia são obrigados a ingressar no mercado de trabalho de "qualquer jeito" para complementar a renda familiar. Parte significativa dessa "profissionalização" a qualquer custo advém de pequenos furtos e roubos ou na comercialização ambulante de balas, doces, frutas e outras bugigangas nas avenidas de grande movimento das metrópoles.

Com os dados recolhidos pelo CEAP (Centro de Articulação de Populações Marginalizadas) o fenômeno começa a ganhar contornos bem nítidos e apontam para causas até comuns.

## A Violência Como Metáfora

Em algumas capitais brasileiras, de acordo com o acompanhamento de entidades de defesa dos Direitos Humanos, a violência contra o menor atingiu o caráter de calamidade pública, isto é, tornou-se uma doença endêmica, que nasce no subdesenvolvimento e permanece como tal porque inexistente vontade política do poder público em extingui-la. Podemos, então, dizer que essa violên-

cia é institucionalizada porque recebe de certa forma a complacência dos aparelhos judiciário e policial. Afinal, um denominador comum, de acordo com as várias reportagens publicadas pela imprensa, percorre todas as denúncias: são integrantes do corpo policial que formam milícias para exterminar menores suspeitos pela prática da delinquência. Ou seja, segue-se a lógica bárbara de que "é melhor matar o menor delinqüente hoje para não sermos assaltados amanhã."

Nesse caso os policiais e outros envolvidos no extermínio de menores assumem a identidade de juízes-executores. Eles arbitram condenações como se tivessem recebido mandato para matar. Normalmente, empregam a técnica do seqüestro dos menores de rua para, em seguida, num local ermo, exterminá-los a tiros. Quando se aperta o gatilho sabe-se antecipadamente da impunidade. A imprensa rotineiramente noticia fatos como estes como se já fizessem parte da personalidade jurídica da sociedade brasileira. Quando se abrem inquéritos para investigar extermínios, gasta-se tempo e ninguém é punido.

Na verdade, matar meninos indefesos é uma tarefa fácil. Isto porque, além da impunidade que a priori o extermínador já desfruta, nas regiões periféricas das grandes cidades, o poder público presente, no caso das delegacias, vêem seus policiais freqüentemente participarem dessas milícias. Se o poder público existe nesses locais, existe de forma deformada e repressiva, e provoca a desconfiança da população.

Amedrontadas, humilhadas e ameaçadas, as comunidades da periferia são dominadas pelo pânico e a certeza de que a polícia foi feita para perseguir os pobres. Inexiste denúncia por parte desses cidadãos de "segunda classe" porque nos tribunais não haverá punição para os matadores. Em muitos casos, como na Baixada Fluminense, os extermínadores moram na própria comunidade, em alguns casos, participam das relações sociais e exercem o poder e o juízo sobre a miséria encurralada.

Na outra ponta da barbárie, encontramos os chamados grupos paramilitares ou polícias mineiras, integrados por ex-policiais, expulsos de suas unidades, e até de subempregados. Esses parecem já terem se firmado como verdadeiros "profissionais da morte". Não se trata, num sentido mais claro, de policiais ativos que resolvem por conta própria executar os meninos por discórdia do emperramento do aparelho judiciário. Esses grupos (fala-se de uma centena deles espalhados pelos quatro municípios da Baixada) são pagos por comerciantes

para "limpar a área", "passar o rodo", isto é, matar menores delinqüentes e marginais adultos. Em determinados casos exorbitam em suas "profissionalizações", e acabam matando desafetos, rapazes inocentes das comunidades ou praticam assaltos, numa clara demonstração de força e polivalência criminal. Alguns desses exterminadores se auto-intitulam de "justiceiros do povo".

Produtos de complacência das classes dominantes e do capitalismo selvagem, os grupos de extermínio e os paramilitares praticam uma violência mais estilizada. Forçam, pela ameaça das armas, os meninos de rua a roubar e entregar o produto da delinqüência para eles próprios. Quando tomados pela fúria da barbárie espancam com socos, pontapés e coronhadas os meninos de rua, enquanto exploram sexualmente as meninas.

Afinal, como as famílias desses meninos e meninas de rua poderiam se contrapor às arbitrariedades? Como denunciar as torturas num país que saiu recentemente das torturas? Os que sofreram torturas na ditadura militar foram anistiados e os despossuídos em geral sofrem torturas desde o início da História do Brasil. A anistia não levou a luta, infelizmente, para as classes subalternas cujos componentes apodrecem nos presídios, nos guetos e nos locais mais fétidos da sociedade brasileira.

Como na maioria dos casos esses meninos e meninas de rua não tem certidão de nascimento, trata-se, desse modo, de miseráveis que são tratados como objetos absolutamente descartáveis. Eles, em sua grande parte, trazem o símbolo que as classes dominantes se sentem mais a vontade para agir: são negros. É na etnia negra que elas lançam todos os estereótipos: indolentes, incompetentes e criminosos. Antes os negros eram exterminados nas fazendas de açúcar e café. Agora o extermínio é feito de forma mais sofisticada.

A violência das ruas passa também para as quatro paredes dos estabelecimentos que deveriam educar e dar assistência social aos adolescentes. São por demais conhecidos da população os castigos e maus tratos que as crianças sofrem por parte de funcionários desses estabelecimentos de correção. Ou seja, numa leitura mais crítica, é o próprio Estado, através de seus representantes legais, que tortura os internos.

O levantamento sobre o assassinato dos meninos de rua em Volta Redonda e Baixada Fluminense colheu casos exemplares dos internos que eram submetidos sistematicamente a torturas físicas e psicológicas na Fundação Beatriz Gama, entidade da Prefeitura de Volta Redonda, que cuida dos menores abandonados do município. A Fundação pode ser um espelho do que acontece nesses estabelecimentos.

Como na época do escravismo, nessa instituição, os inspetores castigavam os meninos com um chicote apelidado "Peru de boi". Um dos menores, devido aos bárbaros castigos, foi internado em estado grave numa clínica particular. Em geral, os internos eram punidos com socos, pontapés e em várias ocasiões sofreram tentativas de enforcamento, conforme depoimentos prestados à Comissão que investigou a violência na região.

## O Morro Como Metáfora

Os morros e favelas das grandes cidades brasileiras funcionam como uma metáfora. De um lado está a versão da classe média que os vê como potencialmente geradores da criminalidade. De outro estão os técnicos do poder público que os encara como geradores de votos. E, por fim, está o aparelho policial que os transforma em zonas de guerra permanente. Nessas visões diferenciadas poucas vezes se repara para o dilema da violência atingindo crianças e adolescentes.

Esse grupo de risco, crianças e adolescentes, já nasce violentado por ter que conviver com a miséria institucionalizada: ausência de escolas, saneamento básico, lazer, residências etc. Não existe nem a longo prazo perspectiva desse grupo de risco almejar ser cidadão porque as condições de vida lhe são adversas. Resta-lhes integrar-se no seu mundo, que tem regras, sistemas e modos próprios de funcionar. Ali os traficantes de drogas são encarados de forma natural porque, na ausência do poder público, eles se tornam os representantes legais da comunidade.

Não é de estranhar, portanto, que nesse contexto surjam os "Brasileirinhos", "Pixotes" e tantos outros meninos que pegaram em armas para se tornarem profissionais. Ou seja, meninos com identidade própria, respeitados pela comunidade porque contribuem para a renda familiar, mesmo que o negócio seja ilícito.

Por outro lado, quando pretende se apresentar a essas comunidades, o Estado o faz em sua forma mais feroz: através do aparelho policial que invade residências, humilha moradores e investe contra os direitos elementares do cidadão. É através dessa "participação social" na vida comunitária que o aparelho policial contribui para dilatar as estatísticas sobre o massacre de menores. Ou seja, nas operações policiais, está cada vez mais difícil não ferir ou matar uma criança com uma bala perdida.

## Conclusões

Não se sabe até que ponto o assassinato de meninos de rua pode provocar

uma comoção nas camadas mais conscientes do drama social brasileiro. Não se pode mais dizer, hoje, no Brasil, que caminha para a estabilização das suas instituições democráticas, que esse genocídio seja visto de forma "natural". Não se justifica a omissão das autoridades brasileiras diante dessa barbárie.

Na verdade, se persistem as execuções sumárias é porque a impunidade já vem garantida antes do genocídio se instalar. A certeza do uso da força e a garantia futura da impunidade vêm carimbadas por cartórios de governos que não tem a menor preocupação com o problema. Esses governos fingem que apuram, que estão estarrecidos, mas por dentro se imobilizam e com isso incentivam mais as ações de grupos de extermínio.

Todo o governo sabe, a rigor, como se encontra e como funciona seu aparelho repressivo. Ele pode ser contido ou exacerbado, dependendo dos interesses sociais em jogo. No Brasil, nesse instante, pratica-se "o jogo das máscaras". Ou seja, alguns "fantasiam-se" de rigorosos na apuração da violência, mas, na verdade, essa apuração é uma encenação prévia da impunidade.

É claro que para se enfrentar a impunidade não basta boas palavras e atos moralizantes. É necessário, acima de tudo, uma reação viva e persistente da sociedade civil em atos que manifestem reais interesses de mudança. O basta à impunidade vem da base da sociedade que passa, através do confronto, a entender a violência não como algo genérico, e sim numa perspectiva de dominação.

Um Estado, onde os mais variados segmentos da sociedade estejam representados, não pode ver a questão do menino de rua sob o ângulo do assistencialismo. Os meninos não são simplesmente menores abandonados. Eles são, em última instância, filhos dos trabalhadores mais aviltados das periferias miseráveis das grandes cidades. Esse cidadão, por estar marginalizado dos processos mais elementares de cidadania e não dispor de um salário digno, não tem como investir na família.

Portanto é necessário investimentos em escolas de tempo integral para esse menino de rua a fim de proporcionar-lhe uma educação e um futuro. Não tem razão de ser a existência de internamentos e clausuras em órgãos de controle do menor, ineficientes e apenas repressivos. O menor, no Brasil, considerado formalmente prioridade nacional, exige com urgência investimentos em educação, saúde, lazer e cultura. Exige consciência e mobilização de toda a sociedade.

CEAP

# Cuidado com as crianças

Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE



A sociedade brasileira, tomada no seu conjunto, parece hoje conferir outro significado a expressões tradicionais com as quais cada um de nós se habituou desde sempre. Dizia-se "*cuidado com as crianças*" ao atravessar uma rua movimentada, ou ao comentar sobre fatos de que os filhos não deviam tomar conhecimento. "*Cuidado com as crianças*" era verificar se estavam agasalhadas para dormir no inverno, dividir a alimentação, matricular na escola. A palavra "*cuidado*" estava sobretudo associada ao carinho que de modo geral se deveria ter para com os menores.

Havia, sim, crianças vagando pelas ruas e delinquentes frequentadores de delegacias. Ainda que em proporções bem menores que as de hoje. O que não havia era o medo das crianças. Este é resultado da maneira perversa como vem se dando o desenvolvimento brasileiro, especialmente a partir do regime militar que tivemos durante quase três décadas e que agora vê continuadas suas instituições de autoritarismo e não-participação política, numa escassa democracia representativa formal. O quadro de fome, doença, desemprego - enfim, de miséria - que resultou dessas instituições atingiu mortalmente a infância brasileira.

Dizemos "*mortalmente*" no sentido literal do termo. As cifras de mortalidade infantil e de crescimento biométrico em nosso país estão em desvantagem com relação a países menos industrializados e modernizados, bem como nossas taxas de escolarização e atendimento médico-dentário. Pratica-se no Brasil um genocídio indireto, lento e eficaz, de crianças e adolescentes. Só a última grande seca de 1979-83, no semi-árido nordestino, foi ocasião para que morressem pelo menos 700.000 pessoas, na maioria crianças.

Nesta edição, contudo, referimos especialmente ao genocídio direto de crianças e adolescentes, ao assassinato deslavado e premeditado deste e daquele menor. São grupos organizados para o extermínio, apoiados por setores de classe média, associados de diversas formas aos órgãos da polícia e às cadeias do tráfico, que transformaram a Baixada Fluminense numa das áreas de maior criminalidade do mundo. Aliada tacitamente a estes grupos, a mídia coloca para o conjunto da população uma imagem do Brasil onde ressaem os crimes e a insegurança bem mais que a desigualdade e as injustiças. Envoltos nos mil e um problemas da sobrevivência cotidiana e cada vez mais empobrecido e insatisfei-

to, o cidadão comum passa então a ver no indivíduo ao lado um agressor potencial, uma ameaça, um perigo. É preciso ter cuidado! Cuidado dentro de casa, na rua, na praia, na feira, na saída da escola. Nos pontos de ônibus superlotados, aqueles garotinhos sonosos podem levar nossa carteira. Portanto, "*cuidado com as crianças*". Afinal, a gente nunca sabe...

Não somente na Baixada, mas em vários outros pontos do Brasil, formam-se e consolidam-se procedimentos absolutamente arbitrários, semelhantes àqueles que caracterizam períodos históricos como o desenvolvimento do nazismo e do facismo na Europa. O mais grave é que estas posições de força, descoladas das instituições jurídicas que poderiam garantir aos mais pobres a observância dos direitos humanos elementares, ganham espaço no meio popular, legitimam-se como opção para o futuro. Na falta de um caminho de educação, saúde, moradia, trabalho e lazer, pelo menos a ordem! por isso, "*cuidado com as crianças*". Hoje, afirma-se abertamente nos programas de rádio de maior audiência e nos jornais de maior circulação no meio popular que "*não podemos ter pena desses vagabundos e delinquentes, que amanhã não serão traba-*



*lhadores honestos, e sim ladrões, traficantes e estupradores. De um homem se pode ter piedade, mas não de um monstro". Ao invés de investir no futuro, corta-se pela raiz a possibilidade de que ele venha a ser melhor que o presente perverso.*

Surge como um desafio, para os movimentos sociais comprometidos com a democracia, o crescimento desta mentalidade cruel e desumana — que não deixa de ser prática, como era prático para os nazistas livrar-se dos judeus indesejáveis, como era prático para os faraós sufocar os filhos dos povos mantidos em cativeiro, quando seu número passava a

comprometer a continuidade do império. Neste momento da história do Brasil, quando a luta pela democratização parece ter mais degraus por subir do que talvez nos parecesse anos atrás, é preciso articular nossas organizações — igrejas, sindicatos, associações, grupos partidários, centros de pesquisa e divulgação, etc. — no sentido de fazer frente a este pavor do futuro.

Coloca-se como convite, descobrir as estratégias através das quais, nos tempos bíblicos, uma família do povo oprimido de Israel logrou atravessar o cerco de um rei associado ao grande sistema imperialista. Eram dois cuidados

em conflito. Um, o "cuidado com as crianças" que podem crescer para mudar a ordem injusta ou que, pela simples presença viva, ameaçam as instituições desta ordem. Outro, "o cuidado com a criança" que tem que ser preservada das milícias de extermínio. Dependerá em grande parte de nosso esforço e compromisso resgatar o sentido original deste grito que provavelmente tantos de nós ouvimos quando meninos e meninas e ao qual, quem sabe, devemos o fato de termos chegado vivos à idade adulta: "cuidado com as crianças!..."

**CESE**

Coordenadoria Ecumênica de Serviços

## depoimento

Eu tenho 14 anos. Eu vou falar aqui é de uns colega que morreu. Queria apenas se o matador daqui desse uma chance a gente, que não matava mais ninguém. Eu peço a ele, por favor vocês, deputados, assim, governador, eu não sei, ajuda a gente, por favor, porque a gente tá precisando.

Eu tinha um colega que ele morreu ali, aqui na praça mesmo, ali, em frente um bar, só por causa de uma camisa. O meu colega, ele tava com frio, que é porque a gente dormia na rua. Esses policiais, eles tá ficando tão ruim com a gente, que eles não podia fazer isso. Ele tinha, ele tinha que cumprir o dever dele, que nem a gente tá cumprindo. A gente também, a gente não quer roubar, mas os policiais, é, quando eles pega a gente, ele gosta é de bater na gente, torturar a gente. Pôxa, a gente assim se sente triste, pôxa, ninguém faz nada pela gente, algumas pessoas é que ajuda a gente. Os policiais pega a gente à toa aqui, se a gente dormir na praça aqui, eles taca água. Os bandidos mesmo próprio mataram ele, os bandidos próprio eles tá com a polícia. Pôxa, se a gente dormir aqui na praça eles quer matar, as policia vê e não faz nada, os policiais mesmo ajuda.

Agora eu vou falar é de um colega meu, que morreu. Tava eu e uns colegas meu na praça, sentado, aí de repente veio a polícia, a gente não tava fazendo nada, a gente só tava brincando perto de

uma estátua que tem na praça. Aí pôxa, coitado da gente, a gente não tava fazendo nada, o polícia chegou com a sua patrulha, pegou meu colega, ele tirou o revolver, aí deu um tiro no meu colega. Veja só, à toa! Deu um tiro no meu colega à toa. Aí o outro colega meu correu, aí todo mundo correu. O meu colega, que tava perto não deu tempo que é porque o cara já chegou atirando, aí o meu colega morreu.

Eu vou falar é de outro colega que morreu. O outro colega, ele morreu foi na outra praça baleado legal, não teve nem tempo de ele respirar nem nada. Quando a gente foi ver, ele já tava morto. Aí, quem foi, quem foi? É os policiais, pôxa desse jeito, é matando a gente, a gente não tá fazendo nada com eles, não tá xingando ninguém, a gente pega assim nos bar é porque a gente tem fome. Aí chegou um cara chamado de matador, mão branca, aí chegou o mão branca. O mão branca começou a matar gente assim à toa. Pôxa, esse mão branca, eles tinha que dar uma chance pra gente. Meus colegas, eles tá morrendo tudo.

Eu já tive preso muitas vezes. Aí os policiais pegava a gente, começavam a torturar, aí eles queimava a gente de cigarro, aí é fazer uma porção de coisa, a gente ficar assim de braço pra cima, assim tacava água na gente, dava cassetete na gente, na cabeça, na mão da gente aí, olha só, doia, fazia a gente comer cocô, comer barata. Pôxa, a gente já sofremos muito, o senhor tem que ver, o senhor bo-

ta alguém na rua assim, é pra olhar por a gente.

Na FUNABEM, eles, pega a gente, lá eles bate sem a gente fazer nada, os tios de lá da FUNABEM. Pôxa, dá um jeito lá, na FUNABEM, é porque a gente tá precisando. É qualquer coisinha eles quer bater, é, quer espancar. É que os filhos deles eles não faz isso. Agora, com a gente, eles quer espancar, eles quer fazer isso, quer fazer aquilo. Eles pega a gente, leva a gente para a quadra, aí chega lá, aí eles bate à bessa na gente. Aí falam assim, se você falar para o juiz, aí eu vou te matar, eu vou te matar, aí a gente fica tudo com medo, aí a gente não fala pro juiz. Que é porque eles, se a gente falar para o juiz, aí o juiz vai mandar eles embora. Aí eles tem família, tem isso, tem aquilo para criar, né? Aí eles chega pra gente e ameaça, ameaça a gente.

Eu tô na rua que é porque a minha mãe ganha pouco, é não dá, eu tenho é três irmão, aí não dá pra sustentar a gente. O meu padrasto ganha pouco. A gente é sofrer mesmo, é sofrer. É que pode, é, me ajudar, será, é que pode vocês todos se unir e olhar pela gente, é pelo menor abandonado?

Os policiais às vezes, eles ameaça a gente, ele manda a gente roubar para eles, se a gente não roubar para eles, eles quer matar a gente, é na madrugada, quer fazer uma porção de coisa com a gente, eles que eles quer estuprar a gente.

# A Violência contra o menor

Hélio Bicudo



Vidal Cavalcanti

"A liberdade a que tu me  
convidas  
é a tua liberdade"

André Malraux

Aproveito para epígrafe esta frase do autor de *La Condition Humaine*, citada por D. Paulo Evaristo Arns em recente alocução, como poderia aproveitar os versos de John Donne que inspiraram a Ernest Hemingway o título de um de seus romances mais reveladores sobre a eterna luta do homem pela liberdade: *For Who the Bell Tolls*, ("Por quem os Sinos Dobram").

Como sabemos, John Donne encerra o poema pedindo ao leitor que não pergunte por quem os sinos dobram, pois dobram "por ti", por nós. Ou seja, a causa da liberdade é a da liberdade de todos os homens, da espécie humana em sua totalidade, de tal modo que, ao postular os direitos do menor na esfera civil e social, estamos na verdade postulando o direito de transmutar a sociedade tal como ela é em outra em que, a decência, a honradez e o respeito pela pessoa humana não sejam apenas deveres morais, mas também deveres jurídicos. Quando chegaremos lá?

Não foi a minha experiência com o "Esquadrão da Morte" que me despertou para o fato de vigorar em nosso País, mais do que em qualquer outro, uma ordem social marcada por desigualdades abissais, a começar pela desigualdade

perante a lei. Quando dei início ao combate àquela *societas sceleris*, com cerca de um quarto de século de tarimba como promotor e procurador da Justiça do Estado de São Paulo, já sabia há muito tempo que tínhamos e temos uma justiça de classe e, o que é pior, uma justiça de raça, na medida em que raça e classe guardam entre nós uma relação direta de causa e efeito. O Código Penal cai sobre a massa anônima do povo como o látigo sobre a pele do cavalo, mas não alcança o estamento dominante da sociedade.

Esta injustiça não é de hoje, vem desde os alvares da nacionalidade, quando éramos governados pelas *Ordenações do Reino*. Diga-se no entanto em abono da verdade que nessa época a lei era clara ao estatuir penas menores ou mesmo a impunidade para os membros do clero e da nobreza, ao passo que hoje em dia as ordenações constitucionais escondem a realidade, proclamando a igualdade de todos perante a lei.

A palma do martírio dessa injustiça cabe aos menores. O menor é a vítima por excelência do sistema latifundiário, que o arranca juntamente com os pais do meio rural para os cortiços, favelas e mocós das capitais, onde o esperam a hostilidade do ambiente, a deambulação pelas ruas, a desagregação da família e o desemprego ou o subemprego, fruto da despreparação para o trabalho qualificado. Seguem-se os primeiros atos delinqüenciais, o aliciamento das drogas,

a protuição ou o furto para manter o vício e, em certo e inevitável momento, o duelo nas sombras com a polícia, em que ele invariavelmente morde o pó da derrota.

Por quê a polícia o mata? Pela mesma razão que a leva a matar os maiores de idade quando lhe parece que não pertencem à classe dominante: por ignorância. Por mais trágico que se afigure, a desqualificação profissional que torna tão aleatória a ascensão do operariado na escala do mundo do trabalho, atinge por igual a Polícia. Enquanto a oficialidade das três Forças Armadas é obrigada a seguir cursos de especialização e de comando a cada degrau da hierarquia e todas as demais profissões organizam cursos de atualização com assídua periodicidade, os praças e oficiais da Polícia Militar, concluída a instrução básica, tornam-se acadêmicos de si mesmos, como aliás os investigadores e os delegados de polícia. Ora, sendo a atividade policial embrutecedora, embotante da sensibilidade como poucas, além de facultar a livre expansão do instinto predatório que é próprio da natureza humana, dado o sentido de quase onipotência e intangibilidade que todo agente de segurança deste nosso País experimenta, deveriam eles passar por cursos no mínimo anuais de reciclagem não só de técnicas policiais, mas também e sobretudo de relações humanas, instrução moral e cívica, ciências sociais, direito civil, direito criminal e assim por diante. Ca-

so contrário, nosso policial prototípico continuará, como herdeiro da mentalidade dos capitães do mato de outrora, a encerrar no brasileiro pobre uma peça fora que pode ser impunemente fuzilada, enquanto este o encara como o agente de segurança dos senhores.

Enquanto escrevo, sinto um frêmito de horror ao pensar naquele menino de dez anos morto pelas costas, com um tiro na nuca, por ter fugido à aproximação dos ocupantes de uma rádio-patrolha, ou daquele garoto de 14, acusado de furtar a casa de um PM, que foi enforcado por dois colegas deste com uma corda e ainda teve os dedos das mãos decepados!

Bem sei que nós todos temos culpa de que assim seja — e é na tentativa de resgate da parte que aí me cabe que eu vivo empenhado nesta luta. Com efeito, quando se colocou agudamente o problema do menor e da delinqüência juvenil, em decorrência da conurbação, ou seja, do agigantamento das metrópoles urbanas, por sua vez fruto da rigidez do sistema fundiário e do processo de industrialização, tudo o que as autoridades reinantes de então excogitaram, para encarar-lo, foi a transformação do antigo SAM na FUNABEM, com seu desdobramento estadual na FEBEM. Ora, a

questão não se esgota com a multiplicação de estabelecimentos tutelares, embora eles sejam imprescindíveis, nem na expansão dos serviços de assistência social, que seria igualmente imperiosa. A questão vai mais fundo, lançando raízes no campo da educação. Nossas elites não se preocuparam em educar o povo para a liberdade e, dentro dessa conspiração tácita para mantê-lo na ignorância de seus direitos, também não se preocuparam em educá-lo para o trabalho.

A verdade é que o sistema educacional brasileiro enferma de um mal insidioso, que é a falta de uma rede escolar de ensino técnico de nível médio, capaz de habilitar as crianças para o trabalho na agricultura, na indústria, no comércio e nos serviços. Tal como ele é, a meta final e única do sistema educacional é a Universidade, com aquela ridícula e ineficaz especialização em "exatas" ou "humanas" ao nível do segundo grau. Ora, se não há escolas que ensinem uma profissão, onde a aprenderão os menores que precisam de trabalhar?

Não aprendem. Ou pior, aprendem a profissão pelo método autodidático, por tentativa e erro, entrando e saindo de empregos vários, comendo o pão que o diabo amassou com mestres e patrões que também passaram pela mesma via

crucis. Pela qual igualmente trilharam, afinal, os membros das corporações policiais na sua quase totalidade, para onde levam uma carga de ressentimentos pronta a explodir ao menor estímulo.

Nos *Essais de Morale Prospective*, que é uma obra de 1966, Jean Fourastié já chamava a atenção para o fato de que as sociedades modernas se constroem com base no ensino, o que pode gerar desigualdades tão grandes como as hereditárias de bens de raiz, em face das desigualdades congênitas de aptidão escolar. Com a agravante das descontinuidades dentro da classe e de disparidades no seio da família. E as futuras gerações — pergunta o ensaísta francês — acharão mais justo o nascimento favorecido pela inteligência do que nossos antepassados acharam o nascimento favorecido pela fortuna.

No Brasil, nós ainda nos achamos na pré-história e talvez até em movimento de regressão. Eis a suprema violência que se comete contra os menores, a qual está na origem da violência policial que se abate sobre eles. Eis uma reflexão que prescinde de números estatísticos.

Hélio Bicudo  
Secretário de Assuntos Jurídicos da  
Prefeitura de São Paulo

## depoimentos

Tenho 15 anos. Mataram um menor, o matador que matou ele. Bate na gente, eles pega a gente e leva a gente para o DPO (Destacamento de Polícia-Ostensivo), aí quer que a gente chupa eles, bate na gente, pega a gente e anda no chão, limpa o banheiro de lá. Quer escolachar a gente, fazer a gente ficar no meio dos outros andando no chão, de joelho, dá cascudo na gente, puxa o cabelo da gente escolacha a gente, chama a gente de puta, chama a gente de puta.

Eles tira a roupa da gente, passa a mão no corpo da gente, quer aproveitar da gente, quer que a gente dá dinheiro para eles.

Ah! Já vi muita coisa, já vi eles batendo nos colega da gente, escolachar, pegar um com outro levar para um lugar deserto e ficar machucando. Eu quase não roubo, eles me pega mais à toa, sa-

be? Vamos supor ele pega a gente uma vez, aí toda vez que ele vê a gente bate à toa. Tem um PM aí, ele bate na gente à toa, toda vez que ele me vê ele me bate, à toa. Inclusive pegaram elas por causa de mim, bateram nelas, por causa de mim, eles batem à toa. bate em qualquer lugar, em qualquer lugar que eu tiver, com qualquer um, a qualquer hora, eles pegam. Pode ser até com a minha mãe, eles me pega e me bate.

Ah, não. Eles pega pra eles, eles fala que é roubado e pega pra eles. Qualquer coisa que a gente comprar, se não tiver nota eles pega e fica pra eles, se não trazer o comprovante eles pega e fica para eles, diz que é roubado. (Eles quem?) Os polícia, eles fica pra eles.

Eu tenho 10 anos, durmo no shopping Center todos os dias e todo dia de madrugada, à meia-noite, os PMs vai lá pra atentar a gente e leva a gente lá pra

dentro, bate na gente, faz comer barata, faz comer cocô, joga água quente na gente, faz uma porção de dá cassetete na cabeça, aí eles fazem uma porção de negócios.

Só foi o matador que me deu uma carreira um dia desses aí de bicicleta.

Eu tenho 12 anos. Aqui na praça os guardas tão batendo na gente. Mataram um colega meu, na hora que ele tava lá numa coisa de angü, na hora que ele saiu os caras pegaram ele e mataram. A toa, eles bateram na gente ontem, porque eu tava lá brincando, eu e meu colega, foram e bateram na gente. Eles batem na gente e deixa com fome. Eu fico aí, brincando, peço coisa aos outros para comer. Ah, meu pai morreu... Lá tá destelhado, minha mãe tá dormindo na chuva, ela fica com um, fica com outro, aí não dá para ficar com ela. Tão matando a gente lá, leva a gente lá para debaixo do viaduto.

# O menor abandonado nas ruas da Baixada

O espetáculo deprimente e desumano do menor abandonado antinge a todos nós, seres humanos que gozamos de alguma cidadania neste ou em qualquer outro país do planeta Terra.

Uma criança abandonada em qualquer recanto do mundo é um atentado contra a própria humanidade. Não haverá paz enquanto uma só criança for vítima da violência.

As reações de uma sociedade e de muitas autoridades revelam cinismo, medo, asco. O menor é visto como um problema. Como solução irresponsável e criminosa, muitas vezes, o menor é perseguido, confinado ou exterminado.

A Pastoral do Menor, desta Igreja, quer ser um testemunho e um serviço ao menor abandonado. Testemunho de sua dignidade e de seu direito à vida. Serviço de solidariedade e de promoção da justiça e da fraternidade.

A Pastoral do Menor, na sua fragilidade, quer ser uma denúncia e um apelo.

Como denúncia, a Pastoral do Menor traz a luz, do dia, a iniquidade da situação em que se encontram os menores de rua e as perseguições que sofrem e enfrentam.

Como apelo, a Pastoral do Menor oferece uma proposta de solução: o menor não é problema. A conversão ao menor e a solidariedade com os mais fracos são caminhos a serem percorridos pela sociedade que deseja superar a violência e a marginalização.

A Baixada Fluminense, um retrato em branco e preto do Brasil, sofre a humilhação da marginalização violenta. No meio de uma milionária população privada e carente das condições básicas para uma vida digna e livre, as crianças são as que mais sofrem os males da injustiça e da miséria.

A situação violenta que caracteriza a Baixada Fluminense é explicada, em primeiro lugar, pela própria formação do Estado Brasileiro que jamais foi organizado em função do povo. Mesmo com a nova Constituição, o Estado continuará servindo bem 30% do povo brasileiro. Quanto ao restante da população, 40% recebem atendimento periférico e secundário e 30% são ignorados e marginalizados.

A Baixada Fluminense continuará humilhada e um laboratório dos males da injustiça, enquanto não ocorrer profunda transformação dentro e fora das fronteiras do Brasil.

A ordem econômica internacional é geradora da miséria do nosso povo e dos pobres do mundo. As riquezas são sugadas e o trabalho humano explorado numa forma irresponsável e criminosa.

No dia 25/07/1988, segundo divulgação pelos M.C.S., o Brasil pagou um bilhão de dólares pelos juros da "dívida" externa.

Internamente, a ordem e o progresso que inspiram e determinam as relações sociais, econômicas e políticas, fazem do Brasil a oitava economia do mundo ocidental, enquanto 70% da população é condenada a uma situação de miséria cada vez mais grave e alarmante.

A resposta que o povo tem recebido é trabalhar mais e participar cada vez menos das riquezas produzidas. Na bandeira brasileira poderiam ser escritas, com a cor do sangue, três palavras geradoras da legião imensa de menores carentes e abandonados: "Produce, export and starve"!

Como ser humano e pastor cristão, neste depoimento às Nações Unidas, desejo gritar o desespero e clamor de justiça de nosso povo.

Um programa de castração dos pobres e uma política de perseguição e de extermínio dos menores abandonados e dos delinqüentes menores e adultos, não trarão paz social e nem oferecerão segurança aos grandes, ricos e poderosos deste país ou de qualquer outro lugar do mundo.

Sem justiça e fraternidade, o futuro do mundo e da humanidade se encontra seriamente comprometido e ameaçado.

Repartir o pão e levantar os caídos são os caminhos de paz e da vida na terra.

Duque de Caxias, 26 de agosto de 1988.

D. Mauro Morelli

1º Bispo da Diocese Católica Apostólica Romana, em Duque de Caxias e São João de Meriti, RJ.

# A profecia dos sem rumo, sem prumo, sem colo

Rosângela Soares de Oliveira



J. R. Ripper

O cotidiano é muito diversificado em seus sinais. Alguns deles, vividos no passado, se atualizam através dos tempos. A Bíblia tem esta força — tensão entre presente e passado (e vice-versa) recriando o futuro. Como diz o verso de uma de suas tantas poesias: "tua palavra é lâmpada para os meus pés, e luz para o meu caminho (Sl 119.105)". Luz é preciso para desvelar a armadilha preparada pelos perversos! (Sl 119.105-112).

Temos no nosso caminho um sinal: milhões de crianças sem rumo, sem prumo, sem colo. A situação dos órfãos ou crianças abandonadas há muito tem impressionado às Igrejas. Elas tem procurado assisti-las nas mesmas formas que o Estado: institutos, orfanatos, apadrinhamentos, adoções, escolas, creches. Parece que hoje estas formas chegaram a certo esgotamento. Não conseguiram, evidentemente, fazer diminuir o número de menores carentes, e em troca vêem diminuir a sensibilidade traduzida em verbas para o funcionamento de tais instituições.

Algumas Igrejas têm entrado em outras frentes de assistência — se misturam na rua com aqueles que vivem na rua. Já que o orfanato não garante dignidade de vida, o jeito é procurar e viver,

pelo menos, com um mínimo de dignidade na rua. E certamente, há muitos códigos de ética para uma vida digna traçados por quem vive na rua.

Mas, quem está indo para a rua depara-se com um sinal dos tempos — não se trata só de criar meios para uma vida digna, trata-se de garantir que essas crianças permaneçam vivas, pelo menos, vivas. Oficiosamente/Veladamente o Estado está mudando a sua política de assistência, e a justificativa dada para que se incorpore unanimemente esta medida, é "que está se cortando o mal pela raiz!" Esta é a armadilha da perversidade — extermínio de crianças de rua!

Falar de criança dessa maneira é como ter o fio da navalha dilacerando o próprio corpo. No entanto, mais cruel do que a palavra é a realidade. A imagem romântica que se veicula sobre o ser criança não vale para todas as crianças. Há momentos em que a criança é tratada como um inimigo a ser destruído na História do povo de Deus Moisés e Jesus são sinais proféticos de quem conseguiu desarmar a armadilha da perversidade.

Faraó Ramsés II, do Egito, por volta do séc. XIII a.c., contava entre os operários da construção das cidades-

celeiros com alguns hebreus, que haviam chegado lá nos séculos anteriores fugindo da seca e da fome. Diz a história, contada por quem tem fé, que o número de operários-escravos crescia a ponto de fazer estremecer o Rei. Crescia o número de oprimidos — sinal de problemas para o Estado. Se por um lado era aumento da mão-de-obra, por outro, sinal de oposição política. Faraó decide então dar um tratamento político a este contingente crescente. Decreta uma medida direta contra os trabalhadores e outra contra o contingente do futuro — as crianças. Ordena às parteiras que matem os meninos recém-nascidos de mulheres hebréias.

Matar crianças é uma medida política que o Estado usa para "cortar o mal pela raiz". Antes que vire um trabalhador/potencial de transformação, oposição política à mão-de-ferro, decreta-se o indescritível não (Ex 1.8-22).

Mas a perspicácia de mulheres e a criatividade de quem tem fé na vida desarmam a armadilha do decreto-perverso. As parteiras praticam a desobediência civil e não matam as crianças. A mãe "abandona" o seu filho em uma cesta no lago onde a filha do Faraó costumava se banhar. E a própria irmã do

menino, aguarda a oportunidade de aproximar-se da Princesa e oferecer-lhe os serviços de uma ama, que não era outra senão a sua mãe (Ex 2.1-10). Livre Moisés do indescritível não, cresce com a solidariedade dos que escaparam e dos que sonham com uma terra de liberdade e pão. E vive com o seu povo uma das experiências mais marcantes de Deus — “vi a aflição do meu povo que está no Egito, e ouvi o seu clamor por causa dos seus opressores. Conheço-lhe o sofrimento, por isso desci a fim de livrá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e ampla, terra que mana leite e mel” (Ex 3.7-8).

Javé/Libertador se contrapõe ao Faraó. É só é possível desarmar a armadilha do perverso preservando a vida, para que ela germine com toda a força de transformação. Moisés/saído das águas cresce como uma denúncia profético de quem escapou da mão-de-ferro, da política de extermínio. Historicamente ou teologicamente o decreto da matança de crianças se repete nos tempos do Rei Herodes, rei romano que governava a Palestina no séc. I d.C.. A narrativa do nascimento de Jesus, segundo o evangelho de Mateus, recria o mesmo cenário de perversidade do Estado. Herodes se sente ameaçado pela esperança popular do Messias/Salvador/boas novas de grande alegria e decreta o extermínio de crianças menores de dois anos em Belém (Mt 2.16). Jesus também escapa, e cresce construindo caminhos para um novo

tempo — “felizes os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos” (Mt 5.6).

Talvez, por isso Jesus olha as crianças como um sinal de transformação. Os dois momentos em que nos evangelhos Jesus aparece com as crianças, ele as coloca no centro da roda: “... em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus...” (Mt 18.1-5), “...deixai os pequeninos, não os embaraceis de vir a mim, porque dos tais é o reino dos céus...” (Mt 19.13-15).

Às vezes, nos enveredamos por estes textos bíblicos forjando uma imagem do ser criança que tem excluído aqueles que vivem na rua. A imagem da inocência, da obediência, da meiguice não corresponde à da agressividade, independência e perigo associada às crianças sem rumo, sem prumo, sem colo. Mas são elas que sentadas no colo de Jesus provocam senão o compromisso, pelo menos, a nossa fé. Jesus as faz anunciadoras do Reino de Deus. É como se estivesse dizendo com as crianças no seu colo: “... Se não puder identificar-se com elas não poderá estar fazendo a justiça, se não conseguir amá-las não poderá ver a Deus, se não reconhecer o seu clamor não poderá desarmar a armadilha do perverso, se não permitir que elas sejam crianças, em todos os sentidos, inclusive o do prazer pela fantasia e pelo brincar não será bem-aventurado, se não reconhecer a denúncia profética de que elas são sinais, não se poderá empenhar

na transformação dessa sociedade.

Sem dúvida esta é uma tarefa urgente. Tão urgente quanto perigosa. Porque a mão-de-ferro pesa indiscriminadamente sobre quem está na rua, e quem ama aos sem rumo, sem prumo, sem colo. A ameaça de morte que paira sobre os pequeninos — sejam eles “tombadinhos”, assassinos, trabalhadores ou apenas moleques é uma profética denúncia de que chegamos, como sociedade brasileira, a um limite. Estamos entre a vida e a morte, e uma sociedade que não tem paixão pelas crianças, não pode ter por mais nada — que não seja lucro e poder.

A justiça de Deus não está na mão forte “que quer cortar o mal pela raiz”. Aliás não é nem mesmo “nesta raiz que está o mal”. Isto, a Palavra de Deus, que é luz, demonstra. A história da salvação se fez por aqueles que lutaram pela vida, que desarmaram a armadilha da perversidade. Essa denúncia da qual as crianças de rua são portadoras, precisa encontrar meios de se tornar anúncio de que crer, na vida, é um ato de gratuidade. Elas podem ser imagem não do medo ou do ódio, mas da justiça e da paz.

“E isto vos servirá de sinal: encontrareis uma criança envolta em faixas e deitada em manjedoura”. (Lc 2.12).

Rosângela Soares de Oliveira — pastora metodista, integrante do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI

## depoimento

Tenho 16 anos. Fui espancada na sexta-feira, por causa que eu tava procurando uma colega minha mas ele falou que a colega, ele tem richa da garota, então aí em vez de apagar a menina ele quer bater na gente também, porque ele não gosta da garota mesmo, aí ele acha que porque ele não gosta da garota que ele pode bater também nos outros, entendeu? Só isso...

Ah, eles escolacha, leva pra um lugar, eles vê que tá tudo escuro, eles leva, quer fazer, ele quer fazer a gente entrar dentro do bueiro, ele quer, ele escolacha. Se a gente estiver com alguma bijouteria eles querem, eles leva, alguma coisa eles fica pra eles. O negócio deles são bater, bater e fazer os outros chupar.

Se eu não dou as costas para ver quem era, ontem eu já estava morta. (Por que?) O matador, o matador. (Mas ele fez alguma coisa?) Ele tentou, entendeu? Mas só que eu olhei para trás não deu, aí ele cortou caminho, entrou dentro do hotel.

Porque a minha vida é essa mesmo, é roubar, porque a minha mãe, ela não tem as compras dentro de casa, então ela não pode trabalhar, eu também não quero trabalhar, então eu roubo, mas a gente perde até a coisa de roubar, porque a gente vem roubar e em vez da gente levar nosso dinheiro, não, quem come o dinheiro é eles mesmo, enten-

deu? Então a minha é essa mesmo, eu roubo. Quando eu não roubo aqui, eu roubo em outro lugar eu roubo em loja, o negócio é esse. (Mas eles quem?) Ah, esses polícia aí. Eu não trabalho porque eu não quero, porque esse negócio de trabalhar aí, essas madames são mais ladronas do que eu roubo, entendeu? Aí elas querem roubar eu, em vez delas me roubarem eu roubo elas primeiro. Porque elas só estão querendo dar três mil, quatro mil (cruzados), pra que que eu vou querer três mil, quatro mil? Então, se é para ganhar isso. Ah, é. Eu me viro aqui, porque aqui tá mais melhor do que ganhar três mil ali numa casa dessas madames, as madames rouba, é que esses PMs daqui, rouba mais do que a gente.

## depoimento

Praticamente martirizado pela polícia de Caxias desde quando ele era garoto, vendia bala no trem. A gente vai falar um negócio desse, chega na delegacia dá um depoimento, entende, eles vão dizer que é mentira, o que você está dizendo, eles não vão procurar apurar. Ele apanhava, tomavam o dinheiro, aqueles guardas que ficam ali na Central, na estação, tomam o dinheiro, quer dizer, as crianças vai ficando o que? Revoltado. Tá procurando trabalhar que é para ganhar um dinheirinho, para comprar uma roupa, comprar um sapato, que vê os outros colegas arrumado e não pode, né? Então se arrumar, eles vão e apanham o dinheiro. Ele já foi preso quatro vezes, deram nele na delegacia e deixaram ele todo machucado e todo arrebentado, para ele assinar processo de crime que tá lá, que ele tem certeza que não foi ele e ele não vai assinar, ele disse: eu morro mas não assino. (E quais são os dois filhos da senhora que foram mortos?) Aldenir Calisto Mendes e Magno Fernando Mendes. Eles estavam dormindo, entende, aliás nós estávamos vendo televisão. Aí terminou de ver televisão, forraram o colchão no chão vendo televisão e ali mesmo ficaram, dormiram, né? Aí eles bateram na porta, aí bateram insistente na porta, a primeira vez, depois bateram a segunda, aí eu perguntei quem era, eles: pode abrir que é a polícia. Mas acontece que aqui nós já estávamos acostumados a abrir a porta para a polícia, para a polícia do batalhão (Polícia Militar). Eles vem aqui com patrulhinha, com camburão, uma hora, duas e meia da madrugada. Quer dizer, nunca aconteceu violência da polícia aqui dentro (Militar). Não, da polícia eu não vou dizer, porque eu não vou falar uma coisa que não aconteceu, entende? A polícia nunca usou de violência aqui, nunca aconteceu deles chegar aqui e usar de violência. Eles bate na porta, entra, revista. (Isso a PM?) É, a PM. Entra, revista, vão embora, revista dentro da avenida, anda por aí, mas nunca usaram de violência com a gente. (Mas isso sempre com o mandado do juiz?) Não, não, isso aí já é normal, isto aqui, eu moro aqui há quase vinte e oito anos, vai fazer vinte e nove anos que eu moro aqui e isso aqui sempre foi assim. Então, quando eles falaram que era a polícia, eu já estou acostumada a abrir a porta para a polícia não ia deixar de abrir, porque nunca me aconteceu nada, você vai ter medo? Aí eu abri, quando eu abri a porta que eu vi, o primeiro tava ali encostado no canto ali já com o revólver na mão aí eu tentei ainda fechar. Quando eu empurrei a porta ele meteu o pé na porta e o outro que tava atrás dele, no escuro, botou o revólver na minha cabeça e ele entrou. Aí perguntando quem era os garotos, eu disse, olha aqui, vocês não são da polícia, porque a polícia não vem aqui, nunca o pessoal da delegacia vieram aqui. "Não, nós somos da delegacia".

Não é gente, não é porque quem vem aqui é o batalhão, eu moro aqui esses anos todinho e nunca a polícia veio aqui de noite, nem depois de seis horas da noite a Polícia Civil nunca veio aqui fazer nada. Aí disseram: "não, a gente vai levar eles para a delegacia para uma averiguação". Isso era meia-noite e meia mais ou menos. É grupo de extermínio, é grupo do extermínio. (Eles mostraram algum documento?) Não mostrou documento nenhum gente, eu com o revólver na cabeça, o outro ali com o revólver na minha cabeça, aí eu disse, esses garotos trabalha, todos dois trabalha lá atrás no estacionamento, eu conversando com eles, falando, né? Aí ele disse assim: "não tia, eles vai para a delegacia". Aí quando eles foram saindo, com os dois garotos, ele disse assim: "não, a senhora pode ir lá na 59ª que daqui a pouquinho, se eles não tiver nada, eles sai". Aí eu fui, quando eu cheguei ali no portão, que eu vi o carro... não, na frente não tinha placa, um carro branco, não sei negócio de marca de carro. Aí eu olhei, aí eu falei assim: isso aí não é carro de polícia, isso aí é carro de matador. Aí quando eu falei isso ele puxou o revólver para me atirar, foi quando eu afastei, aí o outro falou assim: "pode ir na delegacia que eles estão lá". Aí eu comecei logo, voltei para dentro de casa gritando..., eu voltei gritando e gritando, aí os vizinhos, todo mundo, que naquela confusão d'eu gritando aqui dentro o pessoal já estava acordado, mas todo mundo com medo de abrir a porta, viram pelo buraco da janela, deve ter visto que não era a polícia.

Porque quando é o batalhão ninguém liga, todo mundo abre porta, abre janela, ninguém esquentava a cabeça, né? Então viram que não era, ficaram todo mundo com medo de sair, que tinha mais três dentro do carro, lá dentro, esses dois que vieram aqui, e lá dentro tinha mais três, tinha um no volante e dois atrás, aí jogaram eles dois dentro do carro e foram embora. Dez minutos depois eu cheguei na delegacia, dez a quinze minutos, porque foi minhas amigas aqui, eu e um grupo de cinco pessoas. Aí chegamos na delegacia, o delegado: "a senhora sobe para registrar a ocorrência". Aí tava lá o escrivão, não sei o que é lá, de justiça, subi comigo numa má vontade tremenda, bateu lá os papéis, eu descí. Aí eu conversei com o delegado, um magrinho, que eu não sei o nome, eu falei pra ele: excelência o senhor não vai fazer nada? o senhor não vai comunicar? Porque, na minha ida daqui para lá eu encontrei com uma patrulhinha perto do Sandu, então eu pedi socorro a eles e eles falaram assim: "a senhora tem que ir na delegacia que nós somos os que está mais próximo, então eles vão comunicar ao batalhão, o batalhão imediatamente comunicava a gente, quando a senhora chegar lá nós já estamos lá, porque nós já estamos aqui, no Sandu, fazendo plantão no San-

du, então eles vão comunicar, talvez tenha até um carro mais próximo, tenha um outro carro que esteja mais próximo". Aí eu vim embora, eu falei para o delegado: o senhor não vai fazer nada não? Ele disse: "a senhora senta num banco aí e esfria a sua cabeça porque caso de sequestro nós só podemos registrar depois de vinte e quatro horas". Aí eu disse assim: o senhor tá dizendo isso pra mim porque não é o seu filho, é filho de pobre que foi sequestrado de dentro de casa, que foi tirado dormindo de dentro de casa pelo grupo de extermínio, porque não foi a polícia que tirou eles de lá de dentro de casa, e o senhor não vai fazer nada. Se fosse o seu filho, o senhor sabe o que faria? O senhor botaria a polícia todinha, não só da delegacia como a do batalhão, pra procurar o seu filho, mas não é o seu, o senhor não vai fazer nada, agora, eu não vou ficar sentada aqui esperando a sua boa vontade e daqui a pouco eu tenho uma notícia triste, que meus filhos tá morto em qualquer lugar, porque o senhor não quer fazer nada. Aí sabe o que ele fez? Ele virou as costas, eu peguei e saí, eu e o pessoal que estava junto comigo saímos. Procuramos em tudo que foi lugar, rodando, a gente andando, dividia assim, ia cinco nun lugar, outros cinco num outro, andando, todo mundo andando por esses pedaços todinho aí rodando. Aí quando foi quatro e meia, era mais ou menos umas quatro e meia da manhã, eu entrei aqui dentro de casa pra mim tomar um café, quando foi seis horas a gente saiu. Quando eu cheguei na padaria, tinha uma senhora chorando, dizendo: "tem dois rapazes mortos ali embaixo, parece até que é irmão". Quando ela disse aquilo, não falou comigo, falou com o moço da padaria, aí quando ela falou eu não quis nem perguntar nada e vim embora para casa e quando foi daqui a pouco o pessoal veio entrando pra aqui dentro de casa, chorando, todo mundo, eu senti logo que já tinha acontecido o negócio, né? Aí eu nem fui lá mais. Fui direto na redação do O DIA e na Rádio Tupy, o pessoal da Tupy que veio pra aqui, pra delegacia, me dando apoio. Lá dentro da delegacia ainda fizeram um negócio comigo, eu cheguei, aí começaram a me chamar pra uma sala, chamar para outra, pra fazer retrato falado. Eu com a cabeça em pânico, com meus filhos morto, sem ter condições para enterrar, sem saber o que eu ia fazer da vida, e eles me chamando para fazer retrato falado. E o Nélio lá dentro, que tinha vindo de lá da Tupy para fazer entrevista na delegacia, na 59ª, esperando e me procurando dentro da delegacia e não sabia onde eu estava. Aí eu vim, saí do corredor da sala onde eu estava, vim no banheiro e nisso eu encontrei com ele no corredor e ele disse: "onde você andava"? Eu tava ali na sala que o moço mandou eu esperar pra fazer retrato falado. (A senhora sabe quem são os exter-



Fernando Rodrigues

“não vale?” Eu disse assim: bem, a sua palavra tá sendo gravada junto a minha, eu vou tentar, agora, se eu não conseguir eu vou no seu gabinete lhe dizer que eu não consegui. Aí eu tive na prefeitura, me mandaram pra assistente social, a assistente social até agora não fizeram nada, disse que ia me dá duzentos tijolos, acho que é três sacos de cimento e terra pra mim consertar, eu tô dormindo na rua.

O que eu acho é que a gente fazer, é a imprensa dar bastante acesso não só assim, a Baixada Fluminense, visitar entende, porque eles vêm, não vou dizer que eles não vêm. Mas eles vêm mais assim, quando a pessoa chama, entende, então vir. Sábado agora vai fazer quinze dias, esse caso já não foi com a polícia civil não. Foi aqui, na rua aqui, aconteceu um caso aqui que sinceramente, eu na hora me deu vontade de sair e telefonar, que eles vieram, aliás, esse camburão não era nem daqui, porque o camburão que roda aqui é o 90 e 91, nesse pedaço aqui. Aí cercaram um rapaz, o rapaz com uma moto, não pegaram, tava com os documentos em dia, o outro que estava no carro também. Aí tem um garoto aí que ele tem mania de andar igual um maluco com a moto, todos os dias. Menina eu fiquei num estado de nervos tão grande, o guri me gritando: “tia”, pelo amor de deus me socorre, vai chamar minha mãe. E os homens tudo em cima dele, atiraram na moto, atiraram no pneu da moto, aí depois queriam jogar a moto dentro da caçapa do camburão, a moto não entrava, aquela confusão danada, e ele quase desmaiando, fizeram ele tirar o sapato, aquela confusão toda, tanta palhaçada, prá uma bobeira. Eu atravessi e falei com eles: eu conheço o garoto, eu conheço, mas você tá dizendo que ele está em atitude suspeita, porque ele correu, quando viu vocês, com a moto, isso aí já é do hábito dele, ele vendo ou não a polícia, ele corre igual um maluco com essa moto aí na rua, entende? Aí foi aquela confusão, isso aqui ficou cheio de gente aí na rua, parecia até que tinha morrido alguém. Numa hora dessas não passa um carro de reportagem, não passa nada. Sabe o que eles fizeram? A moto não queria entrar na caçapa do camburão, eles cercaram um rapaz que mora ali, um rapaz chegando do serviço, cercaram o rapaz para ele levar a moto lá para a delegacia, aquela presepada todinha. Daqui a pouco teve que trazer tudo de novo, soltar os garotos, trazer a moto. A única coisa que ele tava, ele só não estava com os documentos da moto, mas estava com os documentos dele e disse: “não, o senhor pode ficar aqui, quero apanhar os documentos da moto em casa”. Que dizer, uma besteira, uma palhaçada, uma violência, é tiro, sai atirando no garoto.

Em Caxias tudo acontece, parece até a Nicarágua, quando menos se espera acontece coisas horrores.

minadores?) Saber quem eles são? Eu não sei quem eles são, mas se eu ver eles até no inferno eu conheço. (Agora, a senhora diz que não é a Polícia) Não foi. (A senhora tem uma idéia da onde vêm esses exterminadores?) Isso aí noventa por cento é pago por comerciante, gente muito grande, muito alta.

Que eu tava lá, que eu fui levar a roupa deles lá, aí eu tava no ponto do ônibus, então passou esse carro branco, com o mesmo barulho desse que teve aqui no dia que aconteceu o caso deles, então ele olhou para mim acho que ele me marcou bem, olhou, tava no volante um senhor, um rapaz de camiseta, então quando chegou lá em cima eu senti que ele ia voltar com o carro, eu senti que ele ia voltar, quando eu percebi que ele ia voltar com o carro, eu atravessei a rua e vi um táxi, eu apanhei o táxi. Mas no tempo assim que deu pra eu abrir a porta e entrar no táxi, eu senti que o carro tava virando lá em cima, eu calculei que ele

vinha pra me matar. Aí eu peguei, que ele sentiu que eu peguei a chapa do carro, de cabeça baixa do jeito que eu tava no ponto do ônibus, eu olhei e peguei a chapa. E depois foi aqui, depois mesmo, aconteceu o caso dos meus garotos, dos meus filhos, eu já, umas três ou quatro vezes, eu vi esse carro parado aqui, parado aí. Então quer dizer que eles estão querendo fazer agora é comigo. Eu não posso dar depoimento assim, eu às vezes, entende, eu dou, eu dou porque eu confio muito na imprensa, confio mesmo, entende, mas a minha casa não oferece segurança. Eles disseram que ia fazer um negócio pra mim, porque no dia que eu fiz aquela manifestação, que eles fizeram aquela manifestação que eu tava lá na praça, que eu falei, que eu conversei com o Hélio Saboya, então ele disse pra mim assim: “você vai na prefeitura e diga que foi eu que mandei”. Eu disse: excelência, eu não tenho um papel do senhor. Ele disse assim: “será que minha palavra



# Genocídio na Baixada: as crianças estão sendo dizimadas

José Louzeiro



Custódio Coimbra

No dia 10, mais uma criança foi assassinada na Baixada Fluminense, desta vez em Japeri, Município de Nova Iguaçu. O menino de 5 anos — Francisco Odaly Soares Silva — era filho de Francisco William da Silva e Kátia Soares da Silva, 25 anos, que está grávida de sete meses. Mesmo assim ela foi violentada pelos bandidos e esfaqueada no peito e nos braços. Conseguiu escapar porque fingiu-se de morta, enquanto a irmã Rita de Cássia, o filho e o marido eram trucidados.

Francisco William era cunhado do agente federal José Aristóteles Fiúza, 53 anos, que mora em Fortaleza, Ceará, e no começo do mês acertou sozinho a quina da Loto, ganhando NCz\$ 930 mil. José Aristóteles já havia prometido ajuda a Francisco William e sua família.

Mesmo esfaqueada, Kátia conseguiu arrastar-se até a casa do cunhado Francinaldo, sendo conduzida ao Hospital da Posse.

O menino Odaly foi morto com duas facadas no peito e uma nas costas. Kátia prestou depoimento ao delegado José Menezes de Santana, de Nova Iguaçu, que promete investigações rigorosas.

Com os assassinatos de Odaly e de Vanessa Martins de Barros (7 anos — crime ocorrido no mês de julho, em São

João de Meriti), aumenta a relação de crianças mortas na Baixada Fluminense que, agora passa de 300, em pouco mais de 18 meses, o que configura um estado de genocídio.

## Germes da Violência

O Rio de Janeiro foi sempre um Estado violento? Não. Se retrocedermos à década de 50, veremos que a cidade era abalada pelas "tragédias", mas os motivos estavam longe da vinculação imediata com a "cobrança" dos traficantes ou com o assalto e a pilhagem. Tínhamos crimes passionais, crimes por vingança e mortes registradas durante distúrbios. A par desses "universos de ódio", brilhava o Rio com suas noites alegres, estudantes fazendo festas de calouros, havia bailes de "portas abertas", os namorados freqüentavam a Vista Chinesa e o Corcovado em noites de lua. Cariocas, não cariocas e turistas estrangeiros, podiam andar despreocupadamente pelas ruas. Ocupar as praças. Fazer piqueniques na Floresta da Tijuca, para onde as famílias iam sábado à tarde, por lá dormiam, retornavam no final da tarde de domingo.

Nas praias a situação era idêntica: havia casais que namoravam candida-

mente nas areias de Copacabana e na então distante praia de Grumari. Jamais se ouvia falar de assaltos a mão armada nesses locais.

## A Ordem era Matar

A paz dos cariocas e fluminenses terminou com o golpe de 64, que a classe média tanto apoiou, é sempre bom lembrar. E o que foi que aconteceu a partir daí, em termos de crônica policial?

A 1º de Abril de 1964 os militares golpearam as instituições. João Goulart foi derrubado. Os parlamentares começaram a ser cassados, as lideranças políticas de esquerda, perseguidas; os envolvidos com as organizações clandestinas, dizimados. Nesse período, que vai de 1964 a 1968, a ordem era matar. Como os militares (integrantes das Forças Armadas) nem sempre gostavam de aparecer à frente dos grupos de extermínio, passaram a admitir e a estimular a ação de policiais para o "trabalho sujo".

Foi a partir daí, ainda na década de 60, que se criou o primeiro "Esquadrão da Morte" oficial, intitulado "Os 12 Homens de Ouro". Entre outros agentes da Polícia Civil, lá estavam Godofredo César de Mattos, Odilon Moreira César, Ma-

riel Mariscotte de Mattos, Elinto Pires, Nelson Duarte e Lincoln Monteiro, alguns deles delegados.

Esses policiais, aparentemente incumbidos de reprimir a ação dos bandidos, infiltravam-se, também, na área política e saíam por aí — muitas vezes até fora do país — caçando os inimigos do regime. Mariel era especialista em "acordos" com delinquentes, desde que denunciasses os "terroristas" que os militares tanto procuravam. Os "acordos" compreendiam detalhes importantes do tipo fornecimento de armas sofisticadas aos bandidos, dispensa de flagrantes, "vista grossa" para planos de fuga, etc.

Enquanto os policiais iniciavam essa relação com o crime, de outra parte, para castigá-los, para humilhá-los, os militares colocavam presos políticos nas mesmas celas em que estavam os chamados "presos comuns".

E daí?

## Aprendizado Ideológico

Daí que um preso como Lúcio Flávio passou boas informações do seu mundo para alguns "terroristas", enquanto um outro perseguido político, conhecido como Janu (Januário José Pinto de Almeida Oliveira), saído das fileiras do MR-8, resolveu sublevar os companheiros de cárcere, plantando neles a idéia da criação de um movimento revolucionário, intitulado "Comando Vermelho".

A partir de então, o crime foi adquirindo características de coisa "organizada". Surgiram os grupos de marginais assaltando bancos que, inicialmente, era atividade de esquerdistas. O dinheiro "expropriado" ia para os organismos clandestinos que se opunham à ditadura.

Com acesso fácil às armas, fornecidas pelos próprios militares e policiais civis, os marginais sentiram-se de "custas quentes" para agir. Depois, quando os "Homens de Ouro" foram sendo processados e alguns deles até presos ou mortos, os bandidos passaram a agir por conta própria e respaldados por uma "ideologia", como hoje acontece, queiram ou não os estudiosos das questões penitenciárias.

A criminalidade no Rio de Janeiro chegou, então, a níveis alarmantes. Mesmo assim as autoridades não reconheciam a existência do "Esquadrão da Morte" e procuravam a todo custo encontrar uma forma de evitar sequer o uso desta expressão na imprensa. Por causa disso surgiu um personagem curioso, legendário, intitulado "Mão Branca", badalado pelo jornal *Última Hora* e, posteriormente, por toda a imprensa. "Mão Branca" apresentava-se como vingador, aquele que limpava a cidade; que dava fim aos marginais. Agora, as suspeitas já não recaíam sobre os policiais. Era "Mão Branca" o grande e único exterminador.

O repórter que havia inventado o personagem, com o objetivo único de utilizar-se dos muitos casos de assassinatos que se registravam, em aparente desordem, principalmente na Baixada Fluminense, resolveu um belo dia encerrar a carreira do herói e, então, passou a ser ameaçado de morte, tendo que abandonar sua casa e o próprio jornal, a fim de não ser localizado pelo "Esquadrão".

## Crianças eram Poupadas

Mas, nessa época, que vai até os anos de 78/80, as crianças ainda eram poupadas. Por mais terrível que fosse a chacina, os meninos conseguiam fugir ou os próprios matadores os colocavam em banheiros fechados, para que não presenciassem a matança.

Ocorre que muitas dessas crianças passaram a funcionar como testemunhas das ações criminosas e diversos bandidos terminaram sendo reconhecidos e presos.

Além desse detalhe, um outro viria somar-se aos projetos dos delinquentes: de 64 para cá, a bandagem que vivia de assaltos a bancos e roubo de carros, a par dos envolvimento com o jogo de bicho, cassinos clandestinos e prostituição, despertou para o tráfico de entorpecentes.

A mesma Polícia que havia fornecido armas para caçar "terroristas" agora perseguia os traficantes e ia sendo corrompida por eles. De lá para cá foram incontáveis os PMs expulsos da corporação, como são centenas os policiais civis desligados por decisões superiores. Mas, o que acontece com um policial expulso ou desligado?

Ele continua tendo acesso às armas, do mesmo modo que mantém suas relações na corporação. E foi assim que a criminalidade no Estado do Rio de Janeiro chegou ao ponto em que está. De total perplexidade. A própria Polícia — essa é a verdade — não sabe o que fazer. Não está aparelhada para enfrentar as muitas máfias que se encontram em ação. Os bandidos agem em todas as áreas. Os sequestradores conseguem avião para fugir do país, as crianças passaram a ser um alvo fácil.

## O Crime das Crianças

Quando os meninos e meninas presenciavam cenas de violência, também acabam mortos. As últimas vítimas dessa guerra sem quartel, foram Vanessa Martins de Barros, 7 anos e Francisco Odaly Silva, 5. A garotinha foi asfixiada pelos delinquentes que invadiram sua casa durante a madrugada, no Parque Araruama, em São João de Meriti e mataram a pauladas sua mãe Raimunda Martins de Barros, 31 anos.

No último dia 10 de agosto, foi a vez

da família do vendedor ambulante Francisco William da Silva, morador em Japeri, Nova Iguaçu. Curiosamente, nem na casa de Raimunda, nem no casebre de Francisco, os bandidos preocuparam-se com roubos, até porque havia pouco o que levar. Esmeraram-se nos atos de perversão. E o fizeram com tais requintes, que mais pareciam "cobradores" empregados por traficantes que, pelo terror, tratam de evitar prejuízos.

Kátia Soares, mulher de Francisco, mãe de Odaly estava grávida e não morreu porque fingiu-se de morta. Será que criminosos profissionais, que agem com tanta frieza iam se "enganar" de matá-la, eles que não se enganaram com o menino, o pai do menino e com Rita de Cássia?

Não há "enganos" para matadores profissionais. Deixaram Kátia viva para que ela divulgasse a tragédia que viveu, o que serviria de exemplo a outras pessoas que estejam *devendo* aos traficantes. Esse é o estilo: impor o pânico em setores onde existam furos ou irregularidades que possam colocar o "negócio" em risco.

Antigamente os velhos delegados de Polícia reconheciam os bandidos pelo modo de agir. As chamadas "peculiaridades". Depois, com a sucessão alucinante de casos, as "manhas" dos bandidos tradicionais foram se perdendo. Mas é inegável que os "cobradores" vinculados aos traficantes vêm impondo uma nova marca: o crime apavorante. Por isso esmagam as crianças, impiedosamente.

O que faz a Polícia?

Abre inquéritos, que se acumulam nos cartórios das Delegacias, engrossam pastas de cartolina, ficam empoeirados nas prateleiras e nos armários.

Incompetência?

Não. O Estado decidiu-se por uma política de permissividade, certo de que os mortos seriam apenas pessoas das camadas mais humildes da população. Pessoas sem voz. Graças a isso, são inumeráveis os casos de agentes da lei envolvidos com traficantes e toda a espécie de marginais. Vai se tornando quase que imperceptível a fronteira entre a lei e o crime nos morros, nas favelas, nas comunidades operárias. Em outras palavras: estamos afundando no caos. O medo toma conta das pessoas. Cresce a lista das crianças assassinadas ou seqüestradas, o que caracteriza o genocídio em um Estado que vive a guerra não declarada.

Os arquitetos da violência no Rio de Janeiro enganaram-se mais uma vez: os atingidos pela fúria da tempestade não são somente os mais pobres. Há ricos e remediados no torvelinho da destruição.

José Loureiro  
Jornalista, escritor, roteirista do filme "Pixote, a Lei do Mais Fraco."

# O menor e o Esquadrão da Morte em Pernambuco

GAJOP



Custódio Coimbra

A grave crise social e econômica que assola o país, somada aos problemas estruturais como a concentração dos meios de produção e principalmente o latifúndio, empurram para os centros urbanos levas e levas de famílias compostas por trabalhadores rurais, que formam um imenso contingente de mão-de-obra não especializada, não absorvida pelo mercado de trabalho, e que tem como única alternativa de habitação a ocupação desordenada dos espaços urbanos, em favelas onde inexistem quaisquer das condições básicas de moradia. São barracos de madeira, papelão, plástico que se amontoam em ruas que se confundem com esgostos, a céu aberto, num retrato cruel de miséria e degradação humana.

Esse exército de reserva é jogado no mercado de trabalho informal — serviços domésticos, guarda de estacionamento de carros, comércio ambulante, cata de lixo, etc. — com jornadas de trabalho prolongadas e extenuantes que os afastam do convívio familiar, deixando seus filhos sem os mínimos cuidados necessários ao acompanhamento do desenvolvimento. E gritante a falta de creches que venham a atender a demanda e o Estado é extremamente inoperante neste sentido.

Não há porque se falar em menores abandonados ou menores marginalizados. São famílias abandonadas e famílias marginalizadas sem trabalho, habitação, saúde, alimentação, educação e segurança social. Seus filhos são jogados à prostituição e à criminalidade, dado a impotência dessas famílias em arcar com as necessidades básicas que assegurem sua sobrevivência.

Da mesma forma que o Estado abandona as famílias, também ignora seus filhos. Não existe qualquer política governamental que, com seriedade e competência, tente encarar a questão.

A atuação do Estado em relação ao menor limita-se a ações de cunho meramente repressivo, dentro da lógica autoritária de que a marginalização de menores é caso de polícia, seguindo o raciocínio de que a polícia, a justiça e as leis servem para manter a paz social, o "status quo" de uma classe dominante.

Com o acirramento das diferenças sociais e a total falta de compromissos do Estado com a questão do menor marginalizado todas as iniciativas que não venham a contemplar mudanças de ordem estrutural são meros paliativos ante a gravidade do atual quadro. Chega a beirar as raias do absurdo a forma como se tem tratado a problemática da delin-

quência infantil.

O tratamento utilizado está estampado nas manchetes dos jornais. Notícias de cadáveres encontrados nas matas da Região Metropolitana e em lugares ermos, sempre com as mesmas características: são amarradas (por cordas de nylon ou algemas), marcas de queimaduras de cigarros, hematomas, lesões generalizadas e várias perfurações à bala, sempre à queima-roupa: são assassinatos precedidos de sequestro e torturas. São notícias diárias incorporadas aos jornais da mesma forma que as notícias que tratam da inflação ou da previsão do tempo. E a todas essas mortes é atribuída uma única autoria: o Esquadrão da Morte.

Nisso tudo, o mais grave é que grande parte das vítimas do Esquadrão da Morte têm menos de 21 anos de idade.

É a violência institucionalizada como forma de combate ao crime, pela utilização do aparato policial que processa, julga e executa sumariamente esses "cidadãos de segunda classe".

Vale ressaltar que praticamente inexistem notícias acerca da elucidação dos crimes, já que os seus autores se escondem atrás da sigla do Esquadrão da Morte e sob a sua proteção têm assegura-

rada a impunidade.

Foram 158 menores de 21 anos mortos no período de janeiro/87 a junho/89.

O mais preocupante em tudo isto é que não existe, a médio ou a longo prazo, a menor perspectiva de mudanças no presente quadro, a não ser o seu agravamento, face a atual conjuntura nacional que tem empurrado para a marginalidade famílias inteiras e promovido a substituição dos espaços daqueles que foram eliminados pelo Esquadrão da Morte por integrantes das novas levas de "pixotes" que a cada dia vêm engrossar as fileiras das potenciais vítimas do grupo de extermínio.

O menor exerce um importante papel nos bandos a que pertence, tanto pela inimitabilidade que interessa ao marginal adulto quanto pelo fato de que para parecer "herói" aos olhos dos outros o menor assume publicamente fatos delituosos praticados por terceiros, no afã de chamar a atenção sobre si.

Também deve-se observar que o espaço deixado pelo Estado ao não oferecer aos cidadãos de baixa renda o serviço essencial de segurança pública, leva os componentes desse extrato social a terem nos grupos de extermínio uma forma alternativa e "eficiente" de segurança e policiamento que os livra da ação de criminosos em seus locais de moradia, pagando a "proteção" recebida com o silêncio sobre as ações desses grupos.

Nesse sentido, a política estadual de segurança pública joga importante papel por direcionar primordialmente para os bairros nobres da cidade a estrutura policial preventiva disponível (patrulha nos bairros, policiamento ostensivo, etc.). Canalizando seus recursos para prevenir o crime nos meios abastados, enquanto que, para as comunidades de baixa renda, sobram os núcleos de policiamento comunitário em número infinitamente menor e sem o mesmo aparato, muito embora se destine à maior parcela da população. Isto vem comprovar a priorização da prevenção dos crimes contra o patrimônio em detrimento da prevenção dos crimes contra a vida, numa inversão de valores, já que a vida é o bem maior a ser tutelado pelo Estado.

A única forma pela qual a polícia se faz presente nas favelas é na forma de batidas policiais que transforma as ruas em verdadeiros cercos, onde populações inteiras, indistintamente, são submetidas à humilhantes sessões de "mão-ao-alto" e sob a mira de armas de grosso calibre e revistas corporais. Quando à cata de criminosos, policiais no meio da noite invadem domicílios, ameaçam, espancam, prendem, em claro desrespeito aos mais elementares princípios de direitos do cidadão.

O medo, por sua vez, é outro grande responsável pela impunidade. Raris-

símos são os casos em que alguém ousa falar alguma coisa relacionada com a identificação da autoria dos bárbaros assassinatos. Tem sido o silêncio o maior cúmplice do Esquadrão da Morte, até porque o Estado não oferece qualquer garantia de integridade física aos denunciantes e seus familiares. Tem-se como certo, que muitos crimes são pura "queima de arquivo", necessária para assegurar a impunidade ante o perigo de que alguém do povo ou membro do grupo venha a delatar os integrantes do Esquadrão.

Recife é a capital nacional do desemprego, além de ostentar outros títulos não enobrecedores e é fácil detectar o porquê: mais da metade da sua população, de aproximadamente 1,4 milhão de habitantes, vive em favelas, em condições sub-humanas de moradia; são cerca de 500 assentamentos irregulares, distribuídos em seus 209 km<sup>2</sup>, ocupando áreas, extremamente insalubres e encostas acidentadas de morros. Vale ressaltar que os que habitam os morros estão sujeitos a deslizamentos de encostas em épocas de alta precipitação pluviométrica. Anualmente ocorrem muitos casos fatais e, apenas para dar uma idéia do atual quadro, o Recife tem 39% de sua área ocupada por morros, o que representa, segundo a Empresa de Urbanização do Recife, 82 km<sup>2</sup> de ocupação vertical. Nessas ocupações irregulares residem 150/250 mil famílias compostas de desempregados e trabalhadores com renda mensal que oscila entre meio e dois salários mínimos. São áreas características de tensão social que começa na luta pela legalização da posse da terra, seja com o Poder Público, seja com terceiros. E advém basicamente da concentração de renda e da inexistência de uma reforma urbana que tente jogar alguma ordem no caos reinante.

A falta de estrutura básica que ofereça o mínimo de condições habitacionais já se constitui, por si só, uma agressão aos direitos fundamentais do cidadão. São seres humanos em estreito convívio com a mais absoluta miséria, em verdadeiros celeiros de violência.

Alguns nomes de jovens marginais se notabilizaram na crônica policial local. Vado Piloto, Testinha, Banjão são retratos fiéis de outras centenas de precoces "fora-da-lei". São crianças faveladas, sem perspectivas e que, de uma forma ou de outra, acabam sendo empurradas para a criminalidade, o que não é um passo muito largo para quem já se encontra à margem da sociedade.

A forma como se dá o relacionamento com policiais corruptos é por demais conhecida e divulgada: os marginais compram proteção e pagam caro para tê-la, indo desde a participação em pequenos furtos, até a extorsão de objetos de valor e quantias consideráveis. Criando-se um círculo vicioso, onde o de-

linquente é enredado cada vez mais e do qual não pode sair. Isso invariavelmente culmina com o assassinato do marginal, seja por não mais conseguir atender às crescentes exigências dos "protetores", seja como forma de impedir a formulação de denúncias pelos protegidos, com a chamada "queima de arquivo".

Essa forma extrema de tratar a criminalidade, com a eliminação pura e simples do criminoso, por incrível que pareça, tem recebido o apoio de parcela da população, paradoxalmente da camada do povo que mais sofre a ação dos exterminadores, a que concentra os mais pobres e de cor negra. Para essa distorção de valores tem contribuído sobremaneira a atuação de programas radiofônicos nas emissoras locais que divulgam o Esquadrão da Morte como um grupo de justiceiros que livra a comunidade da ação danosa de assaltantes, omitindo, no entanto, que esses mesmos justiceiros usufruem da atuação dos marginais e, na maioria das vezes, ocupam o lugar deixado por estes, assumindo o crime e o lucro.

A violência contra os menores recrudescer e os números são assustadores, fazendo deduzir que a cada denúncia da atuação do Esquadrão da Morte, os integrantes deste, num acinte à sociedade, reagem com a eliminação de mais e mais pessoas, independentemente dos antecedentes criminais das vítimas, levando à morte estudantes, trabalhadores, "desafetos" e quem os "justiceiros" entendem como inconvenientes para continuar vivendo.

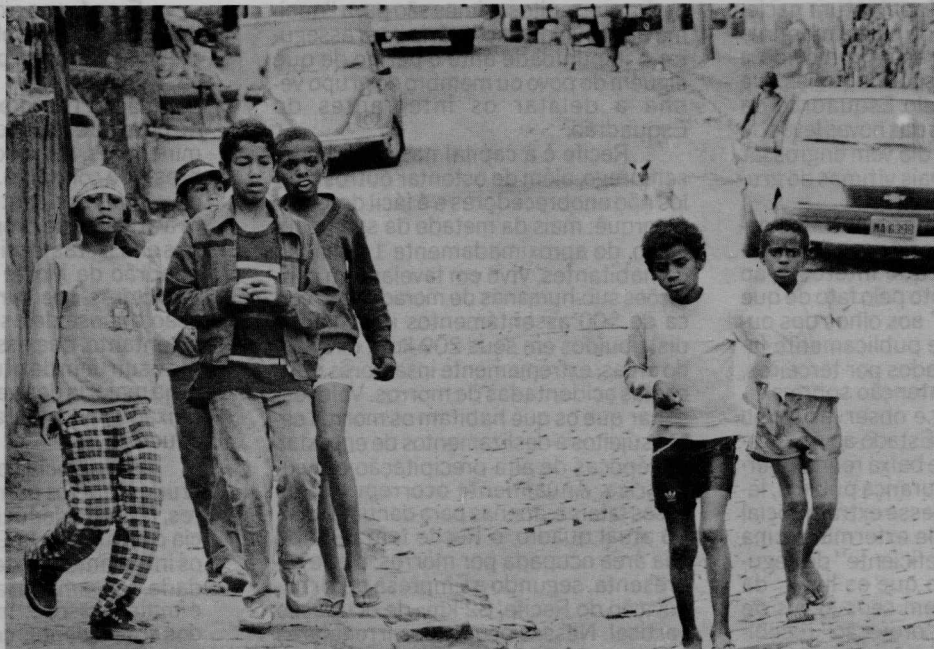
A imprensa atribui a brigas entre quadrilhas diversas mortes havidas no Recife, no entanto, os corpos encontrados apresentavam as mesmas características das vítimas do Esquadrão da Morte, coincidindo também os locais de "desova" dos cadáveres.

Outro fato curioso é que policiais que comparecem aos pontos de desova para efetuar levantamento do local do crime, ao se depararem com as vítimas não identificadas, invariavelmente se apresam em catalogar as mesmas como marginais, ou seja, desconhecem um indivíduo mas "conhecem" a sua ocupação, e como consequência, no dia seguinte aparece nas páginas dos jornais a morte de mais um criminoso.

GAJOP  
Gabinete de Assessoria Jurídica à Organização Popular

# Homicídio: autoria desconhecida

Leontina Célia Soares



J. R. Ripper

Este texto refere-se a um trabalho que surgiu como proposição de um estudo que abordasse alguns aspectos da violência relacionada aos menores das populações pobres e marginalizadas em nossa sociedade. E está sendo desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Infância - NEPI, que faz parte do Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Ciências Sociais do IFCS - UFRJ.

Dentro de um tema bastante amplo, diversas questões foram suscitadas sendo estas consideradas diferencialmente relevantes. Em um quadro bem geral das diversas formas de violência que atingem estas crianças, foram priorizados aspectos ligados a dados estatísticos; a literatura existente sobre o tema; e aos fatos publicados na imprensa (jornais). Em função disto foi constatada a importância de um trabalho de campo que se atenha à percepção das próprias crianças que sofrem cotidianamente esta problemática da violência.

## Levantamento de dados estatísticos

Alertados pela crescente violência apresentada pela imprensa, e tendo sido chamado a atenção para o fato de um número bastante grande das pessoas assassinadas serem menores negros,

decidimos fazer um levantamento em delegacias localizadas na região do Estado do Rio de Janeiro conhecida como Baixada Fluminense. Tal levantamento versou sobre a violência cometida contra este menor, e através dele buscamos dados quantitativos de morte, desaparecimento e estupro de menores; visando a obtenção de dados mais próximos à realidade, tentando com isso romper com visões que pudessem exagerar ou minimizar os fatos. E também, devido à dificuldade de encontrarmos estatísticas que pudessem nos dar uma quantificação dos mesmos.

Apesar do grande destaque dado pelos jornais à onda de violência, estes funcionam muito mais como causadores de impacto e atemorizadores da população, do que como reveladores da real situação; muitas vezes não fornecendo dados importantes como cor e idade das vítimas e frequentemente colaborando para a formação de uma opinião pública que veja as vítimas como culpados, geralmente mostrando-as como marginais e criminosos. Mesmo nas delegacias, nos deparamos com a dificuldade de obtenção de dados relativos à cor e à idade; pois nas ocorrências frequentemente constam simplesmente o registro de aparecimento de corpos sem nenhuma identificação sendo referenciados por "jovens", "rapazes", "adolescentes", etc.. A decisão de quantificar os desapa-

recimentos, deveu-se ao fato de termos verificado através da imprensa que muitos dos menores que são dados como desaparecidos, podem ter sido vítimas de grupos de extermínio e destinados a cemitérios clandestinos, sem que possam ser comprovadas suas mortes.

A escolha das delegacias a serem visitadas, foi efetuada principalmente através de contatos com assistentes sociais que nelas trabalhavam e nos proporcionaram o acesso aos registros de ocorrências onde pudemos obter estes dados.

Este levantamento inicial foi precário devido às diversas dificuldades já mencionadas e ao limitado número de delegacias que tivemos acesso. Porém, através dos dados coletados, pudemos perceber que os números que se referem a esta questão são realmente alarmantes. O que nos fez manter o propósito de dar continuidade ao trabalho.

Decidimos tentar outras fontes em que pudessemos obter dados que viessem a elucidar nossas questões; realizamos então um levantamento em um Cartório de Registro Civil e no Instituto Médico Legal ambos no município do Rio de Janeiro, não estando estes dados ainda computados.

Ao fazermos, num primeiro momento, uma análise preliminar dos dados sobre mortes registradas no ano de 1987, em três delegacias localizadas nos

municípios de Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, foram computadas um total de 458 mortes de menores até 18 anos e 181 de idade ignorada. Estamos englobando na categoria mortes as ocorrências referentes a homicídios, remoção e encontro de cadáveres, morte sem assistência médica e omissão de socorro médico. No que se refere a distribuição das ocorrências por faixas etárias, nota-se que enquanto na remoção de cadáver os números mais significativos situam-se nas faixas de menor idade, em homicídio ocorre o inverso podendo-se verificar que este sofre uma acentuada elevação na faixa entre 15 e 18 anos, onde se concentram 73% dos

casos. Em relação a desaparecimentos registram-se 120 casos sendo 15% abaixo de 10 anos e 85% entre 10 e 18 anos.

No que tange aos tipos de ocorrências, é importante ressaltar a dificuldade de caracterização dos aspectos de morte violenta e da intencionalidade. Principalmente a remoção de cadáver nos casos em que não há maiores informações sobre a causa mortis. Vale comentar que esta é a categoria mais significativa apresentando, juntamente com encontro de cadáver, o número de 351 casos, num total de 458, contra 71 homicídios e 36 casos englobando morte sem assistência médica e omissão de socorro médico. Em remoção de cadáver,

além de casos explícitos de assassinatos, estão incluídos tanto morte natural como também casos de atropelamento, enforcamento, vítimas fatais, etc., em que não se pode concluir pelos registros de ocorrências se a morte foi determinada por acidente ou se houve intencionalidade de terceiros caracterizando assim um homicídio doloso. Estas dificuldades poderiam ser superadas ou pelo menos minimizadas caso fosse feito um levantamento desse tipo, que analisasse ao invés dos registros de ocorrências os inquéritos policiais ou processos instaurados sobre as ocorrências.

Leontina Célia Soares  
Pesquisadora do NEPI - UFRJ

## depoimento

Minha idade é 13 anos. Isso aqui que tá no meu rosto foi o PM que me deu uma porrada no olho ontem lá dentro do DPO, é porque os meninos lá, os moleques que estavam comigo tavam roubando lá dentro do DPO, lá perto do DPO. Então ele me pegou pra falar pra mim que queria que os moleques vendia o roubo que os moleques fizeram, queria que eu falasse para os moleques pro moleques vender. (Vender para quem?) Pro PM. Aí eu não quis, então ele me levou lá pra dentro, que ele falou que eu não gostava de mandar ninguém vender nada para a polícia, aí me levou lá pra dentro, me baixou a porrada, aí no final o outro me deu um soco no olho.

Eu não sei o que que é, eu sei que eles tem uma raiva da gente. Eles não deixa a gente ficar ali, pegava a gente, eles deixava a gente até o outro dia de manhã levando porrada, fazendo ginástica, aí quando a gente olhava levava a gente para o banheiro, tomava banho, depois levava porrada, aí depois quando dava sete horas da manhã ele liberava a gente.

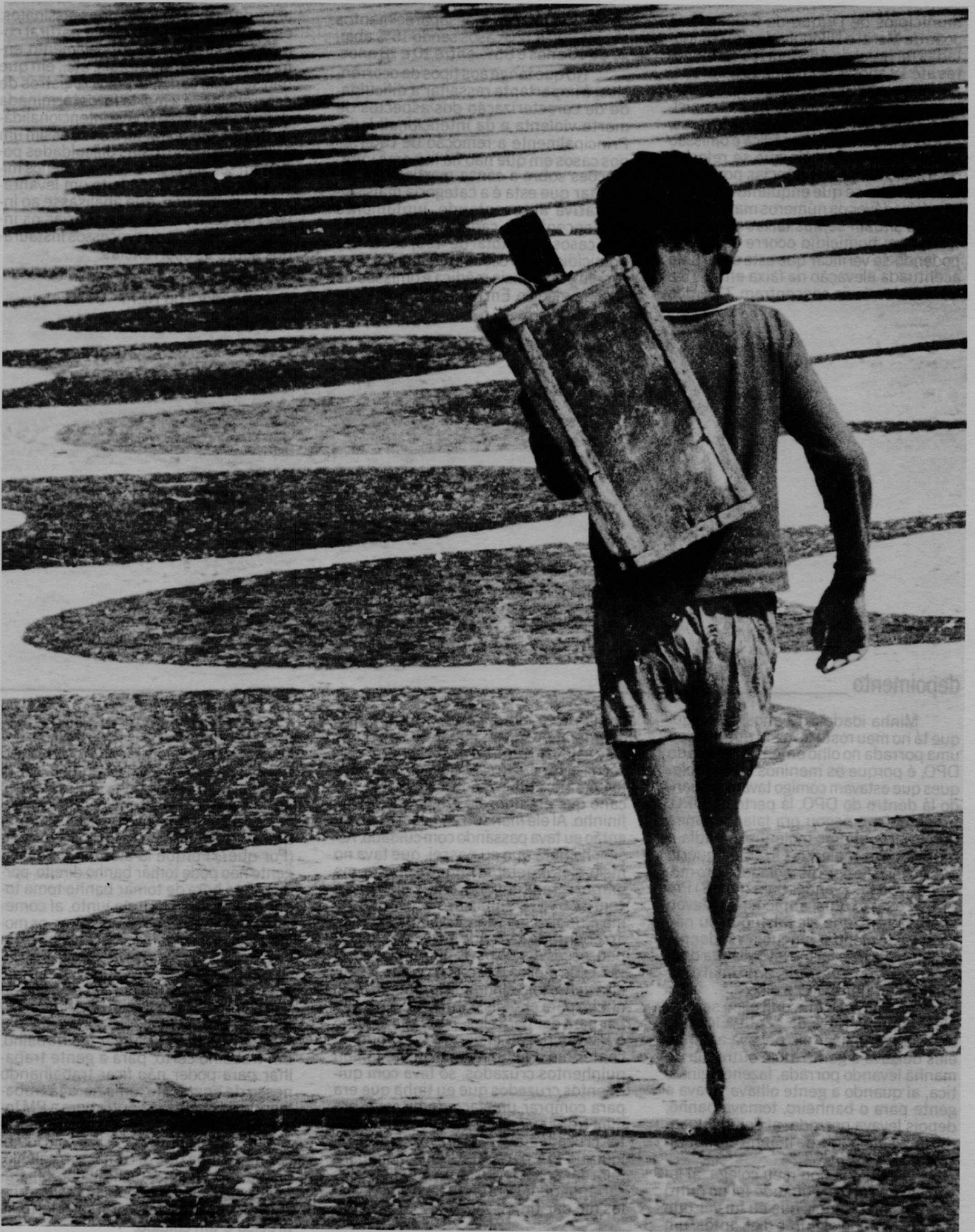
O cara chamou meu colega, aí levou ele de carro, aí quando foi no outro dia, dois dias depois que eu fui ver que tinham matado ele. Três dias antes, um

opala preto me pegou lá no shopping center, aí me levou lá para o São João, eles estavam tudo de revólver dentro do carro, aí fez eu atravessar por uma ponte pelo rio, então, a ponte do rio era um cano que era fino, ele era daqui até ali, fininho. Aí ele mandou eu passar por ali, então eu tava passando com cuidado. Assim, na hora que eu passei, que tava no meio, eles me empurraram lá dentro, me empurraram aí voltaram, saíram fora com o carro. Aí tinha um moço lá que ele me ajudou a me tirar. Eu ainda saí todo arrebitado lá de dentro, só lama, é, pau, esses negócios assim, lama podre.

Ele mete a porrada na gente, quando a gente tem dinheiro ele manda dá dinheiro para ele, fala para gente para roubar para dar para eles. Teve uma vez que o PM me pegou lá dentro do shopping center me deu uma geral, aí me tomou quinhentos cruzados, só tava com quinhentos cruzados que eu tinha que era para comprar um saco de biscoito pra mim trabalhar, aí eu tava com quinhentos cruzados, aí o PM foi e me tomou, falou que era para eu roubar mais para mim dar para ele. Eu só não caguei eles sabe por que? Porque eu tenho medo deles me dar tiro.

Engraxate, já trabalhei de office-boy na prefeitura. Eu já vendi biscoito no trem, já vendi amendoim. (Por que você trabalha na rua?) Porque eu não tenho nem pai nem mãe, é porque eu me perdi da minha mãe. Não tinha parente aí eles me levaram para a FUNABEM, aí fiquei quatro dias na FUNABEM, aí eu fugi. (Por que?) Porque lá eles me bate, lá a gente não pode tomar banho direito, porque lá na hora de tomar banho toma todos juntos, todo mundo junto, aí começa aquela saliência dos moleques, os moleques maior quer fazer sacanagem com os menor.

O que que eu acho que as pessoas deve colocar para melhorar a situação da gente? É colocar colégio, brizolão, arrumar um brizolão mesmo noite e dia para a gente morar. Arrumar um trabalho, um trabalho certo, para a gente trabalhar para poder não ficar trabalhando nessa de engraxate, uma hora tá trabalhando de engraxate, outra hora a PM toma, aí trabalha de outra coisa. Quando a gente fica de boqueira, aí fica com fome. Aí então tinha que arrumar um colégio, pra dormir, arrumar um trabalho, um trabalho certo, pra poder melhorar. Porque só assim melhora, com um colégio, mais precisa é um colégio.



# Onde estão os números?

É muito comum ouvirmos falar que decididamente o Brasil não é um país de registros estatísticos. Os pesquisadores, principalmente, ressentem-se da falta de dados que indiquem diferentes faces da Nação. E, mesmo que muitos digam "dados são, nada mais que dados", a importância desses números têm sido cada vez mais lembrada. Dados estatísticos são indicadores da realidade e a partir deles não só podemos, como devemos realizar análises do passado recente para melhor planejar o futuro emergente.

Afinal, esses dados existem ou não? Estão a nossa disposição ou não? Quando falamos da falta dessa "matéria-prima" muitas vezes esquecemos que a questão não está na existência de registros oficiais, pois podemos constatar-los em muitos e variados órgãos públicos (registros de delegacias, hospitais, etc). Então onde está o "x" do problema? Em vários aspectos que precisam ser pensados e o mais rapidamente solucionados.

É necessário compreendermos que uma coisa é um registro e outra um levantamento sério e confiável destes - que por sua vez deve ser feito por pesquisadores especializados. O que acontece no Brasil é que apesar de se realizarem muitos registros, a grande maioria fica esquecida em caixas e estantes empoeiradas. Ou então quando, por alguma pressão externa, um desses órgãos resolve partir para um levantamento o resultado acaba se tornando pouco confiável, apesar de oficial. Isto pode ocorrer por várias razões, porém, as duas mais prováveis são a falta de formação especializada das pessoas que executam tal tarefa e a sincera vontade dos que se encontram no poder de esconder os dados reais através de "filtragens técnicas" (onde uma série de dados vão sendo deliberadamente retirados do levantamento com argumentos poucos científicos).

Certamente poderiam dizer que esses órgãos oficiais não têm condições de manter pesquisadores em seus quadros. Mas por que, então, não democratizar seus registros facilitando acesso aos pesquisadores mantidos por instituições especializadas na área? E não só a instituições governamentais como o CNPq, mas também às não-governamentais ligadas aos diversos setores da sociedade civil organizada. Será que o Estado - em seus diferentes níveis - não quer os brasileiros conhecendo o Brasil? Não quer os profissionais constatando a realidade, analisando-a e planejando soluções?

Não podemos esquecer um outro aspecto com relação aos dados estatísticos no Brasil que diz respeito ao atraso na divulgação de levantamentos e/ou pesquisas oficiais. O IBGE, um instituto de inquestionável seriedade, é exemplo típico. Os resultados do tema anexo da PNAD de 1985 - "Situação do Menor" - somente foi publicado em fins de 1988. Que forças políticas (que podem até se expressar na falta de profissionais) estariam retardando a divulgação de resultados tão relevantes?

Estas dificuldades foram vividas pela comissão que em 1988 iniciou o processo de levantamento do extermínio de crianças e adolescentes.

Com os primeiros dados, levantados junto a órgãos oficiais (delegacias de Polícia, IMLs, prefeituras), ficou claro não só suas deficiências como conflitos entre eles.

A Comissão, constituída pelas seguintes entidades:

- Associação dos ex-Alunos da Funabem \* Comissão Herzer e Centro de Documentação do CEAP.
- Casa de Cultura Afro-Brasileira / Volta Redonda
- Comissão de Menores / Volta Redonda
- Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
- Núcleo de Estudos de Pesquisa da Infância / UFRJ
- Pastoral do Menor da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, todas com larga experiência no trabalho de defesa de crianças e adolescentes foi buscar outras fontes : o contato com os familiares das vítimas, os cemitérios, a imprensa.

Após a divulgação do Relatório, em setembro de 1988, novos dados foram conseguidos: o IBASE publicou em setembro de 1989 o Dossiê sobre Mortes Violentas de Crianças e Adolescentes no Brasil - 1984/1989 (Versão Preliminar) em conjunto com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, tendo como fonte jornais e IMLs de várias capitais do país; o GAJOP realizou um levantamento sobre assassinatos de menores em Recife usando como fonte os principais jornais locais. De fontes oficiais conseguiu-se as Estatísticas de Mortalidade, Brasil 1985 do Ministério da Saúde (é a publicação mais atual!) e uma estatística da Secretaria Estadual de Polícia Civil do Rio de Janeiro de 1985 a 1989.

O trabalho a seguir é uma sistematização dos dados conseguidos a partir da iniciativa da Comissão de Investigação.

**CEAP**

\* Compreende diretoria do exercício de 1986 a 1989



# Onde estão os números?

É muito comum ouvirmos falar que decididamente o Brasil não é um país de registros estatísticos. Os pedu-  
zadores, principalmente, ressentem-se da falta de dados que indiquem diferentes taxas da Nação. E, mesmo que  
muitos digam "dados são, nada mais que dados", a importância desses números têm sido cada vez mais lembrada.  
Dados estatísticos são indicadores da realidade e a partir deles não só podemos, como devemos realizar análises  
do passado recente para melhor planejar o futuro emergente.

Atualmente, esses dados existem ou não? Estamos a nossa disposição ou não? Quando falamos da falta dessa "matéria-  
prima", muitas vezes esquecemos que a questão não está na existência de registros oficiais, pois podemos constatar-los  
em muitos e variados órgãos públicos (registros de delegacias, hospitais, etc.). Então onde está o "x" do problema?  
Em vários aspectos que precisamos ser pensados e o mais rapidamente solucionados.

É necessário compreendermos que uma coisa é um registro e outra um levantamento sério e confiável destas  
- que por sua vez deve ser feito por pesquisadores especializados. O que acontece no Brasil é que apesar de se rea-  
lizarem muitos registros, e grande maioria fica espalhada em caixas e estantes empoeiradas. Ou então quando por  
alguma pressão externa, um desses órgãos resolve partir para um levantamento o resultado acaba se tornando pouco  
confiável, apesar de oficial. Isto pode ocorrer por várias razões, porém, as duas mais prováveis são a falta de forma-  
ção especializada das pessoas que executam tal tarefa e a sincera vontade dos que se encontram no poder de es-  
conder os dados reais através de "filtragens técnicas" (onde uma série de dados vão sendo deliberadamente reti-  
rados do levantamento com argumentos pouco científicos).

Certamente poderíamos dizer que esses órgãos oficiais não têm condições de manter pesquisadores em seus  
quadros. Mas, não é isso que nos preocupa. O que nos preocupa é a falta de acesso aos pesquisadores por  
instituições governamentais, universidades, etc. O que nos preocupa é a falta de acesso aos pesquisadores por  
governamental, universidades, etc. O que nos preocupa é a falta de acesso aos pesquisadores por  
nível - não quer os  
e planejando solu-  
Não podemos esquecer, um outro aspecto com relação ao Brasil que é o respeito ao estran-  
na divulgação de levantamentos e ou pesquisas oficiais. O IBGE, um instituto de inquestionável seriedade, é exem-  
- "situação do Menor" - somente foi publicado em fins  
- (que poderiam não se expressar na falta de profissionais) estavam retardando a divulga-

## Meninos e meninas de rua: pelo direito de serem cidadãos

Maria das Graças O. Nascimento

Estatística — CONER 3847

Rio de Janeiro - Novembro 1989

### Sumário

- 1 - Meninos e meninas de rua: pelo direito de serem cidadãos
  - 2 - Sobre as fontes utilizadas
    - 2.1 - Construção dos indicadores sobre a criminalidade
  - 3 - Os números nacionais
    - 3.1 - Pesquisa do IBASE
    - 3.2 - Estatísticas de mortalidade do Ministério da Saúde
  - 4 - Especificidades regionais: o caso dos estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco
  - 5 - Criminalidade local: Duque de Caxias; Nova Iguaçu e Rio de Janeiro
  - 6 - Entendimentos e proposições
  - 7 - Bibliografia
- Anexos

## 1 - Meninos e Meninas de Rua: Pelo Direito de Serem Cidadãos

Brasileiros, idade entre 15 e 17 anos, não brancos e assassinados por projétil de arma de fogo, constituem as características mais frequentes encontradas nas diferentes formas de registros oficiais, da imprensa e de centros de pesquisas sobre a morte violenta de crianças e adolescentes, conhecidos como meninos e meninas de rua.

Quantos e quem foram? Depende da fonte e dos conceitos utilizados para dimensioná-los e conhecê-los. Depende sobretudo, da importância (ou incômodo?) do fato a nível nacional, regional ou local.

Na verdade dimensionar tais números transforma-se num quebra-cabeça, onde a compatibilização e encaixes dos diferentes recortes de situações que emergem no processo de resgate das condições vividas por estes menores, produzem diferentes sentimentos: perplexidade, culpa, tristeza, revolta, desencanto, entre outros. É muito difícil não se envolver com as realidades que se apresentam. Estudar o processo a que estão submetidos significa necessariamente interagir com esta "comunidade de destino".(1)

De concreto só a certeza de que é preciso, com base em estudos e reflexões profundas, encontrar caminhos que levem a ações efetivas no sentido de intervir no processo e evitar que outras vidas de meninos e meninas com perfil semelhante aos das vítimas sejam eliminadas. Integrá-los à sociedade é um desafio que se apresenta, pois eles tem o direito de serem cidadãos.

## 2 - Sobre as Fontes Utilizadas

A principal dificuldade encontrada na compatibilização de fontes consultadas para a elaboração do presente trabalho, diz respeito às diferentes formas e conceitos empregados no registro das ocorrências de morte violenta de crianças e adolescentes menores de 18 anos.

Determina a legislação em vigor (Lei nº 6015, de 31/12/73, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6216, de 30/06/75) que nenhum sepultamento seja feito, em qualquer parte do território nacional, sem a correspondente certidão de óbito. Ainda mais, "o registro deve ser feito à vista de atestado médico ou, na falta de um médico na localidade, de duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou verificado a morte". (2)

Juridicamente isto significa que todas as mortes devem ter um registro que irá constituir-se na prova concreta do desaparecimento do indivíduo para todos os efeitos legais daí decorrentes.

Sabidamente os chamados registros administrativos, entre os quais o registro civil, apresentam uma subenumeração (redução do número de óbitos ocorridos) significativo, face a inúmeros sepultamento sem o competente registro.

Acompanhando esta tendência, as informações coletadas para a elaboração deste documento revelam divergências significativas nos números contabilizados em cada fonte, conforme pode ser visto no quadro 1.

### QUADRO 1

Comparação entre Estatísticas de Óbitos de Natureza Violenta de Menores de 18 Anos, Brasil Janeiro 1984 a Julho 89

FONTE	NÚMERO	PERÍODO	FAIXA DE IDADE
1 - IBASE			
• Instituto Médico Legal	1397	84/89	até 18 anos
• IMPRENSA	891	84/89	até 18 anos
2 - MINISTÉRIO DA SAÚDE	3180	1985	até 19 anos

Observe-se que as estatísticas de mortalidade divulgadas pelo Ministério da Saúde, para 1985, retratam um contingente muito maior de menores assassinados. Mesmo considerando a diferença entre as faixas de idade utilizadas os números do referido órgão são muito maiores que os coletados nas demais fontes.

Mais grave ainda é a discrepância quando se considera que o próprio Ministério admite que os dados apresentados na publicação "representam algo em torno de 75% do total de óbitos ocorridos no país em 1985". (3)

Diante disso qualquer compatibilização das informações passa necessariamente pela análise dos objetivos, conceitos e métodos de coleta da informação.

Lista-se a seguir as fontes consultadas e de forma resumida, o âmbito e períodos dos levantamentos efetuados.

1 - Relatório da Comissão de Investigação, 1988 (4)

- Sistematiza dados sobre atos de violência cometidos contra menores no Estado do Rio de Janeiro, no período de Janeiro de 1987 a Julho de 1988. Utiliza para isso depoimentos de pessoas (menores e adultos) sobre as condições de vida dos meninos e meninas de rua; relatório da Comissão de Sindicância de Volta Redonda; levantamentos oficiais sobre o assassinato de menores em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Volta Redonda; denúncias a nível regional e nacional; notícias de jornais; e fotos.

2 - Documento O Menor e o Esquadrão da Morte em Pernambuco, GAJOP 1989.(5)

- Apresenta resultados da pesquisa feita em jornais de Pernambuco, Diário de Pernambuco Jornal do Comércio e Folha de Pernambuco) no período janeiro de 1987 a junho de 1989, sobre notícias e manchetes de jornais acerca do assas-

sinato de menores de 21 anos, atribuídos ao "Esquadrão da Morte" daquele Estado.

3 - Secretaria de Estado de Polícia Civil do Rio de Janeiro, 1989.(6)

- Apresenta estatísticas oficiais de homicídios dolosos praticados contra menores de 18 anos, registrados no período de janeiro de 1985 a maio de 1989, segundo áreas de atuação dos Departamentos de Polícia — Capital, Baixada e Interior.

4 - Ministério da Saúde, Estatísticas da Mortalidade, Brasil, 1985. (7)

- Apresenta estatísticas da mortalidade a nível nacional, das Unidades da Federação e municípios das capitais de Estados, para o ano de 1985, a partir da seleção de características dos dados do registro civil.

A causa básica é registrada, segundo regras internacionalmente recomendadas pela Organização Mundial de Saúde.

Por outro lado, as informações estão associadas ao local de residência da vítima considerando que o objetivo do Ministério é a produção de indicadores de saúde da população brasileira.

5 - Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Econômicas - IBASE, 1989. (8)

- Levantamento dos casos de mortes violentas de crianças e adolescentes pelas diversas comissões do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, em dezesseis Estados, no período Janeiro de 1984 a Julho de 1989.

A pesquisa baseou-se na coleta de informações em Institutos Médicos Legais dos 16 estados, e notícias e manchetes sobre a ocorrência de mortes violentas de crianças e adolescentes até 18 anos de idade, em 38 órgãos de imprensa escrita, dos mesmos estados.

## 2.1 - Construção dos Indicadores sobre a Criminalidade de Menores de 18 anos.

Informações sobre a idade, sexo, estado civil, ocupação, naturalidade, local de residência da vítima e da ocorrência do evento, identificam o falecido. Não registrar estas características nas certidões de óbitos, significa negar uma identidade.

As divergências encontradas entre as diferentes fontes disponíveis, constitui também, um primeiro indicador da falta de identidade dessas crianças e adolescentes. São João, Marias, Josés, perdidos numa grande categoria estatística: desconhecidos.

Das características registradas nas certidões de óbito na produção das estatísticas, as usualmente encontradas nos planos tabulares das publicações são: idade, sexo, natureza do óbito, a causa, e o local da ocorrência. Cor e instrumento utilizado são considerados em algumas pesquisas.

Adotou-se como norma nesse trabalho, utilizar o máximo das informações disponíveis, ocasionando diferentes níveis de detalhes na construção das tabelas aqui apresentadas.

Por outro lado, objetivou-se delinear o perfil dos meninos e meninas menores de 18 anos e identificar as possíveis diferenças do padrão de criminalidade ao longo do território nacional. Assim, diferentes níveis de agregação geográfica, (Brasil, estados, regiões metropolitanas, municípios) foram utilizados sempre que a informação básica permitisse.

## 3 - Os números nacionais

Nesta análise foram utilizadas as estatísticas divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Econômicas - IBASE, e Ministério da Saúde.

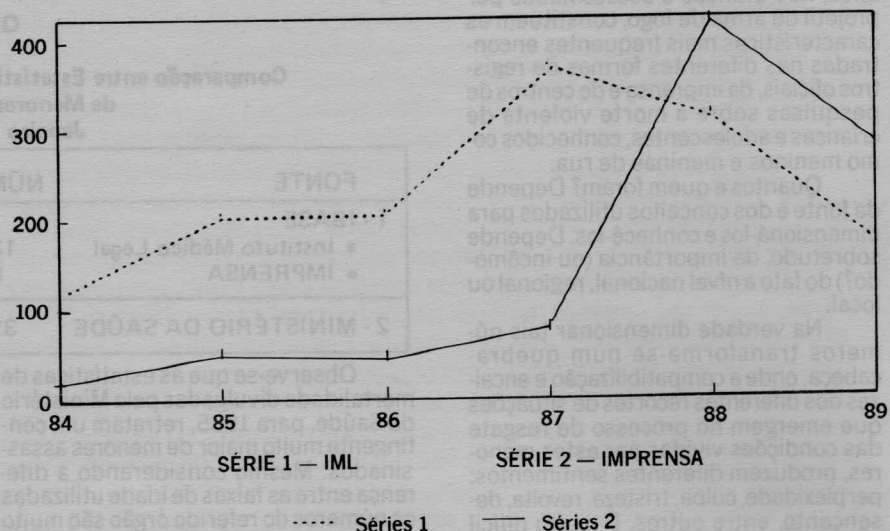
### 3.1 - Pesquisa do IBASE

Dados levantados no período 1984 a 1989 em dezesseis estados brasileiros mostram que foram registrados no Instituto Médico Legal 1397 assassinatos de menores de 18 anos. (tabela 1 em anexo)

Utilizando como fonte alternativa notícias e manchetes de jornais sobre a ocorrência de crimes praticados contra crianças e adolescentes, o IBASE contabilizou 891 casos

Em comum estas duas fontes apontam para uma tendência crescente no processo de eliminação de menores no período de 1984 a 1989. O crescimento nos valores absolutos foi da ordem de 157%, para os dados colhidos pelo IML e de 21 vezes, pelas notícias de imprensa, conforme pode ser observado no gráfico 1 a seguir.

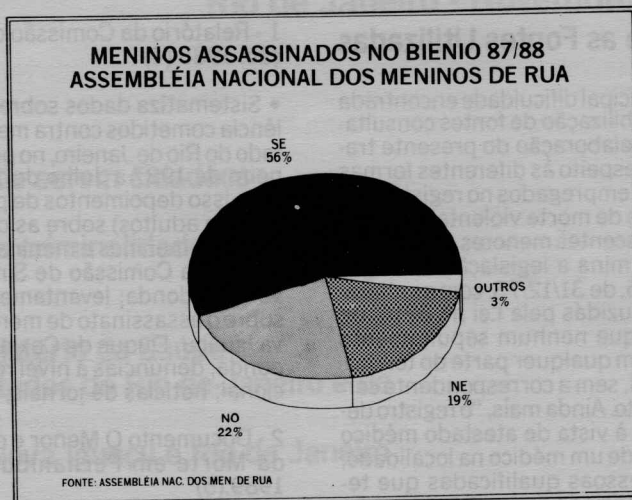
## ASSASSINATO DE MENORES DE 18 ANOS BRASIL 1984/1989



FONTE: IBASE (\*) ATÉ JULHO DE 1989

Observa-se também que no ano de 1988 ocorreu um aumento significativo no número de assassinatos noticiados nos jornais. Talvez os avanços decorrentes das denúncias feitas pelas Pastorais do Menor e pela Comissão de Investigação que atuou em 1988, através de incentivo ao aumento de denúncias destes crimes, tenham tornado o tema atual e, em consequência, aumento do espaço nos jornais.

Complementando esta informação, dados colhidos durante a Assembleia Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, ocorrida em Brasília no ano de 1988, denunciavam a existência de 102 casos de meninos e meninas assassinados no biênio 87/88 (ver tabela 2 em anexo.) Destes, 56%, ou seja, 57 casos, foram crianças que residiram na Região Sudeste, região que concentra os maiores níveis de riqueza do país (gráfico 2).



A pesquisa do IBASE evidencia também, que dos 1397 casos registrados nos Institutos Médico Legal dos dezesseis estados, 87% são menores do sexo masculino, 74% possuem idade en-

tre 15 e 18 anos e 52% são negros ou mulatos (ver tabela 3)

Este perfil é confirmado pelas informações coletadas nos casos noticiados pela imprensa nas características

sexo (82%) e idade (67%), (ver tabela 4).

A grande diferença entre uma fonte e outra, diz respeito à característica "cor". Enquanto os dados do IML registraram que 12% eram brancos, 52% negros ou mulatos e 36% sem informação, a imprensa escrita registrou 5% de brancos, 5% de negros e para 90% das notícias não foi informada a cor da vítima.

Outro fato a observar sobre o processo de eliminação destes menores, é que estes perfis são constantes nas séries observadas ao longo do período 1984 a 1989.

Na busca do entendimento das causas que motivaram as mortes violentas desses meninos e meninas, dos 624 registros relativos ao período janeiro de 1988 a julho de 1989 coletados pelo IBASE, emergiram como principais motivos: roubo, tóxico, esquadrão, estupro, passional, outras e sem informação.

Das causas passíveis de discriminação o esquadrão apresenta-se com os maiores percentuais (para o total 24%, em 1988 17% e em 1989, 33,5%) (ver quadro 2).

QUADRO 2

Distribuição dos Casos de Morte Violenta de Menores de 18 anos Segundo a Causa do Homicídio e Ano de Ocorrência, 1988 e 1989

CAUSA	ANO		
	TOTAL	1988	1989
TOTAL	624	379	245
Roubo	47	28	19
Tóxico	31	19	12
Esquadrão	147	65	82
Estupro	20	10	10
Passional	29	18	11
Outra	186	132	54
Sem Inf.	164	107	57

Fonte: IBASE, 1989.



J. R. Ripper

Vale observar que embora parciais, estes números são indicadores da veracidade de depoimentos colidos por instituições que lutam pelos direitos dos meninos e meninas de rua, que denunciavam a existência de matadores profissionais: a título de proteção a moradores locais, aterrorizam os meninos e meninas, eliminando-os quando passam a incomodar.

Pesquisa realizada nos jornais de Pernambuco mostram que de 158 casos de menores mortos no período janeiro/87 a junho/89, a maioria foi atribuída ao esquadrão da morte. (9)

Segundo a mesma pesquisa as notícias dessas mortes revelam que os menores assassinados são encontrados em regiões distantes do núcleo da região metropolitana, com mãos amarradas, (por cordas de nylon ou algemas), marcas de queimaduras de cigarros, hematomas, várias perfurações a bala, sempre a queima-roupa. Além disso, são assassinatos feitos após sequestro e torturas.

Este quadro caracteriza a ação de Esquadrão da Morte; que escondem sob esta sigla os autores dos crimes, assegurando, por outro lado, a sua impunidade.

### 3.2 - Estatísticas da Mortalidade do Ministério da Saúde

Conforme comentado anteriormente, o objetivo central da coleta das informações nos registros de óbitos para o Ministério da Saúde são as causas de morte, dado que são gerados a partir daí, estatísticas para a elaboração e análise de vários indicadores de saúde.

Embora a legislação determine que o óbito seja registrado no local de falecimento, isto é, no local de ocorrência do evento, o dado que "mais interessa ao campo da saúde é a dos óbitos distribuídos segundo o local de residência da vítima"; face ao planejamento de programas de saúde.

Assim, os dados do Ministério da Saúde, após uma reorganização das informações contidas nos registros dos óbitos, direcionam a análise para os locais de residência das vítimas, enquanto os do Instituto Médico Legal e da Imprensa escrita utilizados no tópico anterior, empregam o local de ocorrência.

Colocado neste prisma o quadro 4, mostra que foram registrados 18860 casos de óbitos de menores de 19 anos vítimas de causa externa. Nesta categoria encontram-se os seguintes tipos de violência: homicídio, suicídio e acidentes (atropelamento, demais acidentes de trânsito, quedas afogamentos e outras).

Deste total, 3.180 casos referem-se aos tipos homicídio e outras violências infligidas por outros a menores de 19 anos.

Na tentativa de compatibilizar as informações do Ministério da Saúde com as obtidas junto ao Instituto Médico Legal, isolou-se na categoria homicídios e outras violências aqueles casos relativos às causas homicídio (estrangulamentos enforcamentos e afogamentos), e ataques (arma de fogo, instrumentos cortantes) e de outras procedências especificadas ou não, perfazendo um total de 2.895 casos de mortes.

O quadro 3 mostra os valores segundo as diferentes causas selecionadas, para o total Brasil e dos municípios capitais dos estados.

### QUADRO 3

#### Número de Óbitos Registrados por Local de Residência da Vítima, Segundo a Causa Brasil, 1985

CAUSA DO ÓBITO	BRASIL	MUNICÍPIOS DE CAPITAIS DE ESTADO
Externa	18860	4859
Homicídios e Outras Violências	3180	1744
Homicídios e Ataques	2895	...

Fonte: Ministério da Saúde

Cabe observar que para o conjunto dos municípios capitais dos estados, não foi possível trabalhar com a categoria Homicídios e Ataques na medida em

que este dado não está disponível a nível de estado na publicação do Ministério.

O quadro 4, a seguir, mostra a dis-

tribuição dos óbitos provocados por causas externas segundo os tipos de homicídios e ataques efetuados contra menores de 19 anos.

### QUADRO 4

#### Óbitos Provocados por Causas Externas, Segundo Idade e Tipo de Causa Brasil, 1985

IDADE E SEXO	TOTAL	TIPO DE CAUSA				
		HOMICÍDIOS		ATAQUES		
		Estrangulamento	Afogamento	Arma de fogo	Instrumento	Outras Providências
TOTAL	2895	49	11	1288	339	1208
0 a 4	102	14	5	19	15	49
Homens	49	5	—	9	12	23
Mulheres	52	9	5	10	3	25
Ignorado	1	—	—	—	—	1
5 a 9	65	4	3	21	6	31
Homens	39	1	1	15	3	19
Mulheres	26	3	2	6	3	12
Ignorado	—	—	—	—	—	—
10 a 14	216	9	—	102	21	84
Homens	166	5	—	81	17	63
Mulheres	50	4	—	21	4	21
Ignorado	—	—	—	—	—	—
15 a 19	2512	22	3	1146	297	1044
Homens	2270	17	2	1052	247	952
Mulheres	242	5	1	94	50	92
Ignorado	—	—	—	—	—	—

Fonte: Ministério da Saúde, 1985



QUADRO 5

Distribuição Espacial dos Óbitos por Causas Externas  
1985

MUNICÍPIO DE CAPITAL	TOTAL	CAUSAS EXTERNAS HOMICÍDIOS E OUTRAS VIOLÊNCIAS	
		ABSOLUTO	RELATIVO (%)
TOTAL	4859	1744	36
MANAUS	153	25	16
BELÉM	245	24	9
FORTALEZA	225	47	21
RECIFE	235	106	45
SALVADOR	285	12	4
BELO HORIZONTE	305	74	24
RIO DE JANEIRO	904	495	55
SÃO PAULO	1878	837	44
CURITIBA	273	23	8
PORTO ALEGRE	141	55	39
BRASÍLIA	265	46	12

FONTE: Ministério da Saúde, 1985

Mais uma vez delinea-se o mesmo perfil: a maioria das vítimas pertence à faixa de idade de 15 a 19 anos, são do sexo masculino. Entre os tipos de causas 1.288 registros indicaram como principal instrumento de ação as armas de fogo, seguida de outras procedências especificadas ou não.

Descendo a análise ao nível das capitais de estados que possuem grandes aglomerados urbanos, observa-se que estas detem 26% dos registros de mortes violentas provocadas por causas externas. Destes, 36% correspondem à categoria homicídios e outras violências, ou seja 1.744 casos.

O quadro 5 mostra que os municípios do Rio e São Paulo apresentam as maiores participações nos totais de óbitos causados por homicídios e outras violências. No entanto quando comparamos estes números com os totais de ocorrências de causas externas de cada município, verifica-se que Rio de Janeiro (55%) Recife (45%), São Paulo (44%) e Porto Alegre (39%), obtêm os mais altos índices para o tipo homicídios e outras violências.

Detendo a análise nos 1.744 casos relativos a causa externa homicídios e outras violências praticados contra menores de 19 anos, confirma-se também a nível dos grandes municípios brasileiros o mesmo perfil observado anterior-

mente. (Ver quadro 6).

A única diferença encontrada diz respeito ao tipo de causa dominante no Rio de Janeiro e São Paulo. Enquanto 85% dos óbitos registrados em São Paulo a causa principal foi homicídio (estran-

gulamentos, enforcamentos e afogamentos na definição do Ministério de Saúde). No Rio de Janeiro, 64% deveu-se a outras violências (entre estas ataques — armas de fogo, instrumentos cortantes, etc.).

#### QUADRO 6

Óbitos Provocados por Causas Externas, por Idade e Tipo de Causa, Segundo Local de Residência de Vítima, 1985

LOCAL RESIDÊNCIA	IDADE (ANOS)								
	TOTAL	ATÉ 4		5 a 9		10 a 14		15 a 19	
		Homicídio	Outras Violências	Homicídio	Outras Violências	Homicídio	Outras Violências	Homicídio	Outras Violências
TOTAL	1744	21	97	16	53	84	66	1005	402
MANAUS	25	3	—	1	—	4	—	16	11
BELÉM	24	1	4	—	—	2	—	15	2
FORTALEZA	47	2	—	1	—	3	—	41	—
RECIFE	106	1	10	2	6	6	5	66	10
SALVADOR	12	—	—	—	—	—	1	11	—
B. HORIZONTE	74	—	17	1	8	6	2	20	20
RIO DE JANEIRO	495	1	35	2	19	16	42	72	318
SÃO PAULO	837	12	18	8	6	50	7	708	28
CURITIBA	23	1	2	—	2	—	4	8	6
PORTO ALEGRE	55	—	8	—	11	1	5	13	17
BRASÍLIA	46	—	3	1	1	6	—	35	—

FONTE: Ministério da Saúde, 1985

#### 4 - Especificidades Regionais: O caso do Estado do Rio de Janeiro e de Pernambuco.

Observada a situação a nível nacional, passa-se a seguir à análise do comportamento da distribuição de óbitos, nos estados de Pernambuco (região Nordeste) e Rio de Janeiro (Região Sudeste).

As fontes disponíveis para este estudo são: pesquisa do IBASE, Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Polícia Civil e documento "O menor e o Esquadrão da Morte em Pernambuco".

Apresenta-se no quadro 7 os números de casos de morte violenta para os referidos estados no período 1984 a 1989, segundo a disponibilidade de informações.

#### QUADRO 7

Casos de Morte Violenta de Crianças e Adolescentes por Ano de Ocorrência, Pernambuco e Rio de Janeiro 1984 - 1989

ESTADOS E FONTES UTILIZADAS	NÚMERO ÓBITOS	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Pernambuco							
IBASE	531	41	120	76	96	113	85
Ministério da Saúde	338	...	338	...	...	...	...
Rio de Janeiro							
IBASE	278	...	...	...	167	111	...
Ministério da Saúde	3298	994	1122	1182	...	...	...
Secretaria de Estado							
Polícia Civil	1081	...	172	204	227	294	184

A divergência entre os quantitativos apresentados pelas diversas fontes utilizadas evidencia mais uma vez, um nível alto de sub-registro.

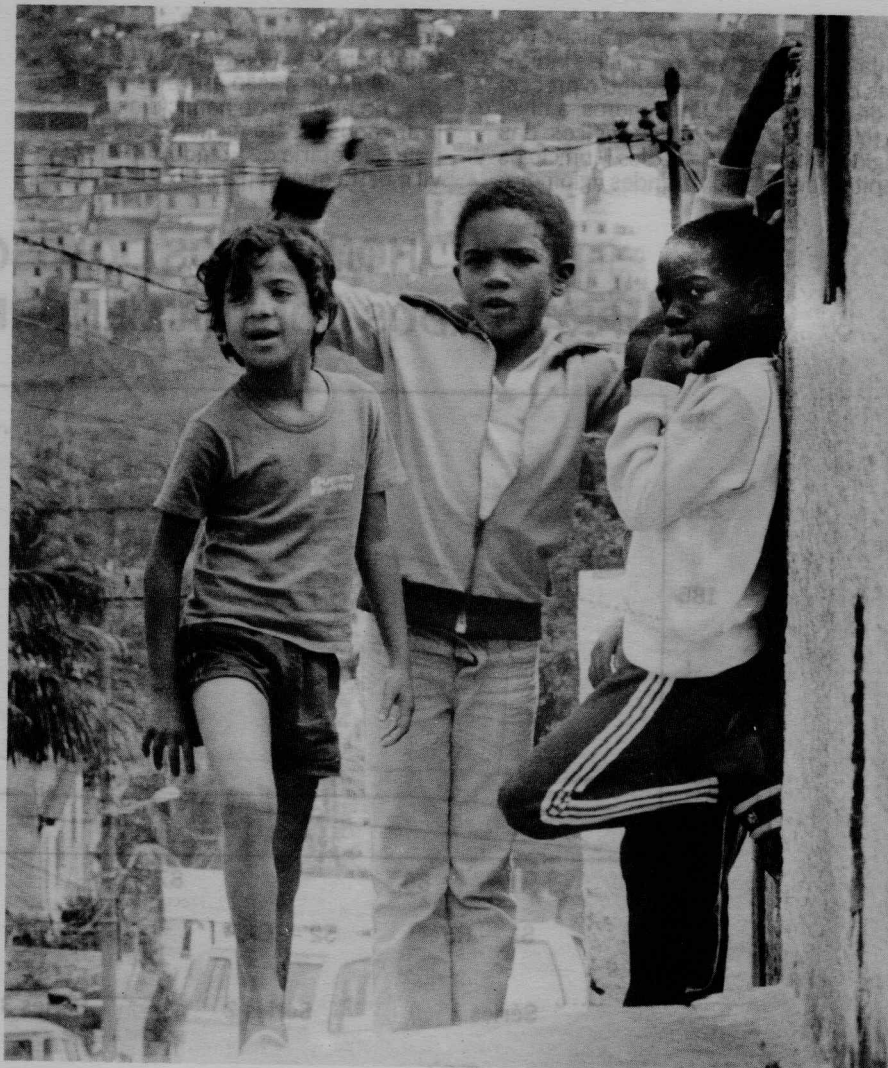
Considerando que todas as fontes utilizam o registro de óbito como base para seus levantamentos a diferença nos quantitativos pode estar revelando, que quantificar óbitos segundo causas de mortes para fins de estatísticas de saúde da população brasileira não encontra as mesmas dificuldades que a produção de estatísticas da criminalidade. Estas últimas pressupõem necessariamente registro policial que expõe os denunciante à mesma sorte das vítimas.

Por serem as séries do IBASE e da Secretaria de Estado da Polícia Civil as mais completas ao longo do período de estudo, trabalhar-se-á com estes contingentes de vítimas para o delineamento do perfil e estudo de padrão espacial resultante.

Assim, segundo a pesquisa do IBASE, 531 menores foram vítimas de morte violenta no período 1984 a 1989, em Pernambuco.

Em relação ao Rio de Janeiro, enquanto o IBASE admitindo a inexistência de informações para os anos de 1984, 1985, 1986 e 1989, informa a ocorrência de 278 casos a Secretaria de Estado da Polícia Civil contabiliza 1.081 casos.

As características sexo, idade e cor, tanto para Pernambuco quanto para o Rio de Janeiro acompanham a tendência do perfil dos menores delineado a nível nacional: maioria do sexo masculino, idade entre 15 e 18 anos, não brancos e assassinados por projétil de arma de fogo, conforme pode ser visto no quadro 8, e na tabela 5 em anexo.



J. R. Ripper

QUADRO 8

Comparação Entre Características das Vítimas Menores de 18 Anos Assassinadas em Pernambuco e Rio de Janeiro, 1984 – 1989

CARACTERÍSTICAS	PERNAMBUCO	RIO DE JANEIRO
TOTAL DE ÓBITOS	531	1081
CAUSA		
Arma Branca (Faca)	91	27
Arma de Fogo (Tiro)	421	894
Outras	19	160
IDADE		
0 a 10	14	62
11 a 14	57	141
15 a 18	460	861
Sem Informação	—	—
COR		
Branca	36	338
Negra/Mulata	493	617
Sem Informação	2	127

FONTE: Pernambuco – Pesquisa do IBASE; Rio de Janeiro, Secretaria de Estado da Polícia Civil, 1984 a 1989 (Julho)



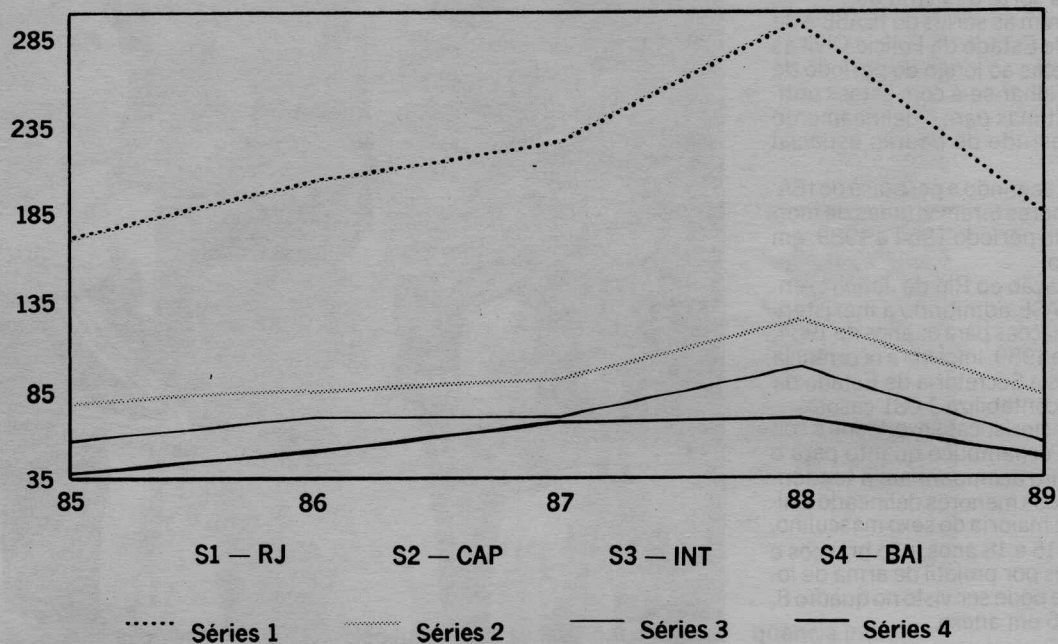
Os números de Pernambuco e Rio de Janeiro acrescentam à análise indicações de como está ocorrendo o processo de assassinatos de menores, a nível de diferentes espaços geográficos: das Regiões Metropolitanas, dos Municípios Capitais de Estado, grandes aglomera-

dos urbanos, como é o caso da Baixada Fluminense, e no interior.

A comparação entre as distribuições do número de homicídios dolosos praticados contra menores divulgados pela Secretaria de Estado da Polícia Civil mostra que no período 1985 a 1988,

as regiões definidas como da Capital, Baixada e Interior apresentaram a mesma forma de comportamento: guardadas as dimensões dos quantitativos, foram sempre crescentes, conforme pode ser visto no gráfico 3, a seguir.

## HOMICÍDIOS DOLOSOS PRATICADOS CONTRA MENORES, RJ 85/89



FONTE: SEC. EST. DA POLÍCIA CIVIL

Particularizando a análise ao nível da situação observada nas regiões metropolitanas, informações obtidas através de pesquisas em jornais de Pernambu-

co, mostram que dos 53 casos noticiados pela imprensa, 83% ocorreram em municípios pertencentes à região metropo-

litana (Recife, Jaboatão, Olinda, Camaragibe, Paulista, São Lourenço da Mata e Moreno), conforme quadro 9 abaixo.

### QUADRO 9

Menores Assassinados em Pernambuco, Segundo Local de Ocorrência Noticiada na Imprensa

LOCAL	ANO			
	TOTAL	1987	1988	1989
	53	12	20	21
RECIFE	23	4	10	9
OLINDA	5	1	—	4
JABOATÃO	11	4	5	2
CAMARAGIBE	1	1	—	—
PAULISTA	3	1	2	—
SÃO LOURENÇO DA MATA	2	—	1	1
MORENO	1	—	1	—
OUTROS	7	1	1	5

FONTE: Documento "O Menor e o Esquadrão da Morte", Pernambuco 1989, Gajop

Ainda em relação aos números levantados para Pernambuco sobre os assassinatos de menores de 18 anos, foram arrolados 6 tipos de ocupações atribuídas

às vítimas: marginal, estudante, ambulante, lavador de carro, comerciários e estabelecimento da FEBEM. Destas a

declaração com maior frequência foi a de marginal com 22 casos, ou 42% do total; (ver quadro 10).

#### QUADRO 10

Distribuição Anual de Casos de Morte Violenta de Menores, Noticiados na Imprensa, Segundo Algumas Características das Vítimas, Pernambuco, 1977 a 1988

CARACTERÍSTICAS	NÚMERO DE CASOS	ANO		
		1987	1988	1989
TOTAL	53	12	20	21
SEXO				
Homens	51	12	20	19
Mulheres	2	—	—	2
Sem Informação	—	—	—	—
IDADE				
0 a 10	—	—	—	—
11 a 14	2	—	—	2
15 a 17	51	12	20	19
Sem Informação	—	—	—	—
COR				
Branca	1	—	—	1
Não Branca	9	2	4	3
Sem Informação	43	10	16	17
OCUPAÇÃO				
Marginal	22	6	6	10
Estudante	1	—	1	—
Ambulante	1	—	1	—
Lavador de Carro	1	—	1	—
Comerciário	1	—	—	1
Estab. FEBEM	1	—	—	1
Sem Informação	26	6	11	9
IDENTIFICAÇÃO				
Sim	39	10	10	19
Não	14	2	10	2

FONTE: Documento "O Menor e o Esquadrão da Morte" em Pernambuco, 1989, GAJOP  
 Não Branca compreende negros e mulatos

Mesmo relativizando este número, face a precariedade da informação ele revela a falta de oportunidade de trabalho para o segmento populacional do qual são representantes. As citações de

ocupações ambulante e lavador de carro são indicadores de que estes menores estão sendo absorvidos pelo mercado não formal de trabalho.

Vale observar também que 74% das vítimas foram identificadas, destacando-se, o acréscimo desse fato em 1989.

## 5 - Criminalidade Local: Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Volta Redonda

A análise das estatísticas obtidas, a partir do registro de óbitos dos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Volta Redonda são indicadores do processo de eliminação a que estes menores são submetidos.

Para esta seção trabalhou-se com informações oficiais da Secretaria de Estado da Polícia Civil e dados colhidos pela Comissão de Investigação em 1988.

Dos municípios citados Duque de Caxias apresenta o maior valor, 144 casos, no período janeiro de 1987 a julho de 1988. Em seguida, Nova Iguaçu 107

casos e finalmente Volta Redonda com 51 casos. (tabelas 6, 7, 8, 9, 10 e 11 em anexo).

O estudo das características das vítimas confirma a tendência observada em outros níveis de análise: maioria do sexo masculino, faixa de idade dominante de 15 a 19 anos, não brancos e assassinados predominantemente por projétil de arma de fogo.

Destaca-se no caso de Duque de Caxias o crescimento de outro tipo de causa de morte para menores de 14

anos: o atropelamento, conforme pode ser visto na tabela 6, (em anexo).

A principal contribuição das estatísticas obtidas para o município de Volta Redonda foi a possibilidade de dimensionar os quantitativos dos sub registros de óbitos ocasionados por morte violenta contra menores de 18 anos.

O quadro 11 mostra que enquanto a Comissão de Investigação sobre morte de menores de 18 anos arrolou 63 casos no período janeiro de 87 a maio 88 as fontes oficiais informaram a ocorrência de 16 casos.



J. R. Ripper

## QUADRO 11

Óbitos de Natureza Violenta Registrada no Município de Volta Redonda,  
Segundo Fontes de Informação, 1987 a 1988

FONTE	ÓBITOS	PERÍODO
– Comissão de Investigação	63	Janeiro 87 a Julho 88
• Certidões de Óbitos do Cemitério	24	Janeiro 87 a Outubro 87
• Livro do Instituto Médico Legal	17	Janeiro 87 a Outubro 87
• Listagem da Prefeitura	25	Setembro 87 a Maio 88
Coincidências	3	Janeiro 87 a Julho 88
– Secretaria de Estado da Polícia Civil	16	Janeiro 87 a Outubro 88
• Instituto Médico Legal	10	idem
• 94ª Delegacia	1	idem
• Funerária Municipal	8	idem
Coincidências	3	idem

FONTE: Relatório da Comissão de Investigação, Volta Redonda, 1988

A compatibilização dos números divulgados oficialmente e os obtidos pela Comissão de Investigação foi feito a partir de listas nominais de menores assassinados.

O gráfico 4 a seguir mostra as divergências encontradas pela Comissão de Investigação na coleta de informa-

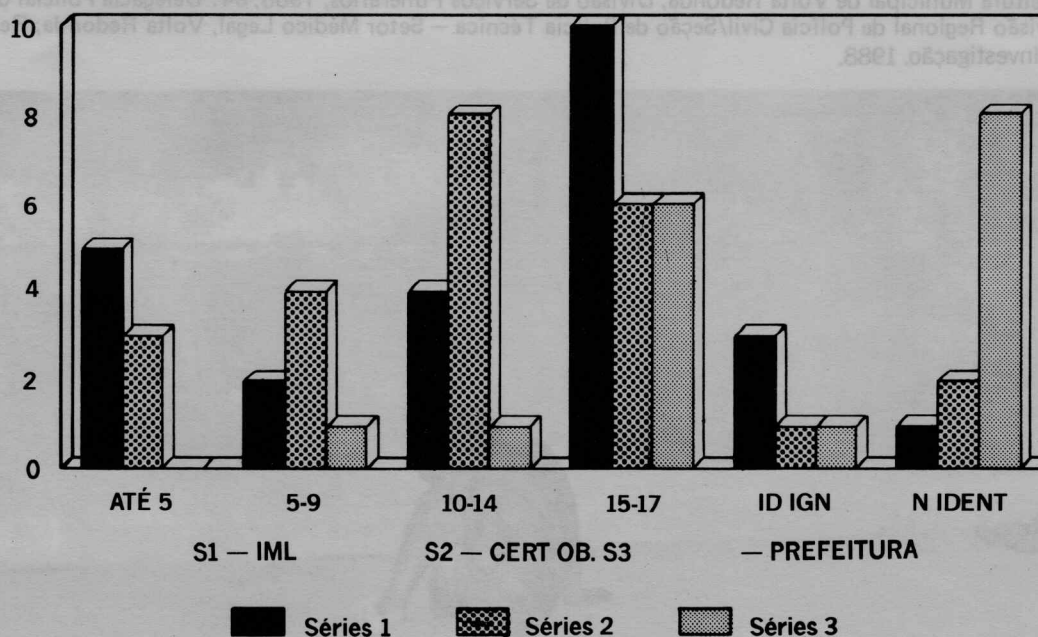
ções feita em organismos públicos, responsáveis pelo fornecimento de informações sobre os óbitos ocorridos em Volta Redonda, no biênio 87/88.

Teoricamente estas divergências não poderiam acontecer, dado que todo sepultamento ocorrido em qualquer parte do território nacional deve ser feito

a partir da certidão do óbito correspondente.

Na inspeção dos 16 nomes das vítimas listadas nos cadastros fornecidos pela Secretaria de Estado da Polícia Civil, só 3 casos foram considerados nas estatísticas do IML, delegacias, e Funerária de Volta Redonda.

## HOMICÍDIOS DOLOSOS PRATICADOS CONTRA MENORES, VOLTA REDONDA 87/88



FONTE: RELATÓRIO DA COMISSÃO DE MENORES.

Compatibilizando os dois levantamentos efetuados observa-se que de um total de 17 vítimas arroladas, no quadro 12;

- 12 foram registradas em pelo menos 1 fonte oficial;
- 5 foram enterradas sem o competente registro no Instituto Médico Legal;

• 5 foram registradas no IML, mas não constam da listagem fornecida pela Divisão de Serviços Funerários da Prefeitura de Volta Redonda

- 1 caso foi identificado nas listagens de órgãos oficiais de Volta Redonda, obtidas pela Comissão de Investigação que embora localizado nos registros

do IML não consta da relação oficial divulgada pelo IML de Volta Redonda.

Considerando que o período observado e a faixa de idade considerada nos dois levantamentos são iguais fica evidente o sub registro de óbito, reflexo de supultamentos sem o competente registro.

## QUADRO 12

### Vítimas Arroladas nas Listagens de Registros de Morte Violenta de Menores de 18 Anos, Volta Redonda, Janeiro 87 a Outubro 88

NOME DAS VÍTIMAS	POLÍCIA CIVIL		FUNERÁRIA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA	COMISSÃO DE INVESTIGAÇÃO		
	IML	DELEGACIA		IML	COMP. PREFEIT.	LEVANT. CEMITÉRIO
TOTAL	12	5	11	3	8	6
1 - Mario Luiz P. de A.	*	—	*	*	—	—
2 - Mauro S. P.	—	—	—	*	—	—
3 - Rogério A. F.	*	*	*	—	—	*
4 - Roberto Carlos A.	—	—	*	—	—	*
5 - José Tadeu de O.	*	—	*	*	—	—
6 - Carmen Lucia B. G.	*	—	*	—	*	—
7 - Isa M. F.	—	—	*	—	*	—
8 - Edimilson S. C.	—	—	*	—	*	—
9 - Carlos José A.	—	*	*	—	*	—
10 - Rony C. C.	*	*	*	—	*	—
11 - Rogério S. M.	*	*	*	—	*	—
12 - Fabias (Fabio) P. B.	*	*	*	—	*	—
13 - Amarildo F. da S.	*	—	—	—	*	—
14 - Jesus L.	*	—	—	—	—	*
15 - Valter S. S.	*	—	—	—	—	*
16 - Carlos A. S. C.	*	—	—	—	—	*
17 - Antonio M. S.	*	—	—	—	—	*

FONTE: Prefeitura Municipal de Volta Redonda, Divisão de Serviços Funerários, 1988; 94ª Delegacia Policial de Volta Redonda; 2ª Divisão Regional de Polícia Civil/Seção de Polícia Técnica — Setor Médico Legal, Volta Redonda; Relatório da Comissão de Investigação, 1988.



Finalmente a análise do perfil das 12 vítimas cujos nomes compunham as listas consideradas no trabalho, vem

confirmar, mais uma vez: vítimas do sexo masculino faixa de idade de 15 a 17 anos, não brancos e assassinados por

projétil de arma de fogo (PAF), conforme quadro 13 a seguir.

### QUADRO 13

Óbitos por Classes de Idade, Ano de Ocorrência, Sexo, Cor da Vítima e Causa, Volta Redonda  
Janeiro 1987 a Julho 1988

Classes de Idade (Anos)	ÓBITOS	ANO			SEXO			COR			CAUSA	
		1987	1988	NR	M	F	NR	B	NB	NR	PAF	OUTRAS
TOTAL	12	9	2	1	11	1	—	1	9	2	11	1
10 a 14	3	2	—	1	2	1	—	—	2	1	2	1
15 a 17	8	6	2	—	8	—	—	1	7	—	8	—
S/declaração	1	1	—	—	1	—	—	—	—	1	1	—

FONTE: Secretaria de Estado da Polícia Civil, 1988; Relatório da Comissão de Investigação, 1988

## 6 — Entendimentos e Proposições

Maioria do sexo masculino, idade entre 15 e 17 anos de cor não branca e morte causada por projétil de arma de fogo constitui o perfil dominante em todos os níveis de análise aqui utilizados.

Observou-se que o processo de eliminação dessas meninas e meninos é crescente no período 1984 a 1989. Os números das séries anuais mostraram que este crescimento é da ordem de 157%, quando utilizados dados do Instituto Médico Legal e de 21 vezes, quando são empregados estatísticas sobre notícias e manchete da imprensa escrita.

Ocupação dominante: marginal. Sim, marginais à sociedade brasileira não tanto pela vontade de ser, mas sim pela falta de oportunidades de estudo e trabalho. Quando vivos, retratos semelhantes de outros meninos e meninas pertencentes à famílias de baixa renda, onde os valores estão muito distantes do que a sociedade considera bom. Não são, decididamente, neste contexto, "bons meninos e meninas".

Precisam roubar, segundo depoimentos colhidos, "serem espertos" para que outros não fiquem com o produto do seu trabalho. É a estratégia de sobrevivência adotada.

Neste contexto o Estado, segundo a Constituição Brasileira deveria garantir os direitos mínimos a estes meninos e meninas: moradia, alimentação, saúde e educação. Mas isso não acontece. O Estado precisa se estruturar, investir em programas que aumentem as possibilidades de inserção.

Conhecê-los, através de indicadores ainda que parciais, torna-se uma árdua tarefa. Aos desencontros nos números, fica a sensação de que são ninguém. Nem o mínimo direito do registro de óbito

dispõe. A subnumeração é uma constante em todos os níveis de análise. Situação de fato constatada no caso do município de Volta Redonda no Estado do Rio de Janeiro: dos 63 casos apontados pela Comissão de Investigação, só 17 pertenciam as listas fornecidas pelos órgãos responsáveis por estes registros. Destes, só 12 coincidiram na listagem de pelos menos um dos órgãos considerados.

Diante desse quadro aprofundar a questão através de pesquisas e estudos sobre a realidade da vida de meninos e meninas, com perfil semelhantes aos falecidos ainda vivos, torna-se uma missão urgente.

Aumentar os níveis de organização e atuação das entidades representativas desses meninos assessorando-os e contribuindo para um melhor conhecimento e definição de estratégias e ações efetivas que melhorem as condições de vida dos meninos e meninas de rua, é um desafio de todos nós. Eles tem o direito de serem cidadãos.

## 7 — Notas e Referências Bibliográficas

- (1) — Eclea Bosi "Lembranças de Velhos". T.A. Queiroz Editor, São Paulo, 1987. Citando Jacques Low diz que é preciso que se forme uma comunidade de destino "para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana". Pág. 2
- (2) — Ministério da Saúde, Estatísticas da Mortalidade, Brasil, 1985.
- (3) — Idem.
- (4) — Relatório da Comissão de Investigação, constituída em decorrência de denúncias contra maus tratos a menores de 18 anos em Volta Redonda. Entidades integrantes: Associação dos Ex-alunos da FUNABEM - Comissão Herzer e Centros de Documentação do Menor; Casa da Cultura AFRO-Brasileira/Volta Redonda; Comissão de Menores/Volta Redonda; Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; Núcleo de Estudos e Pesquisa da Infância/UFRJ; Pastoral do Menor da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti.
- (5) "O Menor e o Esquadrão da Morte em Pernambuco", 1989. GAJOP, Recife
- (6) Secretaria de Estado da Polícia Civil do Rio de Janeiro, 1989.
- (7) — Ibid. (2)
- (8) — Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais e Econômicas — IBASE "Crianças e Adolescentes no Brasil: A VIDA SILENCIADA", Setembro 1989. Rio de Janeiro.
- (9) — Ibid. op. cit. (5)

TABELA 1

Assassinatos de Menores de 18 Anos  
Brasil, 1984 – 1989

ANO	FONTE	
	Instituto Médico Legal	Imprensa
1984	122	19
1985	203	48
1986	206	45
1987	368	78
1988	313	418
1989 (Julho)	172	283
S/Informação	13	—
TOTAL	1397	891

FONTE: IBASE, setembro 1989

TABELA 2

Meninos Assassinados no Biênio  
87/88, Assembléia Nacional  
dos Meninos(as) de Rua  
Brasília, Agosto 1988

REGIÕES	NÚMERO	
	Absoluto	Relativo (%)
Brasil	102	100
Norte	23	22
Nordeste	19	19
Sudeste	57	56
Centro-Oeste	2	2
Sul	1	1

FONTE: Assembléia Nacional de Meni-  
nos de Rua, Brasília, Agosto 1988

TABELA 3

Algumas Características das Vítimas  
de Morte Violenta de Crianças e  
Adolescentes  
Brasil, 1984 – 1989

CARACTE- RÍSTICAS	VALORES	
	Absoluto	Relativo (%)
TOTAL	1397	100
SEXO		
Masculino	1215	87
Feminino	169	12
S/Inform.	13	1
IDADE		
0 a 10	95	7
11 a 14	156	11
15 a 18	1033	74
S/Inform.	113	8
COR		
Branca	162	12
Negra/Mulata	727	52
S/Inform.	508	36

FONTE: IBASE, Setembro 1989

TABELA 4

Distribuição Anual de Casos de Morte Violenta de Crianças e Adolescentes  
Noticiadas na Imprensa, Segundo Algumas Características das Vítimas,  
Brasil, 1984 – 1989

CARACTERÍSTICAS	NÚMERO DE CASOS	ANO					
		1984	1985	1986	1987	1988	1989*
TOTAL	891	19	48	45	78	418	283
SEXO							
Masculino	727	16	39	35	61	348	228
Feminino	150	3	9	10	17	60	51
Sem Informação	14	—	—	—	—	10	4
IDADE							
0 a 10	120	1	7	5	17	59	31
11 a 14	134	7	6	6	7	59	49
15 a 18	599	10	32	32	51	276	198
Sem Informação	38	1	3	2	3	24	5
COR							
Branco	44	—	3	—	4	24	13
Negro/Mulato	41	—	2	3	1	22	13
Sem Informação	806	19	43	42	73	372	257

FONTE: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Setem-  
bro/89

(\*) Até Julho/89

TABELA 5

Características dos Menores Vítimas de Homicídios Dolosos, Segundo Locais e Ano de Ocorrência  
Rio de Janeiro, 1985 a 1989 (Julho)

ANO	OCORRÊNCIA	SEXO			IDADE				COR			MATERIAL EMPREGADO		
		F	M	S/INF.	Até 9	9 a 15	15 a 17	S/INF.	B	NB	S/INF.	Arma Fogo	Arma Branca	Outras
		ESTADO	1081	113	956	12	62	141	861	17	338	617	126	894
1985	172	19	153	—	14	18	136	4	55	91	26	131	4	37
1986	204	24	178	2	12	25	160	7	60	112	32	161	12	31
1987	227	22	199	6	8	32	183	4	65	140	22	193	1	33
1988	294	31	260	3	20	44	228	2	89	174	31	245	9	40
1989	184	17	166	1	8	22	154	1	69	100	15	164	1	19
CAPITAL	466	34	428	9	16	46	387	17	127	256	83	396	8	62
1985	79	2	77	—	5	8	62	4	19	45	15	64	2	13
1986	86	8	77	1	2	4	73	7	23	41	22	73	2	11
1987	92	5	82	5	2	7	79	4	20	56	16	83	—	9
1988	126	10	113	3	4	16	104	2	32	76	18	104	4	18
1989	83	9	74	—	3	11	69	—	33	38	12	72	—	11
BAIXADA	346	41	305	—	15	53	278	—	105	217	24	294	9	43
1985	56	12	44	—	4	6	46	—	24	28	4	42	1	13
1986	69	5	64	—	2	14	53	—	17	44	8	56	4	9
1987	69	9	60	—	3	11	55	—	18	48	3	57	—	12
1988	98	10	88	—	6	16	76	—	33	57	8	88	4	6
1989	54	5	49	—	—	6	48	—	13	40	1	51	—	3
INTERIOR	269	38	228	3	31	42	196	—	106	144	19	204	10	55
1985	37	5	32	—	5	4	28	—	12	18	7	25	1	11
1986	49	11	37	1	8	7	34	—	20	27	2	32	6	11
1987	66	8	57	1	3	14	49	—	27	36	3	53	1	12
1988	70	11	59	—	10	12	48	—	24	41	5	53	1	16
1989	47	3	43	1	5	5	37	—	23	22	2	41	1	5

FONTE: Secretaria de Estado da Polícia Civil, 1985-1989. Rio de Janeiro

Obs: NB (Não branca) - compreende negros e mulatos.

TABELA 6

Homicídios Perpetrados Contra Menores  
Duque de Caxias – Estado do Rio de Janeiro  
Janeiro de 1987 a Julho de 1988

Classes de Idade (Anos)	Número de Homicídios	Ano		Tipo			
		1987	1988	PAF.	Atrop.	Ação Cont.	Outras
TOTAL	144	87	57	81	35	17	11
0 a 4	7	4	3	—	4	2	1
5 a 9	20	9	11	—	11	4	5
10 a 14	28	19	9	10	12	5	1
15 a 17	89	55	34	71	8	6	4

FONTE: SEPC/DPTC/IMLAP – Setor Médico Legal I, Duque de Caxias, RJ



TABELA 7

**Crimes Perpetrados Contra Menores**  
**Nova Iguaçu — Estado do Rio de Janeiro**  
**Janeiro de 1987 a Julho de 1988**

Classes de Idade	Crimes	Ano		Instrumento		
		1987	1988	PAF	Ação Contundente	Outras
<b>TOTAL</b>	<b>107</b>	<b>66</b>	<b>41</b>	<b>103</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
0 a 4	—	—	—	—	—	—
5 a 9	2	1	1	2	—	—
10 a 14	20	14	6	18	1	1
15 a 17	85	51	34	83	—	2

FONTE: Secretaria de Estado da Polícia Civil/Instituto Médico Legal de Nova Iguaçu — Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro

TABELA 8

**Homicídios Dolosos Praticados Contra Menores, Volta Redonda — Estado do Rio de Janeiro**  
**Janeiro de 1987 a Julho de 1988**

Classes de Idade (Anos)	Número Homicídios	Ano		Sexo			Instrumento	
		1987	1988	M	F	NR	PAF	Outra
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>2</b>	<b>—</b>	<b>13</b>	<b>3</b>
Menos de 5	—	—	—	—	—	—	—	—
5 a 9	—	—	—	—	—	—	—	—
10 a 14	3	3	—	2	1	—	2	1
15 a 17	13	3	10	12	1	—	11	2

FONTE: Prefeitura Municipal de Volta Redonda, Divisão de Serviços Funerários, 1988; 94ª Delegacia Policial de Volta Redonda; 2ª Divisão Regional de Polícia Civil/Seção de Polícia Técnica — Setor Médico Legal, Volta Redonda

TABELA 9

Características das Vítimas, Registradas no Livro do Instituto Médico Legal de Volta Redonda, 1987 – 1988

Classe de Idade (Anos)	Óbitos	Período		Sexo			Cor			Homicídios			Atropelamento	Afogamento	Outras
		1º Sem.	2º Sem.	F	M	NR	Branco	NB	NR	Total	PAF	Outra			
TOTAL	17	10	7	—	15	2	4	8	5	10	4	6	1	2	4
Até 5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5 a 9	1	—	1	—	1	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—
10 a 14	1	—	1	—	1	—	—	—	1	1	—	1	—	—	—
15 a 17	6	1	5	—	6	—	1	4	1	4	3	1	—	1	1
Idade não declaradas	1	1	—	—	1	—	—	—	1	1	1	—	—	—	—
Desconhecidos	8	8	—	—	6	2	2	4	2	4	—	4	—	1	3

FONTE: IML – Volta Redonda

TABELA 10

Características das Vítimas Registradas nas Certidões de Óbitos do Cemitério de Volta Redonda, 1987

Classe de Idade (Anos)	Óbitos	Período		Sexo			Cor			Homicídios			Atropelamento	Afogamento	Outras
		1º Sem.	2º Sem.	F	M	NR	Branco	Não Branco	Não Registrado	Total	PAF	Outras Causas			
TOTAL	24	14	10	4	17	3	9	13	1	12	7	5	2	4	6
Até 5	3	1	2	2	1	—	1	2	—	1	—	1	1	—	1
5 a 9	4	2	2	—	3	1	3	—	—	2	—	2	1	—	1
10 a 14	8	4	4	2	6	—	3	5	—	2	1	1	—	3	3
15 a 17	6	6	—	—	5	1	1	5	—	5	5	—	—	—	1
Idade não declarada	1	—	1	—	1	—	1	—	—	1	—	1	—	—	—
Não identificados	2	1	1	—	1	1	—	1	1	1	1	—	—	1	—

FONTE: Prefeitura de Volta Redonda – Certidões de Óbitos do Cemitério, 1987

TABELA 11

Características das Vítimas Constante da Listagem da Prefeitura de Volta Redonda Outubro/87 a Maio/88

Classe de Idade (Anos)	Óbitos	Período		Sexo			Cor			Homicídios			Atropelamento	Afogamento	Outras
		2º Sem./87	1º Sem. 88	F	M	NR	B	NB	NR	Total	PAF	Outras Causas			
TOTAL	25	7	18	7	18	—	11	12	2	25	25	—	—	—	—
Até 5	5	2	3	3	2	—	3	2	—	5	5	—	—	—	—
5 a 9	2	1	1	1	1	—	1	1	—	2	2	—	—	—	—
10 a 14	4	1	3	1	3	—	1	3	—	4	4	—	—	—	—
15 a 17	10	1	9	2	8	—	6	4	—	10	10	—	—	—	—
Idade não declarada	3	1	2	—	3	—	—	2	1	3	3	—	—	—	—
Não identificados	1	1	—	—	1	—	—	—	1	1	1	—	—	—	—

FONTE: Listagem Prefeitura de Volta Redonda, Maio 1988

Obs: NB (Não branca) - compreende negros e mulatos.

VAUBER

**1871-1989**  
**ORGANIZAR PARA TRANSFORMAR**  
**DA LEI DO**  
**VENTRE LIVRE**



**AO MENOR**  
**ABANDONADO**

**CEAP-Centro de Articulação de Populações Marginalizadas**

**LIBERDADE NÃO É ABANDONO**

# 28 de Setembro

Com a participação e a solidariedade de vários artistas da Música Popular Brasileira, grupos de dança e bandas afro-brasileiras, poetas e políticos progressistas, o Centro de Articulação de Populações Marginalizadas — CEAP, promoveu manifestação de protesto e ato-show no dia 28 de setembro de 1989,

no Largo da Carioca, centro do Rio de Janeiro, com a circulação de 15 mil pessoas durante às 8 horas que duraram as atividades.

Nessa data, no ano de 1871, foi assinada a Lei 2040 (Lei do Ventre Livre), que declarava "de condição livre os filhos de mulher escrava.."

## A Lei dos Homens

A situação da criança pobre no Brasil sempre foi tratada de forma obtusa ao longo da História e particularmente nesse último século, quando o Estado implementa políticas absurdas, voltadas para o controle vertical da miséria, através de legislação e instituições que se caracterizam pela repressão e cárcere para os filhos das populações de baixa renda.

No Brasil Império, enquanto os filhos de escravos eram contabilizados como semoventes, o caráter ético das leis obedecia, entre outras coisas, à perspectiva de lucro do escravocrata. Nessa época o ideal era se possuir negros reprodutores e boas parideiras, em detrimento de qualquer alternativa de organização familiar, ou papel social, para homens, mulheres e crianças negras, já que a condição de prisioneiros de guerra lhes impedia o sentido da razão cristã, e humana, nos seus aspectos mais elementares.

O que leva os homens públicos desse país a legislarem com tanta desfaçatez, ou a distorcerem o sentido das leis, não pode ser outra coisa senão a instrumentalização jurídica dos poderosos. Não cremos que seja uma deformação de caráter, que de um jeito hipócrita, se respalda na lógica do Direito para proteger o Estado e garantir as suas elites. Sabemos que a República se consagrou como o resultado da luta de homens movidos pelos mais nobres ideais, que buscaram uma nova ordem política para o Brasil... de forma alguma ela seria proclamada um ano depois da Abolição, como uma tramóia, um levante dos donos de escravos que não foram "idenizados" por suas perdas.

Em 1871, dezessete anos antes da Abolição, o Estado brasileiro oficializava o "menor abandonado"; dentre outros fatos, a revolução industrial era irreversível e as elites brasileiras já cumpriram as suas funções de capachos.

## A Rua da Morte

Hoje o Brasil amarga uma das posições mais vexaminosas em relação à vida e aos direitos das crianças. A prostituição, o abandono, a subnutrição, o analfabetismo e o trabalho escravo, são apenas alguns dos itens de um emaranhado de adversidades que norteiam a existência de uma população infantil e juvenil de aproximadamente 50 milhões de pessoas.

Para agravar este quadro, institui-se na sociedade brasileira, a partir dos grandes centros urbanos, o extermínio de crianças, por assassinato, numa escala alarmante.

Neste ano, de 1989, o CEAP, através do projeto "DA LEI DO VENTRE LIVRE AO MENOR ABANDONADO", veio às ruas para denunciar a imobilidade do Estado diante desses assassinatos. Foram mobilizados segmentos da sociedade sensíveis ao quadro político que caracteriza a situação das crianças pobres, geralmente descendentes de negros e de nordestinos favelados, vítimas da sina sangüinária que inventa uma justiça macabra contra aqueles que vivem em condições miseráveis.

Durante a realização da manifestação e do ato-show no Largo da Carioca, por volta das 19 horas, perto dali, na rua Senador Dantas, o proprietário de uma loja lotérica iniciava e incentivava o linchamento de um menino de 12 anos, que só não foi consumado porque a professora Eliane Souza (que através do Comitê Contra a Discriminação Racial e Social — RACISO, desenvolve trabalhos junto com o CEAP) interferiu abraçando-se à criança, já sangrada, e ela própria, Eliane, recebeu, algumas porradas pelo corpo. Outros companheiros do CEAP buscaram auxílio policial enquanto uma pequena multidão se dividia entre proteger ou agredir o menino. O criminoso, dono da loja, fechou o estabelecimento e fugiu nas barbas dos policiais, enquanto o garoto transtornado, horrorizado, se recusou a ir para a delegacia onde apresentaríamos queixa contra o agressor.

Com a voz trêmula ele murmurava, miúdo e humilhado "eu num quero í na pulícia sinão eu vó ficá na Funabem".

## A Mídia dos Culpados

O limite entre o fato social e a questão política está mais do que definido em relação à minoridade no Brasil. Existe uma diferença significativa entre o dia 28 de setembro, data em que foi assinada a Lei do Ventre Livre, e o dia 12 de outubro, quando se comemora o dia da criança.

No dia 12 de outubro a grande mídia inicia as campanhas assistencialistas, mobilizando o estrelato nacional, sistemas bancários e redes de televisão, para donativos anônimos, numa verdadeira caça ao tesouro; tendo como pano de fundo os comerciais de produtos infantojuvenis, orientados para os filhos das classe A e B, que movimentam milhões de dólares. São os poderosos lavando as mãos e tendo a sensação do dever cumprido, quando eles próprios sabem que as dificuldades da sociedade com a criança abandonada, é de natureza política e estrutural.

O que resta de sentimento humano nestas elites é a agonia de uma culpa social que cada vez se avoluma mais em suas consciências. E tentam essa agonia fazendo campanhas anuais, ou estimulando a criação de internatos e cursos profissionalizantes, quando sabem que os direitos das crianças apontam para outros caminhos.

Devemos nos questionar, no nosso exercício cotidiano, qual o destino da infância brasileira? A contabilidade social, desde o século passado, só acusa déficit. O bom senso nos permite prever que pela quantidade de crianças que vivem na miséria, em 10, 15 anos não participarão, de forma eficaz, dos principais sistemas produtivos que movem e moverão o país.

## Êle Semog

Escritor, editor do Jornal Maioria Falante.

# Algumas notícias de jornal

## Bala que matou menor não é de arma da PM

O laudo cadavérico do menor Emerson de Souza, de 14 anos, baleado na noite de anteontem no Morro de São Carlos, informa que ele foi morto com um tiro na axila esquerda, por onde entrou um projétil calibre 38 longo, de cinco raios, disparado com um revólver de marca Smith & Wesson. O comando da PM informou ontem que, apesar de as armas apreendidas dos três policiais acusados serem de marca Taurus, as investigações para apurar a morte do menor prosseguem. A arma regulamentar dos soldados da PM é o revólver calibre 38 da marca Taurus. Os PMs acusados continuarão presos no 1º Batalhão (Rua Frei Caneca) até a conclusão da sindicância.

Segundo as Relações Públicas da PM, Major Lenine de Freitas, mesmo que as marcas das armas sejam diferentes, ainda não é possível garantir se os policiais foram ou não responsáveis pelo disparo que atingiu o menor. Os moradores do Morro de São Carlos acusam o soldado Ataulfo Peixoto de Lima de ser o autor do disparo. Ele estava acompanhando do Cabo João Batista do Carmo Neto e do soldado José Orlando Santos de Souza.

Os três PMs disseram que foram cercados por cinco homens quando desciam o morro numa patrulha. Segundo eles houve uma troca de tiros e, momentos depois foram informados de que Emerson estava ferido. (O GLOBO/RJ, 13/07/88)

## Menores são Mortos em Conflito após o Baile

Dois menores morreram e um ficou ferido, no fim da madrugada de ontem, após tiroteio entre grupos rivais, frequentadores do Clube Paraíso, no bairro Capote, em São Gonçalo. Policiais da 75ª DP (Rio do Ouro) apuraram que um dos envolvidos na morte dos dois menores é o soldado PM Josué, que seria lotado na 5ª Companhia do 7º BPM (São Gonçalo).

Os mortos foram Rafael Magalhães Rodrigues, de 16 anos, com um tiro na cabeça, e outro conhecido apenas por Tuca, de 13, com dois tiros na cabeça. O ferido é White Cipriano da Conceição, de 13 anos que levou dois tiros de raspão na cabeça. (O GLOBO/RJ, 27/09/88)

## Polícia acusa traficantes por morte de garoto

Policiais da 28ª DP (Campinho) apontaram os traficantes do Morro de São João, em Jacarepaguá, como os responsáveis pela morte do menor Marcelo Henrique Lemos Serafim, de 13 anos, baleado nas costas, por volta das 23h30m de sábado, quando passava em frente ao Country Clube Jacarepaguá.

Marcelo acabara de sair de casa para comprar um sorvete na Lanchonete Baronesa quando na porta do clube começou um tiroteio entre quadrilhas do Morro São João, no Campinho, e da Cidade de Deus, que fazem da pista de dança do clube sua praça de guerra.

Os pais disseram que Marcelo não fre-

quentava a discoteca do Country, justamente por causa da violência. (O GLOBO/RJ, 27/09/88)

## Três Menores são Torturados e executados em Belford Roxo

Os corpos de três rapazes, com idades entre 15 e 17 anos, vestindo apenas shorts, foram encontrados boiando ontem no Rio Sarapuá, próximo a Aduzora da Baixada, no Bairro Umarim, em Belford Roxo, Nova Iguaçu. Os três foram espancados antes de serem enforcados e mortos a tiros. Segundo moradores, outros três corpos também teriam sido jogados no rio, durante a madrugada, mas até a tarde de ontem não haviam sido encontrados. Os crimes estão sendo atribuídos ao Esquadrão da Morte, que teria voltado a agir na região para eliminar jovens delinquentes envolvidos com assaltos e tráfico de drogas.

As vítimas, que tinham as mãos amarradas para trás e não portavam qualquer documento que pudesse identificá-las, foram assassinadas numa área completamente deserta, próximo ao rio, onde foram encontradas poças de sangue e pedaços de dentes. Depois, os corpos foram arrastados para a beira do rio, onde foram jogados na esperança que a correnteza levasse. (O GLOBO, 24/01/87)

Darci Gomes Filho de 16 anos, foi morto com 4 tiros de arma calibre 45, quando passava próximo ao nº 328 da rua Macunaíma, em Vaz Lobo. Segundo informações colhidas pela polícia, o crime teria ocorrido em função de um "banho" dado pelo menor em traficantes de tóxicos. O inspetor Silvio, da 29ª DP (Madureira), disse que a vítima já teve passagem por aquela delegacia, por problemas com tóxicos, tendo sido encaminhado, na ocasião, à DSPM (Divisão de Segurança e Proteção ao Menor). (O DIA, 02/02/87)

## São Paulo expulsa Seis Soldados e um Sargento por Morte de 5 Rapazes

São Paulo - Depois de presos e algemados, cinco rapazes foram executados com vários tiros por policiais militares, na madrugada do dia 15 passado, em Vila Matilde, Zona Leste da capital paulista. A execução foi confirmada ontem à noite pelo comando da PM paulista que, em nota oficial, informou também a expulsão de seis soldados e a demissão de um sargento. Os PMs responderão por homicídio.

A versão apresentada pelos policiais, após a morte dos cinco rapazes - um deles de 14 anos -, era de que, ao atenderem a um chamado de depreação de uma casa no parque Savoy City, Vila Matilde, foram recebidos a bala por um grupo de aproximadamente 10 rapazes. Estes foram perseguidos, segundo os PMs, e num matagal ocorreu o tiroteio com a morte de cinco deles. Nenhum policial ficou ferido.

Parentes e vizinhos dos jovens, no entanto denunciaram a simulação de um tiroteio. Diante das denúncias, a PM decidiu investigar

- através do Batalhão de Polícia de Guardas, o antigo serviço reservado - e confirmou as acusações dos parentes: Eide Ferreira dos Santos, 23 anos; Veneziano José da Silva; 14; e Jair de Lima Oliveira, 18 anos, foram executados "quando já haviam sido dominados e não em tiroteio", diz a nota assinada pelo tenente-coronel Adalberto Gomes da Silva, chefe da 5ª seção da PM (Relações Públicas). Foram expulsos um sargento e seis soldados implicados. (JORNAL DO BRASIL, 24/02/87)

## 'Justiceiros' Matam quatro Irmão em frente aos Pais

SÃO PAULO - Polícia paulista está investigando o assassinato dos irmãos Roberto, 23 anos, Ronaldo, 21, Ricardo, 19, e Reginaldo do Carmo, 17, ocorrido no Jardim Novo Oriente, periferia da zona sul da cidade. A chacina aconteceu dentro de sua residência e foi presenciada pelos pais dos rapazes.

Os quatro irmãos haviam sido jurados de morte por integrantes do bando dos "Pés de Pato" um grupo de "justiceiros" formado por comerciantes e operários dos bairros do Parque Arariba, Jardim Ingá e Jardim Novo Oriete. Os quatro rapazes registravam antecedentes criminais e por isso foram marcados para morrer pelo grupo, que é suspeito também de ter matado mais de trinta bandidos na região. Encapuzados, os homens perguntaram pelos filhos do trabalhador, que dormiam num dos quartos. Identificando-se inicialmente como policiais, os executores arrastaram Roberto e Ronaldo para a sala, enquanto Ricardo e Reginaldo foram levados para o quintal que ficava nos fundos da residência.

A matança dos irmãos foi presenciada por muitos moradores que acordaram assustados com o barulho. A polícia encontrou no local uma lista de nomes de bandidos marcados para morrer. A "lista negra", como é conhecida, é distribuída em bares e padarias da região do Campo Limpo. (O GLOBO, 28/02/87)

## Cinco Rapazes Chacinados em Morro de Niterói

Cinco rapazes de uma mesma família, com idades entre 16 e 26 anos, foram chacinados na manhã de ontem, no Morro da Lagoinha, bairro do Caramujo, em Niterói. Outro, de 16 anos, também baleado, foi socorrido por uma ambulância do Corpo de Bombeiros e está internado no Hospital Antônio Pedro, sem condições de prestar qualquer informação à Polícia. Duas mulheres, um menino de cinco anos de idade e um bebê de seis meses, que estavam na casa, conseguiram escapar da matança.

Na casa, de três cômodos, foram mortos Marcos de Souza, 19 anos, Carlos Eduardo Conceição da Silva, 24 anos; Marcelo Silva da Conceição, 16 anos; Carlos Augusto Silva, 26 anos, e Orlando de Souza Faustino, 22 anos, foram atingidos com diversos tiros, principalmente na cabeça. Oswaldo da Conceição Costa, 16 anos, que caiu do lado de fora da casa, com um tiro no abdômen, fingiu-se de morto até a fuga dos assassinos e foi socorrido por uma ambulância dos bombeiros. (O GLOBO, 03/03/87)

## Multidão no Pará reage à Morte de Menor pela Polícia e depreda tudo

Belém - A morte do menor Carlos Alberto Costa Rodrigues, 17 anos, espancado pelos soldados Diogo, Levy e Cruz, na delegacia de polícia da cidade de Castanhal, 84 quilômetros de Belém, desencadeou uma série de distúrbios, domingo, que provocaram a prisão de 40 pessoas e ferimentos em 16 outras que participaram de depredações e incêndios em todas as unidades da polícia civil, nas casas de policiais e no fórum da cidade. A multidão era formada por cerca de três mil pessoas e, na confusão, houve um atentado contra instalações da Polícia Militar, e duas cabines da PM foram incendiadas.

O menor foi preso sexta-feira sob acusação de ter furtado um pincel. Mas, na delegacia, os soldados da PM que foram chamados pelo comerciante que teria sido vítima do furto espancaram Carlos Alberto até a morte. (JORNAL DO BRASIL, 31/03/87)

## PMs Assassina dois Meninos que caçavam passarinho

Além de espancaram três meninos, ameaçando-os de morte, soldados do 18º BPM assassinaram a tiros dois colegas deles que caçavam passarinhos, num matagal em Jacarepaguá. A denúncia foi feita pelos três menores que viram os PMs entrarem no mato disparando contra os dois meninos desarmados. Em protesto contra a violência policial, cerca de 300 moradores da Cidade de Deus - onde moravam as vítimas - interditaram a Estrada do Gabinal e chegaram a jogar pedras numa viatura da Polícia Militar.

O comandante do destacamento da PM na Cidade de Deus, capitão Avólio, garantiu que nenhum disparo foi feito pelos soldados que atendiam a "uma denúncia de tiroteio entre quadrilhas". Ele entregou a 32ª DP - para exame de balística - seis armas policiais envolvidos no fato, mas admitiu que participaram da ação cerca de 15 PMs, dos quais apenas seis foram depor na delegacia. O comando do 18º Batalhão abriu IPM e o delegado Maurício Moreira, da 32ª DP, quer ouvir todos os PMs implicados no caso.

## Tiroteio Suspeito

Um dos sobreviventes, Flávio dos Santos Pacheco, de 17 anos - irmão de Fábio, um dos mortos - contou que os garotos caçavam passarinho, quando foram surpreendidos pela chegada de uma rádio-patrolha, cujos soldados disseram estar a procura de criminosos e armas. Enquanto Flávio, Luís Carlos Santos Moraes, 17, e Wanderlei Oliveira da Silva, 15, eram detidos, espancados e pisoteados pelos PMs, chegavam mais soldados à procura dos dois garotos, Fábio e Carlos Henrique, que haviam permanecido no matagal.

- Os PMs davam botinadas na gente e eu vi quando eles entraram no matagal, com dois revólveres cada um, atirando e dizendo que iam nos matar. Ouvimos uns 10 tiros e depois levaram a gente pro meio do mato, dizendo que iam nos matar. Só não conseguiram porque a gente começou a gritar, então nos jogaram no camburão - testemunha Flávio, que só depois, no destacamento da PM na Cidade de Deus, foi saber que o irmão e o colega haviam sido mortos.

A versão de Flávio foi confirmada por Luís Carlos e Wanderlei, o Deco, que foram li-

berados depois de prestarem depoimentos na 32ª DP. O comandante do Destacamento da Cidade de Deus, capitão Paulo Avólio, explicou que os menores foram detidos como suspeitos.

O governador Moreira Franco determinou, no início da noite de ontem, que o procurador-geral da Justiça do Estado, Carlos Antônio Navega, designe um promotor especialmente para acompanhar o IPM e o inquérito da Polícia Civil, que apuram como foram mortos Fábio dos Santos Pacheco e Carlos Henrique Barbosa. Ao secretário da Polícia Militar, coronel Manoel Elísio, Moreira, pediu "ação mais rigorosa junto ao 18º BPM, por ser este episódio o segundo incidente do tipo a ocorrer esse ano. (JORNAL DO BRASIL, 23/05/87)

## Grupo Mata a Tiros 3 Rapazes em Itaguaí

Só na manhã de ontem a Polícia encontrou os corpos dos irmãos Edmilson Monteiro dos Santos, de 18 anos, e Alcimar Monteiro dos Santos, de 16, e do amigo deles, Ricardo da Conceição, de 17, que tinham sido sequestrados às 23h de anteontem por cinco homens armados de uma casa, em Itaguaí, e mortos a tiros à margem da rodovia Rio-Santos, também em Itaguaí.

Segundo vizinhos dos dois irmãos, os três rapazes estavam dormindo quando os homens, armados com uma metralhadora, escopetas e pistolas, chegaram num Chevette escuro.

Dois deles tentaram, em vão, arrombar a porta de aço da cozinha, fechada a cadeado. Os rapazes passaram a gritar por socorro, mas logo os matadores arrombaram a porta da sala e tiraram da casa os três, todos com as mãos amarradas para trás com corda de náilon.

Os rapazes gritavam por socorro e faziam apelos para que os homens armados não os matassem.

No terreno baldio, os matadores dispararam mais de 50 tiros contra os três rapazes. Depois da chacina, eles saíram no Chevette, em alta velocidade. (O GLOBO, 04/09/87)

## Seis Garotos são Chacinados em São Bernardo

Os vigias da Associação Comunitária do município e um terceiro homem foram apontados como os executores. Da Reportagem Local

A cruz pintada com sangue em umas das portas do banheiro revelava a violência com que seis meninos carentes e infratores foram executados a tiros e facadas, na Associação Comunitária São Bernardo do Campo, uma entidade voltada especialmente para a assistência a menores abandonados, a cerca de quinhentos metros do Paço Municipal de São Bernardo do Campo (região sudeste da Grande São Paulo). A chacina ocorreu por volta dos trinta minutos de ontem. Doze horas depois os policiais apresentavam dois dos três homens como os possíveis executores. São dois funcionários da instituição, os vigias Joaquim Miguel do Nascimento, 33, seu cunhado, que tem o apelido de "Caolho". O terceiro acusado da chacina, Wilson José Cauichi, o "Cabelo", foi preso ontem à noite.

Nascimento nega ter atirado, mas afirma ter pedido ajuda ao cunhado e a Cauichi,

dizendo-se ameaçado de morte pelos menores frequentadores da entidade. Gonçalves revela que juntamente com "Cabelo" executou Alexandre da Silva Martins, 12, "Sandrão"; Seires Romão Gomes, 14, "Seis"; Marilson Pereira da Silva, 14, "Neca"; Ivan de Souza, 15, "Baianinho"; Sérgio da Rocha Viana, 17, "Serginho"; e Renato Januário, 16. Inicialmente suspeitava-se de uma briga de quadrilhas ou de uma ação de "justiceiros" (homens que executam supostos criminosos na periferia da cidade).

## A Execução

Os menores chegaram à Associação Comunitária por volta de 22h de quarta-feira, segundo relato de J.D.L., 13, o "Barriga", que viu dois homens conversando com o vigia Nascimento pouco antes da chacina. Um grupo formado por cerca de dez gaotos acendeu uma fogueira atrás do galpão. Posteriormente as seis vítimas dirigiram-se ao banheiro. Os demais foram embora, incluindo "Barriga", que ouviu os tiros quando se retirava do local. No banheiro os menores estariam cheirando "cola de sapateiro" - substância usada como entorpecente e se drogando. A polícia encontrou ali cinco saquinhos com a cola e duas seringas hipodérmicas.

O vigia Gonçalves, que está licenciado há duas semanas, por ter ferido a mão direita, alegou ter ido ao banheiro convencer Januário e Viana a não matar seu cunhado, Nascimento. Januário ou Viana teria puxado um revólver calibre 38, mas foi agarrado por Gonçalves, segundo seu depoimento. Ao agarrá-lo, Gonçalves foi baleado no dedo indicador esquerdo, mas tomou a arma e passou a atirar contra os menores, conforme relatou. Cauichi que estava na porta, portando um revólver calibre 32, avançou também atirando e tomou a faca que estaria com Seires Gomes igualmente usada para a chacina, ainda de acordo com a versão de Gonçalves.

Souza foi morto com três tiros; Viana recebeu dois tiros - estes segundo a polícia estavam envolvidos em caso de homicídio e roubo; Martins, já apreendido por furtos, levou um tiro na cabeça; Marilson Silva, acusado de assaltos, recebeu um tiro. Seires Gomes, envolvido em furtos, e Januário, acusado de dois homicídios e roubos, foram executados com várias facadas. Os dois vigias foram atuados em flagrante pelo delegado Erich Kunert, do 6º DP de São Bernardo, por sêxtuplo homicídio qualificado, cuja pena é de doze a trinta anos de prisão. (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/09/87)

## Baleados no São Carlos dois meninos

Indignados depois que uma menina de 13 anos e um menino de 12 foram feridos a bala, por volta de meio-dia de ontem, moradores do Morro de São Carlos no Estácio, tentaram invadir o Destacamento de Policiamento Ostensivo (DPO) local. Cerca de 50 PMs de um carro choque do 1º BPM conseguiram impedir a invasão. Os moradores acusam um cabo da PM de ter sido o autor dos tiros, mas a Polícia atribuiu os disparos a um bandido. Os dois feridos, ambos alunos da Escola Municipal Canadá, no Estácio, são Cristiane da Silva Guimarães, de 13 anos, que levou dois tiros nas costas e está internada em estado grave no Hospital Souza Aguiar, e Ivan Nemésio da Silva, de 12, ferido na perna esquerda e internado no mesmo Hospital.

Segundo Silvia Regina, a tia de Cristiane, quem baleou as crianças foi o Cabo Fraga, do 1º BPM, que numa patrulhinha, perseguia um homem armado. A mãe de Cristiane, Nilzete Augusta, disse que na ocasião ainda não chegara da casa em que trabalha, em Copacabana:

- Mas conversei com minha filha no hospital e ela me disse que caminhava pela rua quando os PMs, atrás dela, trocaram tiros com homens que estavam na sua frente. Ela disse que os tiros foram dados de dentro de uma patrulhinha.

Um vizinho dela que é motorista e levou os dois meninos ao Souza Aguiar disse que os tiros foram disparados pelo Cabo Fraga na direção de um homem armado que corria.

O Cabo Jorge, chefe do DPO, apresentou outra versão: disse que os meninos foram baleados quando os traficantes Edson e Adilson Balbino trocavam tiros, disputando um ponto de venda de tóxicos.

Entretanto, alguns moradores do São Carlos disseram que o Cabo costumava dar tiros a mesmo no Morro quando servia no DPO, até recentemente. (O GLOBO, 05/10/87)

## Rapazes são fuzilados nus em São Paulo

SÃO PAULO - Obrigados a ficar nus e deitados de bruço, três rapazes foram fuzilados por quatro homens não identificados, em terreno próximo à favela Divinéia, no Jardim Aeroporto, zona sul da capital paulista. Dois deles, no entanto, sobreviveram, e apenas Milton Fernandes Alves, 18 anos, morreu com quatro tiros. O delegado Adolpho de Andrade Rebello pesquisa algumas hipóteses: ação dos chamados justiceiros ou acerto de contas entre traficantes de drogas. (JORNAL DO BRASIL, 10/09/87)

## Ossadas humanas denunciam um cemitério do Esquadrão

O Jardim Marajoára, bairro do município de Engenho Pedreira, na Baixada Fluminense, tem tudo de uma cidade do interior, com vacas pastando, vento acolhedor e plantação de toda espécie. Por isso, ninguém, entre os cerca de quatro mil moradores poderiam imaginar que ali funciona um dos grandes centros de desova do "Esquadrão da Morte" no Rio. ÚLTIMA HORA esteve no local e constatou a existência de um cemitério clandestino, onde podem ser vistas penduradas nas cercas, ao longo dos 10 quilômetros da Estrada de Guandu, cinco ossadas humanas, depositadas ali há pelo menos quatro meses.

Tudo começou com a denúncia da presidente da Associação de Moradores do Jardim Marajoára, que engloba os bairros de Santa Terezinha, Marabá, Parque Guandu, Mucajá, Vila Central, Pedra Lisa, Parque São Jorge e Sarandi. Ao constatar que a ecologia da região estava ameaçada pelo despejo nas águas do rio Guandu, de milhares de litros de produtos derivados de petróleo, oriundos de um poço de perfuração da Petrobrás, Maria Lúcia acionou o advogado da associação, Marco Apolo Ramidan, e o biólogo Omar Ramidan. Quando chegaram ao local, em um sítio à margem da Estrada do Guandu, de propriedade de Geraldo Loureiro, onde também existe um areal, os três viram o que se pode ser considerado um elo perdido entre os crimes da Baixada e o "Esquadrão da Morte". De um momento para outro, o que parecia ser um con-

tinente perdido, dentro do quadro de impunidade, o qual acoberta as centenas de assassinatos na Baixada Fluminense, virou uma zona de cumplicidade e medo. A imagem é a mesma de uma área de conflito do Estado: ninguém sabe ninguém viu. Todos temem uma relação por parte dos assassinos, e o terror da população é acentuado pelo descrédito em relação às ações da Polícia. (ÚLTIMA HORA 22/09/87)

## Clima de revolta no enterro

Centenas de moradores do Morro da Boa Vista, em Niterói, assistiram revoltados, ontem, o sepultamento simultâneo dos estudantes, Edson Costa de Carvalho e seu primo, Carlos Alberto Marins, de 16 anos, que foram mortos a tiros depois de terem sido presos, anteontem, por um Patamo do 12º Batalhão, à saída do Canto do Rio FC, onde participaram de uma discoteca.

O encontro dos corpos crivados de balas se deu na Rua Francisco Cândido, na área da 78ª DP, Engenhoca, na manhã de domingo, e além de muitos tiros, também tinham os pulsos amarrados por um fio de náilon. Muito embora na delegacia, que fica no Bairro do Fonseca, ninguém comentasse ontem o fato, sabe-se que o delegado Martinho já teria contactado com seu colega Urbano Carrielo, titular da 76ª DP, Centro de Niterói, pois consta que os dois estudantes, depois de presos teriam sido levados para aquela DP e ali deixados com o delegado Mayato, plantonista.

A detenção de ambos por parte de dois soldados que estavam no Patamo seria por suspeita de integrarem um grupo de assaltantes de ônibus, o que os familiares de ambos negavam, ontem, durante o sepultamento. O delegado Mayato, procurado por uma irmã de Edson Costa Carvalho, de nome Edna, de 18 anos, no dia da prisão, foi taxativo: "Estiveram aqui sim, mas como nada constava contra eles, liberei-os", exibindo o boletim de liberação assinados pelos dois. Mayato deverá prestar depoimento, assim como os dois soldados, já identificados pelo comando do 12º Batalhão da PM. (O DIA/RJ, 28/10/1987).

## Polícia monta esquema para proteger PM que matou pichador

A Polícia Militar montou esquema especial na frente da 31ª DP (Ricardo de Albuquerque) com mais de dez policiais e três viaturas para dar proteção ao soldado Valdir Nepomuceno Camargo, que matou com um tiro na cabeça, semana passada, o menor Cristiano Teixeira Santana, 15 anos, no Parque Anchieta.

Valdir, segundo contou o delegado Ronaldo Neves, confessou o crime na frente dos advogados João Manoel Carlos de Gusmão e Elier de Oliveira, especialmente contratados para defendê-lo. Os advogados, no entanto, negaram que seu cliente tenha assumido o crime, alegando que "ele foi abodado por cinco elementos, atirou para o alto e fugiu correndo em seguida".

Inconsolável — O pai de Cristiano, Crimério de Aguiar Santana, 50 anos, foi à delegacia para ver o homem que matou seu filho e ali disse, com lágrimas nos olhos, que não queria vingança, mas que fazia questão de perguntar se "ele tem mãe, se tem filho". Crimério não conseguiu ver o PM, que saiu sob a proteção de colegas com o rosto escondido por casacos.

— Meu filho pediu para ele não matá-lo — afirmou revoltado Crimério, que não sa-

bia que o filho andava pichando paredes. Ele revelou que todos no bairro sabem que o PM é o assassino de Cristiano, além de ser acusado de tentar matar o enteado e de estupros.

Além de prestar depoimentos, Valdir foi submetido a reconhecimento por três companheiros de Cristiano, cujos nomes foram mantidos em sigilo, pois todos estavam com medo das represálias dos policiais militares. O reconhecimento efetuado no 2º pavimento da delegacia quase não pôde ser feito devido às precárias condições da sala de manjamento, cujo vidro não isolava a imagem da testemunha. Foi necessário improvisar um isolamento para que os menores, em segurança, pudessem realizar o reconhecimento.

Enquanto Valdir era submetido a reconhecimento, policiais militares, portanto dois revólveres e escopetas, intimidavam a passagem de qualquer pessoa no corredor da 31ª DP. Dois deles se posicionaram na escada para evitar a subida de repórteres, e planejaram várias formas de retirar o PM que matou o menino da delegacia sem os jornalistas perceberem.

A única opção encontrada pela Polícia Militar foi cobrir a cabeça de dois policiais (Valdir e um outro) para confundir os repórteres e retirá-lo pela porta dos fundos, de acesso à carceragem, por onde chegam à delegacia os presos, condenados por assalto, homicídios e outros crimes. (JORNAL DO BRASIL 31/10/1987)

## Polícia não apura morte de 38 menores neste ano

De janeiro a dezembro deste ano, na Grande Vitória, 38 menores carentes foram assassinados pela polícia, sem que houvesse a abertura de inquérito ou sindicância por parte das autoridades competentes. A denúncia foi feita ontem pelo secretário da Ação Social da PMV, Mário Gurgel, durante a reunião da Associação Comunitária de Integração Municipal (Acim).

De acordo com o secretário Municipal de Ação Social da PMV, "é necessário que seja estudada a possibilidade de um serviço de integração Social na Grande Vitória, visando o controle dos casos sociais. Só formando essa estrutura de municipalização das políticas existentes em cada município é que poderemos combater os problemas dessas crianças de rua, disse Mário Gurgel. Ele ressaltou, que é preciso que os municípios da Grande Vitória agilizem esse processo, já que "milhares de meninos estão morrendo por falta de providências, e outras centenas estão morrendo por fome", falou. (G. VITÓRIA/ES 17/12/1987)

## Crimes contra menores em Caxias

Denunciar a violência contra os meninos de rua no Município é o objetivo da vigilância que a Pastoral do Menor da Diocese de Caxias faz das 9 horas de hoje as 18 horas de amanhã, na Praça do Pacificador. A Diocese de Caxias informou que, nos últimos 15 meses, 18 menores assistidos pela pastoral foram assassinados em Caxias. Divulgou a relação dos meninos mortos e não identificou os assassinos mas acusou PMs de terem participado de quatro crimes.

- Nossas estatísticas não confirmam esses números — disse o Comandante do 15º BPM. Coronel Jorge Serrano. — Temos conhecimento da morte de menores em tiroteios entre quadrilhas mas não recebemos nenhuma acusação contra policiais.

A Menor N. perdeu a confiança na Polícia. "Se os PMs nos vêem com um cordão ou uma pulseira dizem logo que é roubado e batem na gente à toa. "No DPO, perguntam até se a gente prefere transar com eles ou levar bolo", denuncia N.

### Assassinados 18 em 15 meses

De acordo com a Diocese de Caxias, foram estes os 18 meninos mortos nos últimos 15 meses, dentre os que recebiam assistência da Pastoral do Menor:

- Alexandre da Silva, 9 anos, em janeiro de 1987 após ser estrupado de madrugada na estação ferroviária de Caxias, apareceu morto na estação de Parada de Lucas.
- Roberto Dias Carvalho, 13 anos, em fevereiro de 1987. Desapareceu da Praça do Pacificador, aparecendo morto a tiros, 10 dias depois, junto a outro menino, na Praia de Ramos.
- José Antônio dos Santos, 16 anos, em fevereiro de 1987. Morto no Bairro Copacabana (Gramacho) por uma equipe de radiopatrulha, com vários tiros.
- Carlos (Catita), 11 anos, em abril de 1987. Apareceu morto a tiros na Av. Nilo Peçanha, em Caxias, com as mãos amarradas.
- Márcio, 11 anos, em maio de 1987. Morto a tiros com dois adultos, na Favela do Lixão.
- Juarez Malti de Oliveira, 16 anos, em junho de 1987. Morto a bala na Praça do Pacificador.
- Dacal, 17 anos, em julho de 1987. Morto em frente ao Disco do Shopping Center, por um PM.
- Ismael Diogo, 17 anos, em agosto de 1987. Morto a tiros no Bairro dos Trezentos.
- Alarcom, 17 anos morto no Bairro Pantanal, em agosto de 87.
- Carlos Alberto Severino, 15 anos em agosto de 1987. Morto a tiros na Praça do Pacificador, por um motorista de táxi.
- Hamilton, 14 anos, em agosto de 1987. Morto na Favela do Dique, pela Polícia.
- Lucflia dos Santos, 16 anos, em agosto de 1987. Morta a tiros na Favela do Dique.
- Paulinho, 17 anos, em dezembro de 1987. Assassinado no Parque Fluminense, a tiros.
- Jibóia, 16 anos, em janeiro de 1988. Morto a bala pela PM, em frente ao Saffra Disco.
- Aldenir, 17 anos, em janeiro de 1988. Morto a tiros, no Corte Oito.
- Magno, 16 anos, em janeiro de 1988. Morto a tiros, no Corte Oito.
- Edivaldo da Silva melo, 12 anos, em março de 1988. Morto a tiros na Favela do Lixão.
- Marcio Monteiro de Souza, 13 anos, em 4 de abril de 1988. Morto a pauladas no Centro de Caxias. (O DIA/RJ, 05/05/88)

### A Matança dos filhos da rua

**DUQUE DE CAXIAS** - Na expectativa de combater a violência na Baixada Fluminense e abrir guerra aos grupos de extermínio que desafiam as autoridades praticando chacinas, matando inocentes, crianças e famílias inteiras, o secretário de Polícia Civil do Estado, Hélio Saboya, reuniu-se na tarde de ontem na 59ª DP (Duque de Caxias), com todos os delegados titulares da região.

Enquanto o secretário exigia maior empenho por parte dos delegados para o desmantelamento dos grupos de extermínio, na Praça do Pacificador - a Pastoral do Menor, da Diocese do Município, sob a coordenação do Bispo dom Mauro Morelli, realizava uma vigília denunciando a execução de 18 meninos de rua nos últimos 15 meses.

As estatísticas realizadas pela Pastoral, apesar de não identificar os autores, em al-

guns crimes, onde as vítimas com menos de 16 anos foram encontradas manietadas, fuziladas e cremadas em ruas desertas e em encostas de morros apontam a participação de soldados da Polícia Militar. Respondendo às denúncias da Diocese, o comandante do 15º BPM, coronel Jorge Serrano, assegurou que suas estatísticas não confirmaram os 18 meninos mortos por violência. Ele não soube precisar do número exato dos meninos assassinados e quer esclarecer o envolvimento de PMs em alguns crimes.

Os menores, em sua maioria ex-moradores das favelas, filhos de pais desajustados, durante as noites, em grupos, concentram-se no terminal rodoviário do Shopping Center de Caxias. Eles dormem em enormes caixotes de madeira ou de papelão colocados por eles em marquises dos estabelecimentos. Os menores alegam que dormem sobre as marquises para fugirem da perseguição dos soldados da PM, guardas-noturnos e rádio-patrulhas. Denunciaram, ainda que, quando presos sofrem, uma série de espancamentos e são roubados em seus pertences, quando são liberados. (J.BRASIL/RJ, 06/05/89)

### Policiais espancam e matam menor a tiros

Juliano de Oliveira Rodrigues Júnior, 16 anos, ia fazer aniversário no dia 9 de agosto, mas foi morto por policiais militares por estar sem documentos. Juliano estava na ponte que liga o bairro Ponte Alta a Siderlândia e cometeu o crime de ter nascido negro. Uma das pessoas envolvidas é o policial de nome Valim que até o momento não foi detido.

Na sexta-feira, dia 29, Juliano tinha saído de casa e se dirigia para o bar de sua tia de nome Ercília, no bairro Siderlândia, perto de um ferro-velho, quando foi detido por quatro policiais militares da 6ª CIPM de Volta Redonda, juntamente com mais dois amigos e foram levados para a 87ª DP de Barra Mansa.

Na delegacia apenas os outros dois foram autuados, Juliano porém, foi levado para o município de Pirai onde quatro dias depois seu corpo foi encontrado com quatro tiros na cabeça. Juliano apresentava vários sinais de espancamento por todo o corpo.

Segundo testemunhas, os policiais que prenderam Juliano, começaram a espancá-lo no mesmo local que o prenderam, tendo batido com a cabeça dele na ponte por diversas vezes. O pai de Juliano registrou a queixa na 94ª DP em Volta Redonda e pretende processar os policiais militares pela morte de seu filho.

A morte de Juliano por policiais militares aconteceu em menos de duas semanas em que o Secretário da Polícia Civil, Hélio Saboya, esteve em Volta Redonda quando veio fazer uma inspeção na Delegacia e aproveitou para discutir com o bispo Dom Waldir Calheiros de Novaes, quando foi questionado os abusos que os policiais militares e civis vêm cometendo na cidade.

O Comandante da 6ª CIPM, Major Jomar Dias, disse que estava retornando de uma licença, mas garantiu que assim que o fato for comunicado, abrirá inquérito para tratar do assunto. (OPÇÃO/V.REDONDA - 6 a 12 de ago. 1988)

### Rio apura extermínio de menor abandonado

Entidades ligadas à defesa de menores denunciaram a existência de um plano para

livrar a Zona Sul do Rio de meninos e meninas que perambulam próximo a hotéis de luxo, à procura de dólares dos turistas.

As entidades acham que está funcionando um plano financiado por empresários, principalmente do setor turístico, para afastar os menores da orla marítima.

Nesta Semana a Câmara dos Vereadores vai promover um debate com a participação dos secretários de Polícia Civil e Militar, coronel Manuel Elísio, e de representantes de órgãos ligados a menores.

Um garoto que conhecíamos apenas com China deu um entrevista a Newsweek de maio e, em seguida, o encontramos morto a pauladas. Em toda a região turística está sendo formada uma guarda paramilitar - denunciou a professora Maria Teresa, do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua.

### A morte com aviso coletivo

O caso que despertou a atenção dos grupos ligados à defesa dos meninos de rua aconteceu no dia 1º de maio: Patrício Hilário da Silva, de 9 anos, foi encontrado estrangulado e enrolado num tapete, na Rua Barão de Torre, esquina de Visconde de Pirajá, em Ipanema.

Junto ao corpo estava um bilhete em que os criminosos anunciavam que Patrício não estudava, não trabalhava "nem produzia para o futuro". O bilhete trazia ainda uma ameaça "a todos os baxinhos que não estudam".

O presidente da Comissão Especial que apura os crimes cometidos por grupos de extermínio, delegado Hélio Luz, e o diretor da Divisão de Segurança e Proteção ao Menor, delegado Jorge Golveia, não acreditaram na existência de um grupo voltado exclusivamente para eliminar menores.

Alguns foram mortos pela Polícia, o que, no entender de Hélio Luz, não significa extermínio:

- As vezes, ameaçado, o policial não pode parar para perguntar a idade de quem está lhe apontando uma arma. Os grupos de extermínio agem indiscriminadamente, contra pretos, brancos, gays, maiores ou menores.

Os representantes das entidades vão oferecer à Polícia do Rio uma outra suspeita: há três anos, foram catalogadas cerca de mil crianças que dormiam nas ruas da Zona Sul. A maior parte delas não é mais encontrada nem o número aumentou. "Pelo que sabemos, eles não foram recolhidas pela Funabem", diz a professora Maria Tereza Moura. (J.COMERCIO/RJ, 02/07/89)

### Saboya não acredita em plano contra Menor Vereadora pede apuração das denúncias

A vereadora Lícia Maria Caniné, a Roca (PCB), presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Vereadores, esteve ontem com o Secretário Hélio Saboya, com quem se reuniu por mais de uma hora e lhe entregou um dossiê que denuncia mortes de menores entre 14 e 17 anos, num total de 327, nos últimos 18 meses.

O documento foi elaborado por seis entidades com base em documentos estatísticos fornecidos pela própria Polícia Civil; depoimentos de pessoas envolvidas com as vítimas e dados coletados em recortes de jornais.

Saboya decidiu no ato da entrega do documento a criação de uma subcomissão pre-



sidida pelo Diretor da Divisão de Segurança e Proteção do Menor, delegado Jorge Gouveia, que irá trabalhar em conjunto com a já existente Comissão que apura os crimes atribuídos a Grupos de Extermínio, na qual o secretário deposita total confiança. Hélio Saboya acredita que esta comissão descaracterizou a ação desses grupos, que eram financiados por uma elite descrente da eficiência da polícia e que queria fazer justiça com as próprias mãos. Além disso Saboya defende a tese de que "não existe um plano articulado para exterminar menores deliberadamente". Ele também não acredita nos dados numéricos apresentados e ficou de chechá-los, depois de ler e analisar o documento. (T. IMPRENSA/RJ, 14/06/89)

### Ato na Pracinha contra massacre dos Menores

"Oito crianças foram mortas, de dezembrom pra cá, por grupos de extermínio. Nenhum trombadinha pediu para nascer no Coque, nenhum cheira-cola pediu para nascer nos Coelhos. Quando olhamos para as vítimas que foram assaltadas na saída de casa, na porta da fábrica, devemos olhar primeiro para as primeiras vítimas, que são os que não tiveram sequer uma chance". Este trecho foi parte do sermão do pe. Bruno, de Igarassu, em ato público contra a violência ao menor, ocorrido ontem no final da tarde, em frente à Pracinha do DIÁRIO.

Por quarenta minutos houve quietude em frente da cabine policial da praça. Crianças pobres, transeuntes, policiais, bêbados, comerciantes pararam para ouvir os apelos. Era como se o mundo não existisse. (O PERNAMBUCO/PE, 21/01/89)

### Órgão da ONU investiga violência contra menores Da sucursal do Rio

A Defesa das Crianças Internacional (DCI), entidade não-governamental sediada em Genebra (Suíça) que funciona como órgão consultor da ONU para a questão do menor, está preocupada com a violência contra as crianças brasileiras, principalmente na Baixada Fluminense, conjunto de quatro municípios na periferia do Rio. A instituição nomeou no último dia 7 o presidente da Associação de Ex-Alunos da Funabem (Asseaf), Ivanir dos Santos, 34, seu representante para "investigar e reportar os recentes atos de violência perpetrados contra menores no Estado do Rio de Janeiro".

Desde janeiro de 1987 pelo menos 19 menores de rua do município do Duque de Caxias foram mortos, possivelmente por grupos de extermínio. Os menores eram, em sua maioria, pequenos delinquentes que recebiam assistência da Pastoral do Menor da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti. Segundo Daniel O'Donnell, 39, coordenador do Programa de Investigação e Denúncia da DCI, os objetivos da organização são "defender os direitos da criança, investigar violações e dialogar com os governos", chegando a enviar observadores para verificar a situação como ocorreu na Turquia.

O'Donnell falou ontem a Folha por telefone de Genebra e disse que se o relato de Ivanir dos Santos apontar infrações aos direitos da criança haverá um contato com o governo (estadual ou federal). Se for notada "cumplicidade" ou constatado "que não se fizeram esforços para corrigir a situação", poderá ser

feito um comunicado oficial à Comissão de Direitos Humanos da ONU. Em fevereiro último, dois comunicados desse tipo foram feitos, um relatando os efeitos da guerra civil no Afeganistão sobre as crianças, e outro casos de tortura infantil no Chile.

A investigação de Ivanir ficará limitada a duas cidades, Caxias e Volta Redonda (a 129 Km do Rio), onde visitará delegacias e fará contatos com entidades e familiares das vítimas.

Ex-interno da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem) e de seu predecessor Serviço de Assistência ao Menor (SAM), Ivanir, ele fez contatos internacionais que já renderam uma exposição de 120 fotos de violência contra menores, que está percorrendo a Europa juntamente com um vídeo. "Não interessa apenas inibir mas criar atitudes significativas do governo", disse Ivanir.

O dossiê formado pelos documentos da Diocese de Caxias e por uma entidade de direitos humanos de Volta Redonda foi apresentado ontem à noite num ato-denúncia na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ). O bispo de Caxias, o progressista dom Mauro Morelli, enviou documento onde diz que "confinados em instituições, abandonados nas ruas ou perseguidos e eliminados pela força da repressão, os menores são nossos irmãos e devem ser tratados como os primeiros cidadãos do Brasil". Na 59ª Delegacia Policial, em Caxias, o escrivão-chefe Floriano Escala Mazini, 59, contextualiza os números da Pastoral e diz que "dessa lista, só uns três ou quatro casos terão passado por aqui". Segundo ele, a investigação é dificultada pela falta de informações da população. "Não posso voltar atrás, amanhã já tem mais crimes para resolver", disse. (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/07/88)

### Juiz acusa PM de Goiânia de Matar Menor da Sucursal

Goiânia - "Somente neste ano de 88, cerca de 10 menores foram assassinados pela Polícia Militar, Polícia Civil ou por malfetores em Goiânia". A denúncia é do juiz de menores de Goiânia, Sebastião Ramos Jubé, a propósito do assassinato no último domingo, do garoto Adalberto Fernandes, de 13 anos, e ferimento em Elmar Batista de Lima, de 14 anos, quando estes dormiam no interior de uma residência abandonada na Alameda das Rosas, Setor Oeste, um dos Bairros nobres da capital.

Segundo apurou o Juizado de Menores, dois elementos chegaram na casa que estava servindo de pouso para os menores de rua, atiraram na fechadura para arrombar a porta e entraram dando mais tiros. O primeiro disparo atingiu o menor Elmar Batista de Lima na perna, e o segundo a cabeça de Adalberto Fernandes, que dormiam no chão.

Ao entrarem na casa chegaram a perguntar: "Cadê sua turma?" Mas ao retirarem as cobertas de Adalberto viram que ele tinha levado um tiro na cabeça e saíram correndo. Isso permitiu que Ednaldo Vieira, outro menor de 14 anos, que estava dormindo em cima de um guarda-roupa, e Marcelo Gomes, que dormia dentro do móvel, para evitar o frio intenso da noite de sábado para domingo, saíssem para a sala e verificassem que os elementos estavam num Fiat da PM.

### Não era Criminoso

O juiz Sebastião Ramos Jubé contesta a informação liberada pela Polícia Civil de que Adalberto tinha cerca de 20 passagens pela polícia por pequenos delitos. Segundo ele, Adalberto

não tinha se iniciado na escola do crime. (C.BRAZILIENSE/DF, 09/06/88)

### Menino Morto seria Avião de Traficante

Com vários tiros de revólver, foi assassinado na manhã de ontem - por volta das 7 horas - na Avenida Washington Luiz, num beco próximo a um dos acessos à Ponte Rio-Niterói, André Martins de Souza, 13 anos, que residia no conjunto residencial Aterrado de São Lourenço, antiga Favela do Sabão, Niterói.

Muito embora a mãe do rapaz, Emergina Martins de Souza, 34 anos fosse ao IML de Niterói, pela manhã, reconhecer o corpo do filho, e dissesse chorando que "ele era bom garoto, sem ter maiores problemas com sua educação", vizinhos informaram aos policiais da 76ª DP que André Luiz se envolveu com traficantes de drogas, agindo na condição de avião.

Há dias, André percorreu as redações dos jornais em Niterói, denunciando o sumiço e assassinato de um amigo, conhecido como Cunhado.

### Outro

Um garoto de cerca de 13 anos, magro, vestindo bermuda bege, foi encontrado morto, ontem à tarde, com vários tiros de vários calibres no Bairro Maringá, em Belford Roxo. O menino estava com as mãos amarradas para trás, com um fio de nylon.

### Boiando

O corpo de um menor de aproximadamente 16 anos, usando bermuda azul clara e camisa do Flamengo e que tinha as mãos amarradas para trás com corda de nylon, foi encontrado boiando nas águas da Praia de Ramos, ontem à tarde. Estava com um ferimento na testa, que a pericia não sabe se de bala ou objeto pontudo. (O DIA/RJ, 10/06/88)

### Ato denuncia extermínio de menores

Um show-denúncia hoje às 16 horas no Largo da Carioca vai reunir intelectuais e artistas para protestar contra o extermínio e menores na Baixada Fluminense: de janeiro do ano passado a julho deste ano, 306 menores foram assassinados, em Duque de Caxias e Nova Iguaçu, por grupos de extermínio ou em ações isoladas. Esse e outros dados constam do relatório que a comissão Especial, que investigou o extermínio de crianças na Baixada Fluminense, entregou ao representante da Defesa for Children International, órgão de consultoria da ONU para os direitos humanos da criança, Nigel Cantwell, ontem, na sede da Comissão.

- O desrepeito a criança existe em todo mundo. Na verdade, a violação contra o direito do menor é a razão fundamental para que esse tipo de situação venha a acontecer. O maltrato que a criança recebe acontece dentro de um contexto e não isoladamente, seja na prisão, na exploração do trabalho infantil ou em situações criminosas como a que estamos vendo. Estamos preparados para tomar todas as providências necessárias para que essas investigações sejam levadas a sério por parte das autoridades competentes - disse Nigel Cantwell. (ÚLTIMA HORA, 28/09/88)

O Centro de Articulação de Populações Marginalizadas — CEAP — é uma entidade sem fins lucrativos que atua na luta contra a violação dos direitos das crianças e adolescentes, das mulheres e das populações negras, marginalizadas socialmente.

Na luta que trava contra todas as formas de discriminação o CEAP se baseia em estudos e análises e desenvolve ações através de seus Programas e Projetos.

O CEAP foi fundado em 12/02/1989 e subsiste com a anuidade de seus sócios e doações de terceiros. Está aberto a consultas para apoios e assessorias desde que limitados aos segmentos populares aqui identificados.

Endereço para correspondência:

Rua da Lapa, 200 - Conj. 809  
Centro — Rio de Janeiro —  
Brasil  
CEP 20021  
Tels: 224-6771 — 252-2302

### EQUIPE DO CEAP

#### Direção:

Presidente: **Éle Semog**  
Tesoureiro: **Gésia de Oliveira**  
Secretário: **Rubem Thomás de Almeida**  
Secretário Executivo: **Ivanir dos Santos**

#### Coordenação:

**Togo Ioruba**  
**Jorge Barros**  
**André Papi**

#### Administração:

**Armando Moreira da Silva**  
**Rosângela de Souza**  
**Aicram**  
**Renato Moreira dos Santos**  
**José Ayrton Martins**

#### Centro de Documentação:

**Jorge Barros**  
**Luis Cláudio de Oliveira**  
**Otair Fernandes de Oliveira**  
**Maria do Socorro do Nascimento**

#### Comissão Herzer:

**Ana Maria Conceição Santos**  
**Vânia Lúcia dos Santos Pinho**  
**Maytê Barros**  
**Silvana Monteiro**  
**Márcia Frazão do Nascimento**  
**Ludmila Papi**  
**Willmann de Andrade**

#### Forum de Creches:

**José Pinto**  
**Cleide Silva**  
**Elizabete Carvalho**  
**Wanda Ferreira**  
**Deley de Acari**

#### Questão Racial:

**Jorge Damião Venâncio da Costa**  
**Jayro Pereira**  
**Gésia de Oliveira**  
**Uilian Jayme Portella**  
**Edvaldo Ramos**  
**Ednaldo Ambrosino de Lima**  
**Tania Maria Moreira Sales**  
**Luiz Bruno**  
**Iedo Ferreira**  
**Raimundo Santa Rosa**

#### Projeto das Mulheres:

**Geni de Oliveira**  
**Wanda Ferreira**  
**Neusa das Dores**  
**Josina Maria da Cunha**  
**Joselina da Silva**

#### Jornal Maioria Falante:

**Éle Semog**  
**Togo Ioruba**  
**Valdete Lima**  
**Zé Roberto**  
**Eliane Souza**  
**Beth Silva Santos**  
**Juan Chalimin**  
**Julia Theodoro**

#### Colaboradores:

**Ligia Dabul**  
**Aydeé Valério de Souza**  
**Mariza Brandão**  
**Valéria Brandão**  
**Ana Lucia G. Marti**  
**Antonio Carlos (Tonico)**  
**Tania Coelho**  
**Carlos Nobre**  
**Dep. Benedita da Silva**  
**Lula — Juiz de Fora — MG**  
**Ver. Natanael — Juiz de Fora — MG**  
**Flávio Jorge — São Paulo — SP**  
**Batista — São Paulo — SP**  
**Arnaldo Xavier — São Paulo — SP**

